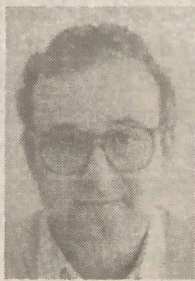


## Economia de formiga num estreito carreiro

No que respeita à actividade turística, a acção deste Governo tem sido mais do que decepcionante.

■ **Carlos Luís Figueira**

Pág. 18



## EUROPA

## Desemprego – Causas e remédios

Mais de 34 milhões de desempregados nos países da zona da OCDE, 18 milhões sem trabalho e 55 milhões de pobres na União Europeia.

■ **Lino de Carvalho**

Pág. 19

## EUA

## A guerra pós-moderna na estratégia dos EUA

Págs. 22 e 23

■ **Miguel Urbano Rodrigues**

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Setembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1191 • Director: Carlos Brito

## PCP requer debate de urgência na AR

# Em defesa dos têxteis

A Comissão Europeia prepara-se para liberalizar a entrada no mercado comunitário de mais um pacote de artigos têxteis e de vestuário, medida que satisfaz as grandes transnacionais mas ameaça boa parte da nossa indústria. O PCP alertou para a gravidade da situação e pediu debate de urgência na Assembleia da República.

Pág. 5

## COMITÉ CENTRAL

O Comité Central do PCP reúne, nos próximos dias 28 e 29 de Setembro, para debater e aprovar as Teses (Projecto de Resolução Política) e outros aspectos da preparação do XV Congresso.

## COMÍCIO

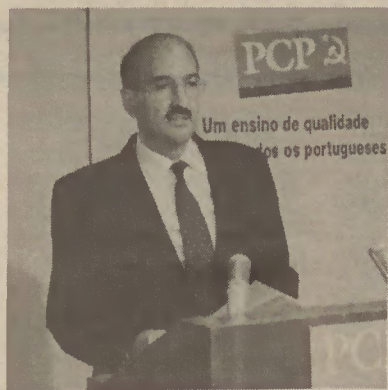
No dia 4 de Outubro, sexta-feira, realiza-se em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, um Comício do PCP, em que tomará a palavra o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas. Aí serão apresentadas publicamente as Teses ao Congresso e inicia-se a sua distribuição pelas organizações do Partido.

As Teses (Projecto de Resolução Política) acompanharão a edição do «Avante!» do dia 10 de Outubro.

## Carvalhas no Porto Por uma política de esquerda

«O Governo, fiel aos grandes interesses e aos grandes senhores do dinheiro, já está a preparar a opinião pública para um Orçamento deflacionista, para congelar as reformas e os salários dos trabalhadores da Função Pública», afirmou, no Porto, numa reunião de militantes do distrito, o Secretário-Geral do PCP.

Págs. 8 e 9



## POLÍTICA EDUCATIVA Prioridades necessárias

Declaração de Edgar Correia sobre a política educativa do PCP, por um ensino público de qualidade.

Centrais





Carlos Carvalho é recebido pelo Primeiro-Ministro

## RESUMO

### 18 Quarta-feira

Julio Anguita, Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol, visita Portugal a convite do PCP ■ O ministro da Cultura assina um protocolo com a RTP que concede três milhões de contos para apoiar o serviço público de televisão ■ Um pequeno submarino norte-coreano encalha perto da costa da Coreia do Sul, cujas tropas abateram 20 dos seus ocupantes acusados de «espionagem» ■ A Brigada Fiscal da GNR de Olhão apreende cerca de três toneladas de haxixe.

### 19 Quinta-feira

O PCP divulga uma lista confidencial de produtos têxteis que a Comissão Europeia se prepara para apresentar na reunião da Organização Mundial de Comércio e que afecta as indústrias têxteis nacionais ■ João Cravinho apresenta na Assembleia da República a revisão do Plano Rodoviário Nacional que prevê o investimento de cerca de 240 milhões, em 1997 ■ O Papa João Paulo II visita a França ■ O vaivém «Atlantis» e a estação orbital «Mir» juntam-se no espaço navegando em torno da Terra.

### 20 Sexta-feira

O ministro da Justiça anuncia que os tribunais de círculo vão desaparecer da orgânica judicial ■ O PSD/Açores, através de Álvaro Dâmaso, afirma que não governará se não obtiver maioria absoluta ■ A União Europeia sublinha que não será levantado o embargo à carne bovina inglesa depois de o governo britânico ter abandonado o programa de abates ■ Um operário angolano é vítima mortal de um acidente nas obras de saneamento básico da Costa do Estoril ■ O Exército de Libertação Nacional da Colômbia lança uma ofensiva contra as forças governamentais ■ A Estónia elege para presidente o liberal Lennart Meri ■ A Rússia reafirma a sua oposição ao alargamento da NATO contrapondo o reforço da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia.

### 21 Sábado

Carlos Carvalho participa, no Porto, numa reunião de militantes preparatória do 15º Congresso ■ A CGTP-IN propõe em conferência de imprensa um aumento de 11 por cento do salário mínimo nacional ■ termina a greve de fome de 94 bascos que estavam desde segunda-feira na Igreja dos Anjos exigindo melhores condições para os presos da ETA ■ A Organização para a

Segurança e Cooperação na Europa anuncia a recontagem dos votos na Bósnia-Herzegovina ■ A NATO admite conceder à Rússia um estatuto especial que lhe permitisse emitir opiniões no seio da Aliança, mas sem direito a veto.

### 22 Domingo

Os socialistas gregos vencem com maioria absoluta as eleições para o parlamento ■ Um alto funcionário do BCP é preso preventivamente acusado de fraude bancária ■ O Presidente da República parte para Estrasburgo onde será recebido pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa ■ A candidatura liderada por Chio Ho Cheong, um empresário chinês, vence as eleições para a Assembleia Legislativa de Macau ■ A Comissão Nacional de Eleições admite apresentar queixa contra Alberto João Jardim se este persistir nos ataques àquele organismo ■ Com a detenção de Lorenzo Necci, o patrão dos caminhos-de-ferro, rebenta na Itália novo escândalo de corrupção envolvendo o tráfico de armas para a Bósnia e países árabes.

### 23 Segunda-feira

Carlos Carvalho é recebido em São Bento pelo Primeiro-Ministro para debater o envio de soldados portugueses para a Bósnia, a adesão de Portugal à moeda única, a revisão constitucional e o OE/97 ■ Paulo Portas recusa a liderança do grupo parlamentar do PP que resultaram em sete a favor e oito brancos ■ A UE chumba um empréstimo de 12 milhões de contos à África do Sul.

### 24 Terça-feira

Manuel Monteiro demite-se da liderança do PP e convoca um congresso extraordinário ■ Ministra do Ambiente reprova projecto da CP que prevê a instalação de quatro vias de caminho-de-ferro atravessando Espinho ■ Na tomada de posse da nova direcção sindical da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal, o seu presidente, Manuel Carvalho, defende que se discipline o conjunto de segredos que por vezes impedem uma investigação, como o sigilo bancário e os segredos fiscal e de justiça ■ Lino Paulo, vereador da CDU em Sintra, numa visita ao Parque Natural de Sintra-Cascais, critica o abandono em que este é mantido ■ Clinton volta a apelar ao isolamento do Iraque, do Irão e da Líbia ■ Vencedor das legislativas de domingo, o socialista gregos Costa Simitis, forma governo com 20 membros, 19 dos quais integram já o anterior.

## EDITORIAL

# O Governo e os «lobbies»

**A**o reconhecer, incluindo pela voz do Primeiro-Ministro, que há «lobbies» que desenvolvem uma campanha de ataques à Ministra da Saúde, que chegaram a ameaçar com actos violentos, o Governo contraiu perante o país a grave obrigação de esclarecer cabalmente de que «lobbies» se trata e qual é exactamente o móbil da sua campanha.

É fundamental que o país conheça quais são exactamente os «interesses económicos» que Guterres e outros membros do Governo têm mencionado, em termos gerais, como estando na base da delituosa campanha.

São «as farmácias» e o «sector da hemodiálise», como alguns jornais têm apontado, ou são sobretudo as multinacionais de medicamentos, as grandes seguradoras e outros poderosos grupos capitalistas que pressionam a privatização dos hospitais e querem abocanhar uma parte significativa do orçamento da saúde?

É indispensável também que o Governo revele quem são os membros do PS que aparecem envolvidos com os tais «interesses económicos» numa operação atentatória da integridade moral (mas que já inclui ameaças físicas) de uma ministra.

São, como se pretende fazer crer, elementos periféricos e de pouca responsabilidade ou são quadros altamente colocados no aparelho do PS e que têm tido especiais responsabilidades na definição da sua política de saúde?

É significativo que o Primeiro-Ministro tenha acusado os «lobbies» de quererem impedir «certas reformas» no domínio da saúde e que se tenha ele próprio apresentado como «primeiro responsável» dessas reformas. Mas é lamentável que não tenha explicitado quais são e a importância que terão em relação ao Serviço Nacional de Saúde, para que o país possa aquilatar do que verdadeiramente está em jogo e acompanhar e fiscalizar os posteriores desenvolvimentos.

O escândalo dos «lobbies» da saúde, que explodiu com a notícia da ameaça de uma bomba no carro da ministra, chama a atenção para a relação do Governo com os interesses do grande capital, eufemisticamente apelidados de «lobbies», que condicionam e influenciam a sua política.

**C**om menos de um ano de exercício, a governação PS não se revela apenas dependente de uma estratégia geral ao serviço dos interesses do grande capital, tem sido palco de frequentes exhibições dos seus «lobbies» pressionando por objectivos muito concretos.

Na lei da flexibilidade e da polivalência, no programa de privatizações, no processo da «concertação estratégica», na definição da política salarial, na política de emprego, em matéria de benefícios fiscais, entre muitas outras, o grande capital não tem actuado apenas através das suas influências subterrâneas, mas vem a público, designadamente pela voz das confederações

patronais, e com mais ou menos UGT, dizer o quer e como deve ser.

O papel do Governo tem sido, na maior parte dos casos, conformar-se e ceder chocantemente à pressão destes «lobbies», ou dizendo em bom português: tem acabado por acatar escandalosamente o império desta vontade de classe do grande capital.

Em vésperas do início da discussão sobre o Orçamento de Estado para o próximo ano, o Secretário-Geral do PCP alertou no seu discurso, de sábado passado, no Porto, para o que de novo se prepara. Disse ele: «O Governo, fiel aos grandes interesses e aos grandes senhores do dinheiro, já está a preparar a opinião pública para um Orçamento deflacionista, para congelar as reformas e os salários dos trabalhadores da Função Pública.»

A isto está reduzida a «consciência social» que o Primeiro-Ministro António Guterres alardeava na oposição e ainda nos primeiros passos do seu Governo.

Mas, como Carlos Carvalho também observou, na reunião de militantes comunistas do distrito do Porto, «não se pode levar à prática uma política neoliberal, uma política de concentração da riqueza e simultaneamente dar resposta aos problemas sociais».

**A** política de direita, que o Governo PS teima em prosseguir, é o caldo de cultura mais favorável ao desenvolvimento da actividade dos «lobbies» de classe do grande capital e das ávidas clientelas partidárias prontas a

cobrar os serviços prestados pela chegada ao poder.

Em toda a nova governação PS, os «lobbies» proliferam como cogumelos num velho tronco.

Estão naturalmente presentes nas áreas das finanças e da economia, nas obras públicas, na educação, na segurança social, na cultura, para já não falar da apetitosa área da integração europeia e dos fundos comunitários.

É natural que o Governo tenha tido a ilusão de que todos poderiam comer tranquila e harmoniosamente, indiferentes aos protestos dos que ficam de fora do banquete: os trabalhadores e classes e camadas médias.

O escândalo provocado pelos «lobbies» da saúde alertam, porém, para os violentos conflitos que podem surgir e para a degradação que a pressão dos «lobbies» pode levar a certas áreas da governação, onde o seu poder subterrâneo se pode sobrepor aos legítimos titulares das instituições.

Tal é a grave matéria de reflexão a que o Governo PS e o seu Primeiro-Ministro não se podem furtar.

Para os comunistas, uma questão capital é pôr termo à política de direita, caracterizada especialmente pela concentração da riqueza e a corrida para a moeda única, que estão a depauperar a economia do país, a deteriorar o nível de vida do nosso povo e a degradar de múltiplas formas o regime democrático.

Trabalhando com este objectivo e desenvolvendo as direcções de luta por uma alternativa democrática, que passa antes de tudo pelo seu próprio reforço, o PCP entra agora, com a reunião do Comité Central, no próximo fim-de-semana, numa fase mais intensa e decisiva de preparação do XV Congresso.

## Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socolo Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socolo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Roxa — Limbó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Hecla Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/95

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$000; 25 números: 3 487\$500	50 números: 24 750\$000
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$000	50 números: 39 950\$000
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$000

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Tudo bons rapazes

São quinze os deputados do PP (serão?). Actualizando-me: eram quinze os deputados do PP (seriam?).

De uma forma ou de outra, dez deles, entre os quais Monteiro, haviam garantido publicamente votar em Portas para chefe do grupo parlamentar. Ora, tratando-se de garantias, ainda por cima públicas e, para além disso, vindas de gente de palavra, o resultado estava à vista. Dez a cinco era o pior que podia acontecer a Portas e não se excluía a hipótese de um muito mais volumoso score, havendo até quem falasse num possível rotundo quinze a zero.

Contados os votos, Portas perdeu por sete a oito. Furioso, traído, humilhado e ofendido, Portas bateu com a porta e saiu. Não para «ir tomar café», como Monteiro em Coimbra (dizem-me que Portas não toma café por causa dos nervos), mas para ir fazer uma Conferência de Imprensa (dizem-me que Portas é um «animal mediático»). Acompanhado por sete gémeos seus, desabafou: «Mete dó que um partido que se pretende diferente (esta até parece do «Público») tenha seguido tão depressa os vícios da velha política.» Portas tem razão: mete dó, de facto.

Mas afinal o que é que se passou? Fraude eleitoral? Traição aos compromissos assumidos? Vingança humilhadora? De duas, uma: ou houve golpaça na contagem dos votos ou houve golpaça na votação. Galpada ética, obviamente. Admitindo que Portas votou em si próprio (nestas situações há que admitir tudo), é justo dizer-se que um dos sete magníficos que o acampanhou à Conferência de Imprensa é um grandecíssimo aldrabão. Admitindo novamente que Portas votou Portas e que Monteiro honrou a sua palavra votando Portas (nestas situações há que admitir tudo), então os aldradões do grupo dos sete passam a ser dois. E por aí fora.

Como se vê, ou se presente, os cenários possíveis são mais do que muitos. Cada qual mais manobrista, cada qual mais golpista, cada qual mais maquiavélico, cada qual mais mafioso – mas todos, sublinho: todos, carregados de ética até dizer chega. No universo do Largo do Caldas, demissão, suspensão ou auto-suspensão quer sempre dizer o mesmo: vontade de ficar, ficando com mais poderes.

Agora parece que vai haver Congresso extraordinário da agremiação do Caldas.

Foi Monteiro (acabadinho de se auto-suspender – ou demitir?, não interessa: para o caso tanto faz – do cargo de chefe do PP) quem o disse em conferência de imprensa feita à hora exacta do directo para os telejornais e pouco depois de Portas e mais alguns dos seus amigos do grupo dos 6+1 (ou 5+2) terem decidido demitir-se – ou auto-suspender-se?, não interessa: para o caso tanto faz – do cargo de deputados.

Esperemos, então, pelo extraordinário Congresso. Que promete. Porque, com os Portas todos auto-suspenso de deputados, com os Monteiros todos auto-suspenso de chefes, com todos os Portas e todos os Monteiros exibindo invejáveis currículos de qualidades humanas e éticas, é óbvio que a telenovela vai prosseguir. Em horário mediático nobre, evidentemente. A lusa comunicação social pela-se por acontecimentos desta importância e transcendência: sente-se à dimensão deles e sente-os à sua dimensão.

Fiquemo-nos, pois, por aqui. Apreciemos o espectáculo. Apreciemos os protagonistas: todos bons rapazes, todos «metendo dó», todos eticamente intocáveis – não é, ó Publicozinho?

■ José Casanova

## Estilo «Público»

Classicamente, este comentário devia arrancar com a frase «lemos e não acreditamos que seja possível».

Mas, em boa verdade, se nos quisermos deixar de truques formais, este comentário só pode arrancar com a diferente afirmação de que «lemos e sempre soubemos que seria possível».

Estamos a falar do inesquecível texto de entrada da notícia do «Público» de terça-feira passada sobre a monumental trapalhada da eleição do líder parlamentar do PP.

Aí se escrevia designadamente que «é mais uma nódoa no partido da ética» e se assinalava que «o pandemónio instalado permitiu tudo: dos rumores de "chapelada" aos deputados chamados à presenca para dizerem em quem votaram. Estilo PCP».

Esta calúnia contra o PCP não merece, obviamente nem a honra de debate nem o gasto de argumentos e demonstrações. Por isso, fique apenas o registo de que o jornal que tão zelosamente tem participado na promoção mediática do PP não resistiu à mesquinha e rasteira tentação de, a martelo, querer projectar sobre o PCP o enxovalho das cenas de faca, alguidar e ciúme do PP. Fique apenas o registo de mais esta «nódoa» no dito «jornal de referência». Fique apenas o registo de mais esta peça para a incomparável antologia do «estilo do "Público"».

E, finalmente, fique ainda registado que a notícia do «Público» era assinada pelos jornalistas Ângela Silva e Filipe Santos Costa. Com o generoso voto de que, se for esse o caso, a sua indiscutível liberdade pessoal e a imensa democracia interna do «Público» lhes permitam vir dizer publicamente que o texto de entrada da notícia

não lhes pertence, antes foi escrito pelo chefe fulano ou pelo editor sicrano.

Da nossa lavra, por hoje mais não dizemos, não vá alguém agitar o espantinho de mais um sectário ataque de um dirigente partidário aos jornalistas ou à comunicação social. Mas podemos citar a opinião de um jornalista, Fernando Madrinha, que no último «Expresso», reconhecendo que «lamentavelmente, ninguém pode dizer que está completamente inocente nesta história», descrevia «uma alteração qualitativa dos comportamentos e das regras profissionais» nos «media».

Assinalava ele que «as velhas normas do jornalismo dito rigoroso e isento (...) caíram em desuso por demasiado típicas do renegado "cinzentismo". O que hoje mais conta em certos meios - jornais, televisões e rádios - não é o rigor do que se publica, mas uma graça bem contada, uma maldade bem refinada [estaria a pensar na reportagem fotográfica, a preto e branco contra a tradição, da revista do «Expresso» sobre a Festa do «Avante!»?], dita ou escrita no tom fresco e leve de quem não tem dúvidas ou nunca se engana, nem precisa, aliás, de confrontar opiniões ou sequer de as conjugar com os factos, para ver se batem certo».

E, para terminar, sem pessimismo mas também sem ingénuas ilusões, talvez só falte acrescentar que, mesmo depois deste insuspeito testemunho, quer as maldades bem refinadas quer o estilo do «Público» estão obviamente para lavar e durar.

■ Vítor Dias

## Avaliação posta de parte...

Não constituiu propriamente uma surpresa a notícia do Expresso do último fim-de-semana segundo a qual "a promessa (do PS) de dar continuidade aos Estados Gerais... foi adiada pelo núcleo duro do Governo, que se prepara para alterar os termos da garantia dada por Guterres aos independentes em Março do ano passado" e que "a ideia da convocação de uma nova reunião magna... desta vez para avaliar se o Contrato de Legislatura está ou não a ser cumprido foi totalmente posta de parte..."

Compreende-se o embaraço dos dirigentes do PS. De facto,

não lembra ao diabo que nesta fase do campeonato reapareçam alguns dos luzidios independentes da campanha eleitoral a perguntarem ingenuamente pelo cumprimento de um "Contrato", que assinado em pomposa cerimónia mediática realizada há um ano e meio, mas do qual já ninguém se lembra no Largo do Rato e na Gomes Teixeira...

Como num filme de ficção científica, imagine-se o que seria a Rosa Mota ou o Carlos Lopes a perguntarem sobre o que fez o Governo para "dar finalmente cumprimento às disposições constitucionais para a criação das regiões administra-

tivas". Ou a interrogarem sobre os efeitos do "compromisso político prioritário da criação de mais emprego e melhor emprego". Ou ainda e num ano em que o Governo aumentou mais as vagas no ensino superior privado do que no público, a questionarem candidamente sobre a "expansão decidida das capacidades de acolhimento da rede pública - de forma a garantir efectiva liberdade de escolha entre Ensino Superior público e privado". E por aí fora, numa maratona sem fim de interrogações sérias...

Dirão os cínicos que a vida política vive destas ilusões, da

multiplicação das promessas, destes "Contratos" que quase ninguém conhece e cujo cumprimento os seus celebrantes não honram.

Mas para um partido que se ufanava de "uma nova forma de fazer política" o facto é sintomático. Não terem decorrido sequer dez meses desde a tomada de posse do Governo e a avaliação do cumprimento dos seus compromissos ir ser realizada apenas no aconchego de algumas estruturas do PS diz tudo sobre a má consciência reinante. E sobre o rápido regresso à velha fórmula do só... só PS.

■ Edgar Correia

CHIPRE  
Pela reunificação

Vinte e dois anos passaram já desde a invasão da parte Norte de Chipre pela Turquia no verão de 1974. Desde a sua independência em 1960, pondo fim ao domínio colonial britânico que durava desde 1878, Chipre é um país soberano, e como tal universalmente reconhecido. Numerosas resoluções da ONU têm reafirmado o respeito pela integridade da República de Chipre e exigido a retirada das tropas de ocupação turcas. Todavia, a Turquia continua impávida a ocupar 37% do território, com 35.000 soldados, sob a capa de uma pretensa "República Turca do Norte de Chipre" que só Ankara reconhece. A zona é, segundo o Secretário-Geral da ONU, uma das áreas mais militarizadas do mundo. As negociações para resolver a questão cipriota eternizam-se, mantendo-se a ilegal ocupação e um foco de instabilidade, mais um, no Mediterrâneo oriental.

Com a invasão turca de 1974, 200.000 cipriotas gregos e muitos milhares de cipriotas turcos foram expulsos do Norte de Chipre. A Turquia apossou-se do território, enviando para lá 80.000 colonos (além dos 35.000 soldados) que ocuparam as casas, herdades e propriedades dos habitantes expulsos, numa autêntica operação de "purificação" étnica e política. A ilha mantém-se dividida pela chamada "linha verde", de arame farpado, com uma zona tampão patrulhada por 1200 "capacetes azuis", verdadeiro muro que atravessa inclusive a capital Nicósia. No Norte, vivem 150.000 pessoas, no Sul 600.000. Os cipriotas gregos, 80% da população, todos os anos se manifestam pacificamente junto da "linha verde" contra tal divisão, pela reunificação da sua pátria.

Assim sucedeu uma vez mais em Agosto, na "linha verde" junto a Famagusta. Mas desta vez a Turquia resolveu tomar "medidas fortes". Da Turquia foram antecipadamente enviados milhares de extremistas, incluindo os famigerados fascistas "Lobos Cinzentos", organização ligada aos serviços secretos para as suas missões sujas: assassínio de progressistas, semear o terror nas comunidades de emigrantes na Alemanha e na Bélgica, etc. Colocados ao longo da "linha verde", conforme testemunham representantes da ONU no terreno, entraram na zona-tampão, juntamente com polícias sob o controlo do exército turco. E na manifestação pacífica, a 11 de Agosto, espancaram até à morte um jovem cipriota grego e feriram mais de 50, com bastões, barras de ferro e pedras. Três dias depois mataram a tiro outro jovem.

Quem montou este plano? Um deputado da Assembleia Nacional turca, Mehmet Sevigen, vice-presidente do Partido Republicano, aliás aliado do islamista Erkaban, afirmou que os "Lobos Cinzentos" tinham sido pagos (800.000 dólares) para esta operação pela vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros do governo turco, a Sr<sup>a</sup> Tansu Ciller. A mesma que, a seguir aos assassinatos, afirmou publicamente que "partiria as mãos" a todos quantos tentassem mexer na bandeira turca... O regime turco, que reprime impiedosamente os democratas no seu país e persegue ferozmente os curdos na Turquia, quis fazer um aviso claro: está pronto a tudo para impedir uma solução pacífica que permita finalmente a reunificação de Chipre.

Tem as costas quentes. Esta violenta actuação da Turquia, para além de se inserir no litígio com a Grécia, está sem dúvida ligada ao papel que os EUA têm vindo a assumir nesta região, agora pretendendo substituir-se à ONU no quadro negocial da questão cipriota e substituir os "capacetes azuis" por tropas da NATO. Desrespeitando o quadro estabelecido de negociação sob a égide da ONU e desrespeitando o princípio de um único Chipre unido, independente e federal, com uma única soberania, e da retirada das tropas de ocupação turcas e o regresso dos refugiados aos seus lares, que a ONU sempre determinou. Mais uma vez, Estados Unidos e seus satélites semeiam a instabilidade nesta região sensível da Europa, pretendendo impor os seus diktats. Até quando os países europeus e a ONU se curvarão à arrogância yankee? Até quando tolerarão e colaborarão com o regime turco, fazendo de conta que não vêem os seus atentados contra os direitos do homem, no interior e no exterior da Turquia?

■ Carlos Aboim Inglez



## De novo o apartheid

Segundo o ex-chefe da polícia secreta sul-africana, coronel Eugene De Cock, os últimos presidentes do país, Frederik de Klerk e Pieter Botha, sabiam da existência de várias unidades policiais e militares ilegais, organizadas em «esquadrões da morte». A acusação, feita no Supremo Tribunal de Pretória, onde De Cock está a ser julgado por múltiplos crimes, surge um mês após De Clerk se ter demarcado publicamente dos abusos e crimes cometidos pela minoria branca do país durante o apartheid. Confirmado já como culpado pelo assassinio e tortura de 89 pessoas e numerosos actos de corrup-

ção, crimes todos cometidos ao longo da década de 80, o coronel De Cock, actualmente com 48 anos, incorre na pena de prisão perpétua e afirma-se decidido «a não cair sozinho», ao mesmo tempo que acusa De Clerk de ser «um dos maiores cobardes deste país»



## Mais facturas falsas

A Directoria de Coimbra da Polícia Judiciária (PJ) remete a tribunal mais um processo de facturas falsas relacionado com o chamado «megaprocessos de Leiria», que se alargou a todo o País e envolve burlas já na ordem dos dois milhões de contos. Desta vez há duas empresas de construção civil da Lousã acusadas de terem usado facturas no valor total de 100 mil contos «vendidas» por elementos da

rede de Leiria e às quais não correspondia qualquer transacção comercial. Entretanto as investigações relacionadas com este megaprocessos continuam por todo o País, na sequência das provas recolhidas pela PJ junto da Direcção de Finanças de Leiria, presumindo-se que a utilização fraudulenta de facturas terá acarretado ao fisco perdas na ordem do milhão e meio de contos.

## Portas é rejeitado

Paulo Portas, único candidato à liderança do grupo parlamentar do PP, recolhe menos de metade dos votos possíveis (15) e menos um do que os apoios públicos expressos pelos seus companheiros de bancada. Furioso, o deputado do PP recusou assumir

o cargo ao mesmo tempo que acusava de «hipocrisia» e «cobardia» quem assim o «rasteiou». A votação foi secreta e quando se apuraram os resultados, verificou-se que oito deputados do PP haviam votado em branco, enquanto Por-

tas recebia sete, quando contava com oito (incluindo o seu), prometidos expressamente pelos seus companheiros de bancada.



## Recontagem de votos na Bósnia

Os votos para a presidência tripartida na Bósnia-Herzegovina estão a ser sujeitos a nova contagem devido às inúmeras discrepâncias detectadas. A decisão foi tomada pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que está encarregada de supervisionar o escrutínio. Na decorrência desta recontagem, este organismo internacional considerou já «precipitado» o anúncio feito por um dos seus responsáveis na passada segunda-feira, atribuindo a vitória ao muçulmano Alija Izetbegovic, não se sabendo, agora, quando haverá resultados definitivos nestas eleições.



## Mais tropas para a Bósnia

Militares portugueses partem para a RFA, a fim de integrar o núcleo de formação do Estado Maior da futura força da NATO na Bósnia, a «Ifor II». O Conselho da NATO tomou esta decisão sem esperar que a ONU decidisse sobre a matéria. Entretanto, o Mi-

nistro da Defesa, António Vitorino, ouve todos os partidos políticos para os auscultar sobre a participação de Portugal na «Ifor II» (onde, aliás, já está presente através deste destacamento enviado para a Alemanha), tendo sido o PCP o único partido a opor-se a

nova participação de Portugal nesta força multinacional na Bósnia, recordando a promessa do próprio Primeiro-Ministro António Guterres garantindo, há um ano, que a presença militar portuguesa na Bósnia se resumiria a um ano, prazo que está pres-

tes a expirar. Recordou-se que Portugal participa na Ifor com uma força proporcionalmente superior às dos outros países, incluindo os EUA, tendo esta presença de um ano na Bósnia custado ao nosso país cerca de 10 milhões de contos.

## Espanha: os escândalos somam e seguem

O jornal espanhol *El Mundo* traz a público novo escândalo: em 1988, os serviços secretos espanhóis (Cesid) teriam raptado três mendigos para os utilizarem como cobaias em experiências com anestésicos. O jornal reproduz o documento dos próprios serviços secretos que teria ordenado a «operação», esclarecendo que as «experiências» com os mendigos (um dos quais viria a falecer) se destinavam a preparar o rapto do dirigente da ETA Josu Ternera, localizado no Sul de França. Estas novas acusações embaraçam o governo de José Maria Aznar, dado que implicam directamente o actual ministro da Defesa, Eduardo Serra.



## Descalabro na UGT

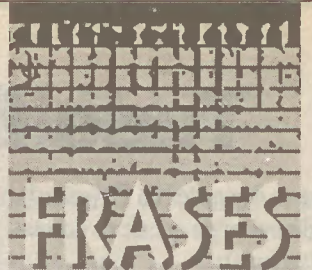
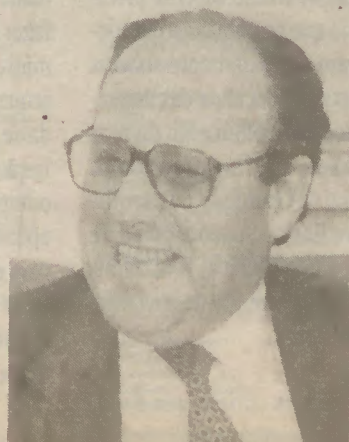
Segundo «uma fonte» citada pelo *Diário de Notícias*, a UGT pagou 1,2 milhões de contos, sobretudo em juros, com empréstimos contraídos para pagar dívidas da formação profissional entre 1988 e 1995.

Segundo a mesma fonte, que o *DN* situa na própria UGT, João Proença, secretário-geral da UGT, terá negociado pessoalmente com a Banca um novo empréstimo de um milhão de contos, com juros anuais de 11%, para evitar a ruptura financeira da central. A crise financeira da UGT

disparou quando começaram a surgir alegadas irregularidades com os dinheiros comunitários concedidos em 1988 e 1989, agravando-se seriamente o ano passado, quando a Comunidade

congelou os pagamentos.

Afirma o *DN* que «os desentendimentos são crescentes, correndo rumores da saída, a muito curto prazo, do tesoureiro da central, Júlio Fernandes, que pertence igualmente à direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, empossado pelo último Congresso».



“Em Portugal, estamos assim. As pessoas tratam com ar sério as brincadeiras e tratam a brincar as coisas sérias. É o reino da hipocrisia!”

(Pedro Santana Lopes, *Diário de Notícias*, 20/9/96)

“E não sou líder nem tenho nenhum cargo político. Quando tiver, vou namorar para os Açores...”

(idem *ibidem*)

“É ou não legítima e adequada a proibição constitucional [em Portugal] das organizações fascistas?”

(Diogo Pires Aurélio, *Diário de Notícias* em 22/9/96)

“O sacrifício só é racional quando, ao incorrê-lo, um homem esperar obter em troca um benefício ainda maior.”

(Pedro Arroja, *idem*)

“Ninguém deveria votar contra o dr. Paulo Portas.”

(Manuel Monteiro, citado no *Público* em 22/9/96)

“Por um voto se ganha, por um voto se perde. Na eleição de hoje, perdi por um voto.”

(Paulo Portas, *Público* em 24/9/96)

“Mete dó que um partido [o PP] que se pretende diferente tenha seguido tão depressa os vícios da velha política.”

(Paulo Portas, *Diário de Notícias* em 24/9/96)

“Vim votar naquilo que considero ser a estabilidade e um bom relacionamento entre mim e a direcção do partido e o futuro líder do grupo parlamentar do Partido Popular.”

(Manuel Monteiro, *idem*)

“Os votos da vingança.”

(Título do *Público*, sobre a votação que rejeitou Paulo Portas, em 24/9/96)

“Quem criou esta situação vai ter que a resolver.”

(Deputado não identificado do PP, citado pelo *Público*, *idem*)

“São já 1424 as empresas portuguesas indicadas pelo fisco como emittentes ou compradoras de facturas falsas. Em causa está a movimentação de valores fictícios da ordem dos 97,2 milhões de contos. Só o IVA recebido indevidamente pelos infractores, por meio deste expediente ilegal, já vai em 16,6 milhões de contos.”

(Abertura de notícia do *Público*, por A.A. Mesquita, em 23/9/96)

“Não quero ser líder a todo o preço, mas porque isso é importante para o PSD e para o País. Não renuncio a ver aprovado tudo, mas mesmo tudo, o que entendo indispensável para o nosso futuro.”

(Marcelo Rebelo de Sousa, *Público* em 23/9/96)

“Ninguém conte com a JSD para dramas políticos. (...) não temos de andar, permanentemente, a dizer se gostamos ou não de um líder. A seu tempo se discutirá essa questão...”

(Jorge Moreira da Silva, líder da JSD, *Público*, *idem*)

“Somos um País de conquistas que gosta de obras públicas. Mas elas são de dois tipos - umas à base de cimento e betão, outras servindo valores e são estas que mais nos devem mobilizar, em respeito pela dignidade da pessoa humana.”

(António Guterres, *Diário de Notícias* em 21/9/96)

“O Primeiro-Ministro já se confessou, numa entrevista, neoliberal em economia, embora atento às questões sociais. Mas não se pode levar à prática uma política neoliberal, uma política de concentração de riqueza e simultaneamente dar resposta aos problemas sociais.”

(Carlos Carvalhas, *Público* em 22/9/96)

“Num governo não há lugar para dois amores: o do grande capital por um lado e o dos trabalhadores e da classe média por outro.”

(idem *ibidem*)

“As estradas são as coisas mais fáceis de fazer.”

(António Guterres, *Diário de Notícias* em 21/9/96)



O comissário Leon Brittain, responsável pela política comercial da União Europeia, propõe que, a partir de 1998, seja liberalizada a importação de artigos têxteis e de vestuário que representam 25 por cento das exportações portuguesas. Enquanto a bomba é accionada em Bruxelas, os patrões nacionais mantêm-se na expectativa e o Governo não actua. O problema foi despoletado na semana passada, pelo Grupo Parlamentar do PCP e pela Federação dos Sindicatos dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.

Os acordos que concluíram as negociações do GATT e deram lugar à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) estimulam fortemente a liberalização das trocas comerciais a nível internacional, satisfazendo os interesses de grandes multinacionais que, nos últimos anos, têm deslocado as unidades produtivas para países do Terceiro Mundo.

No quadro daquelas negociações, foi decidida a integração do sector comunitário de têxteis e vestuário nas regras da OMC. Durante um período de transição de dez anos, devem aumentar progressivamente as quotas de importação dos produtos sujeitos a este regime de limitações, ao mesmo tempo que será liberalizado (deixando de estar sujeito a quotas) o mercado da UE. Esta liberalização deve ter lugar em quatro fases, tendo por referência as importações efectuadas em 1990:



Comissão Europeia extravasa imposições da OMC

## Liberalização ameaça têxteis portugueses

- 1ª fase, de 1995 a 1997, liberalização de 16 por cento;
- 2ª fase, de 1998 a 2002, liberalização de 17 por cento;
- 3ª fase, de 2002 a 2005, liberalização de 18 por cento;
- 4ª fase, a partir de 2005, liberalização do restante.

Às instituições da UE (em particular, a Comissão) cabe definir o conjunto de produtos que em cada fase têm a sua importação liberalizada.

Em Dezembro próximo, em Singapura, deverá realizar-se a primeira conferência de ministros da Organização Mundial do Comércio. É no quadro da preparação desta conferência

que a Comissão Europeia elaborou uma lista de produtos têxteis e de vestuário que, actualmente, estão sujeitos a quotas de importação, e que, a partir de 1 de Janeiro de 1998 poderão entrar livremente no mercado comunitário.

No «cabaz» agora divulgado, e que será debatido em Bruxelas no final de Setembro e princípio de Outubro, são incluídos artigos cuja livre comercialização será uma séria ameaça a uma boa parte da indústria portuguesa dos têxteis e vestuário.

O alerta e a exigência de uma posição firme por parte

do Governo português foi lançado na semana passada.

### Debate de urgência

Quinta-feira, em Lisboa, o Grupo Parlamentar do PCP requereu um debate de urgência sobre o assunto, na AR. Afirmam os deputados comunistas que a lista de Leon Brittain «foi inspirada e baseia-se exclusivamente nos interesses e propostas da Federação Europeia de Importadores»; a eventual aprovação da proposta teria «graves consequências para os mercados europeu e português, já em grandes dificuldades», e «sérias repercussões no aumento do desemprego».

«Particularmente afectadas serão regiões, como o Vale do Ave, muito dependentes da evolução do têxtil e vestuário» e que já estão seriamente atingidas pela crise do sector, previne o PCP.

Os comunistas criticam os órgãos de decisão da Comunidade, por seguirem «uma política inaceitável de aceleração artificial do processo de desmantelamento de fronteiras, que serve sobretudo as empresas transnacionais ligadas ao comércio mundial».

No requerimento divulgado por Lino de Carvalho e Luís Sá sublinha-se que «nada obriga a que a Comissão Europeia queira, desde já, incluir aquela lista de produtos sensíveis na segunda fase de integração do sector têxtil e vestuário nas regras do GATT». Recordando palavras do primeiro-ministro português, os deputados salientaram que «não basta» produzir declarações contra o

«fundamentalismo neoliberal da UE», o importante é «agir em coerência» com essas afirmações.

### Denúncia sindical

Sexta-feira, no Porto, a Fesete/CGTP-IN deu uma conferência de imprensa em que chamou a atenção para as graves consequências que a aprovação do «cabaz» têxtil teria. A federação acusou a Comissão Euro-

concorrência, praticando várias formas de *dumping*, e que não abrem proporcionalmente os seus mercados aos têxteis e vestuário da UE». A federação aponta os exemplos recentes dos acordos com a Índia e o Paquistão.

Citando estudos realizados ao nível da UE, a Fesete lembra que o consumo de têxteis e vestuário tem estagnado ou mesmo diminuído. «Se o consumo na UE diminuiu, as importações de países terceiros aumentaram substancialmente



Luís Sá e Lino de Carvalho explicaram aos jornalistas os motivos que levaram o PCP a requerer um debate de urgência na AR sobre esta nova ameaça para os têxteis nacionais

peia de ter elaborado uma proposta que não tem em conta a defesa dos sectores têxteis e de vestuário, a manutenção do emprego, os interesses das regiões com maior implantação daquelas indústrias e até as opiniões dos principais interessados.

As preocupações da Fesete já são anteriores à divulgação do «pacote» de Leon Brittain e fundamentam-se «nas políticas ultraliberais de liquidação das indústrias têxteis e de vestuário europeias», levadas a cabo pela Comissão «ao abrir unilateralmente o mercado às importações de países terceiros, que não respeitam as suas regras de

e, se os mercados mundiais estão fechados às exportações da indústria da UE, não há dúvidas que o resultado final é a liquidação das nossas indústrias têxteis e de vestuário», comenta a federação, no documento distribuído aos jornalistas.

Estas quebras têm reflexos inevitáveis no volume de emprego. Refere a Fesete que, nos últimos 12 anos, cerca de um milhão de trabalhadores ficaram sem emprego nestes sectores; em Portugal, foram perdidos 75 mil empregos apenas entre 1991 e 1995.

### Na lista negra...

O comissário Leon Brittain incluiu na sua proposta os seguintes artigos, que a partir de 1 de Janeiro de 1998 poderiam entrar livremente no mercado europeu:

- t-shirts
- peúgas, collants, mini-meias em malha
- casacos compridos de senhora, impermeáveis, casacos curtos em tecido
- fatos de homem em tecido
- fatos e tailleurs de senhora, artigos de vestuário em malha
- fatos para esqui
- outros fatos em tecido, de homem e senhora
- cintas
- cordame, cordas, cabos em fibras sintéticas
- tecidos em lã
- tecidos têxteis impregnados
- lã, pêlos finos cardados, penteados.

Na indústria têxtil e de vestuário portuguesa, estes artigos representam 25 por cento do volume total de exportações.

A proposta da Comissão - alerta a Fesete - não se fica pela liberalização da entrada destes artigos no mercado comunitário: «quer ficar com as mãos livres para, no decurso da segunda fase (1998-2002), rever a lista de produtos e alargá-la a mais produtos sensíveis e sujeitos a quotas, dando assim mais um contributo para a eliminação do período de transição negociado e sem o qual teremos a liquidação de uma parte significa-

tiva das empresas europeias e, nomeadamente, portuguesas».

Além do mercado para as exportações portuguesas, «está também em causa o nosso próprio mercado interno», acrescenta a federação, concluindo que, «sem pretendermos ser alarmistas, podemos afirmar que, a ser aprovado este «cabaz», estarão em causa em Portugal cerca de 65 mil postos de trabalho a curto prazo».

### Duas razões

A Federação dos Sindicatos Têxteis aponta dois motivos para que a Comissão Europeia tenha avançado com esta proposta:

- ao longo dos anos, a Comissão tem utilizado as indústrias têxteis e de vestuário (sectores normalmente importantes para os países em vias de desenvolvimento), como **moeda de troca**, quando se trata de negociar a exportação de outros artigos europeus (telefones, frigoríficos, automóveis, etc.) ou quando quer prestar solidariedade política;

- a Comissão está sujeita aos interesses das grandes empresas multinacionais e dos importadores de têxteis e vestuário, que **deslocalizaram a produção** para aqueles países, sujeitando os trabalhadores e milhões de crianças a elevados níveis de exploração.



## NACIONAL

# Ferrovieiros anunciam greve às horas extra

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses apresentou um pré-aviso de greve ao trabalho que vá além das oito horas diárias, no período de 29 de Setembro a 12 de Outubro.

A recusa de trabalho extraordinário tem por objectivo «obrigar o Conselho de Gerência da CP a honrar os compromissos que assumiu com a federação em 15 de Fevereiro deste ano, designadamente no que concerne ao início das negociações do Regulamento de Carreiras, que deveria ter ocorrido até 1 de Julho passado, e à redução da carga de trabalho que está a ser ilegalmente imposta ao pessoal de estação» - como refere uma nota distribuída segunda-feira pela Comissão Executiva da FSTFP/CGTP-IN.

A federação reclama a correcção de «flagrantes injustiças na progressão de carreiras profissionais» e denuncia a imposição de «jornadas de trabalho de 12 e mais horas» a centenas de trabalhadores de estação, «com evidente prejuízo da sua saúde e claro risco para a segurança da circulação ferroviária».

A greve — que «poderá ser agravada se o CG não der respostas cabais às nossas reivindicações» — visa ainda exigir soluções para outros problemas, como os destacamentos de pessoal de estação, a «sistemática inexistência de intervalos para a tomada das refeições

de muitos trabalhadores afectos à circulação de comboios», a violação do Acordo de Empresa no que toca ao descanso associado ao descanso semanal, a tentativa de impor mais um repouso consecutivo fora da sede e a necessidade de melhorar as condições de alojamento nos dormitórios.

## Filhos e enteados

«Urge pôr cobro à política de agravamento das desigualdades sociais posta em prática na CP nos últimos anos», reclama a Comissão de Trabalhadores da Caminhos-de-Ferro Portugueses, numa carta-aberta enviada na semana passada ao ministro do Equipamento e ao secretário de Estado dos Transportes.

A missiva foi enviada «na esperança de que algo se faça no sentido de corrigir o que está mal em matéria de política salarial no caminho-de-ferro», incluindo neste conceito «todas as formas de remuneração»; a CT tem especialmente em vista «as benesses que o Conselho de Gerência tem canalizado, de forma por vezes pouco transparente, para os

CP Caminhos de Ferro Portugueses

CLASSIFICAÇÃO  
283.6

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE GERÊNCIA

Nº 5/96

REUNIÃO: Conselho de Gerência de 9/5/16

PARA: Conhecimento das Chefias

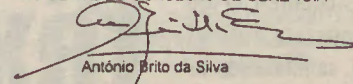
ASSUNTO: Actualização do regime de remuneração de cargos de direcção e chefia

O Conselho de Gerência, deliberou actualizar as remunerações mensais de cargos de direcção e chefia para:

DIRECTOR GERAL	Esc: 744 000\$00
DIRECTOR	Esc: 656 000\$00
	ou Esc: 617 000\$00
DIRECTOR DE DEPARTAMENTO	Esc: 516 000\$00
	ou Esc: 485 000\$00
CHEFE DE DIVISÃO	Esc: 444 000\$00
CHEFE DE SERVIÇO	Esc: 403 000\$00
CHEFE DE SECTOR	Esc: 339 000\$00

A presente Deliberação entra em vigor em 01 de Junho de 1996, mantendo-se em tudo o mais o disposto nas Deliberações Nº 9/95, de 9/5/93 e Nº 22/95, de 9/5/12/14.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GERÊNCIA

  
António Brito da Silva

chamados quadros dirigentes, escolhidos, como é notório, quase sempre à luz de critérios de natureza político-partidária, em prejuízo do factor competência».

É apontada a decisão, tomada pelo CG em Junho passado, de «contemplar os quadros com funções de direcção com aumentos extraordinários, que oscilaram entre os 22 e os 32 por cento, sem prejuízo dos carros, das senhas de gasolina, do telefone pago, dos cartões

de crédito e tudo o mais». Com esta medida, refere a carta-aberta da CT, «foi agravado de forma brutal o fosso que separa os referidos directores da maioria dos ferroviários».

Segundo a deliberação assinada pelo presidente do Conselho de Gerência da CP, os ordenados dos titulares de cargos de direcção e chefia foram aumentados para valores entre 744 contos (director-geral) e 339 contos (chefe de sector).



## Há outros caminhos É preciso agir em defesa dos têxteis

O Grupo Parlamentar do PCP exige do Governo português «uma firme atitude de rejeição desta proposta nas próximas reuniões, que se vão realizar para a debater, em finais de Setembro e princípios de Outubro», salientando também que «a Assembleia da República não pode ficar alheia a esta grave ameaça para os interesses nacionais».

Respondendo aos jornalistas, Lino de Carvalho e Luís Sá esclareceram que o «cabaz» de Leon Brittain deve ser «rejeitado liminarmente», tal como «qualquer proposta deste tipo», e que o Governo não deve admitir quaisquer contrapartidas pela destruição do aparelho produtivo que daí resultaria.

Para a Federação dos Sindicatos Têxteis, «é urgente alterar o percurso seguido pela Comissão Europeia no que respeita às políticas para as indústrias têxteis e do vestuário, com o objectivo da defesa de empresas competitivas e do emprego dos trabalhadores». Nesse sentido, a Fesete exige do Governo português:

- o respeito pelos acordos do GATT e o cumprimento do período de transição de 10 anos;

- a defesa do princípio da reciprocidade em todas as negociações bilaterais com outros países;

- o reforço do combate à fraude, aos desvios de tráfico, ao dumping em todas as suas vertentes (económica, social e ambiental), bem como, às demais práticas distorsivas da concorrência, com medidas rápidas e eficazes;

- apoios à modernização das empresas e à formação e reconversão profissional.

Se a Comissão Europeia insistir na sua proposta, a Fesete defende que o Governo portu-

guês deve invocar o interesse vital do País e impedir a aprovação do «cabaz» têxtil.

A federação lembra que a proposta de Leon Brittain tem a oposição dos industriais europeus, através da Euratex, e dos sindicatos. Mais: «à Comissão Europeia foram entregues propostas de «cabaz», incluindo do Governo português, que cumprem as regras estabelecidas e não incluem nesta segunda fase nenhum produto sensível para as nossas indústrias, os quais deverão ser apenas liberalizados na última fase».

«É essa, aliás, a posição dos EUA, que apenas vão liberalizar o seu mercado a produtos sensíveis para as suas indústrias a partir de 2005, conforme proposta já aprovada no Congresso», nota a Fesete.

Apelando à intervenção da Assembleia da República, do Parlamento Europeu e do poder local das regiões onde os têxteis e vestuário são sectores determinantes da economia, a federação deixa um aviso às associações patronais: «Não podem ficar numa posição de expectativa e inércia, que permita à Comissão Europeia aprovar este «cabaz» e, de seguida, virem colocar os trabalhadores perante a chantagem de que a concorrência acrescida aos nossos produtos exige a manutenção de baixos salários e elevados horários de trabalho.»

Ao mesmo tempo que reafirma não estarem os sindicatos dispostos a «perpetuar esta velha matriz, grande responsável pelos vários estrangulamentos que hoje afectam as nossas empresas», a federação declara: «Não deixaremos de mobilizar os trabalhadores pela concretização dos objectivos e exigências atrás apontadas.»

## Regime do trabalho a bordo na primeira sessão da AR

O Parlamento reiniciou ontem a sua actividade plenária com uma sessão inteiramente preenchida na sua ordem do dia com duas iniciativas legislativas - uma do Governo, sob a forma de proposta de lei, outra do Grupo comunista, consubstanciada em projecto de lei - sobre o regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca.

Este facto foi saudado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, que o considerou «de extrema importância», uma vez que se está «na iminência de um facto histórico»: a aprovação de legislação que consagre, para este sector, direitos reconhecidos à generalidade dos trabalhadores mas que não se aplicam às relações de trabalho a bordo.

O sindicato admite que, «eventualmente, se imporá no futuro articular o regime jurídico com a restante legislação de trabalho, no respeito dos princípios gerais constitucionalmente consagrados e esclarecer alguns aspectos do estatuto do trabalhador pescador». Mas, para que «finalmente, se faça justiça», deseja «que haja vontade política para o

fazer aprovar», considerando que «as condições políticas, essas, existem».

No preâmbulo do seu projecto, o PCP começa por reconhecer que «os pescadores portugueses, como todos os trabalhadores, têm o direito a ter as condições de prestação do seu trabalho legalmente enquadradas». Os comunistas frisam que «a aprovação, pela AR, do projecto de lei sobre o regime jurídico de trabalho a bordo das embarcações de pesca constituirá um acto de justiça para com um sector no qual a actividade é exercida em condições particularmente duras e perigosas».

Embora a regulamentação não seja fácil, «pelas características e usos do sector», «esse argumento não pode continuar a ter validade para manter os pescadores numa situação de injustiça», afirmam os deputados do PCP, ressalvando que, «por via da contratação colectiva ou de contrato individual, é sempre possível estabelecer regimes mais favoráveis, quer no que respeita às regras gerais e comuns, quer no que respeita às regras especiais constantes do presente projecto de lei».



As relações laborais a bordo das embarcações de pesca não são abrangidas pela legislação geral do trabalho nem têm qualquer instrumento jurídico específico (foto de arquivo)



## TRABALHADORES

# Conselho Nacional da CGTP define reivindicações Aumentar os salários combater as desigualdades

No momento em que se encontra em elaboração o Orçamento do Estado para 1997, a CGTP-IN sublinha que os salários têm vindo a perder valor real de ano para ano, quer face aos índices oficiais da inflação, quer pelas injustiças na repartição dos ganhos de produtividade, quer ainda pelo agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

Neste contexto, a CGTP definiu as reivindicações a apresentar ao Governo e ao patronato nos próximos tempos, que foram divulgadas por Manuel Carvalho da Silva, em conferência de imprensa realizada no passado sábado, após a reunião do Conselho Nacional.

O coordenador da central, acompanhado por Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo, Carlos Mamede, Eduardo Chagas e Maria Augusta Sousa, membros da Comissão Executiva, sintetizou o documento que fundamenta as reivindicações, sublinhando ser necessário «um compromisso claro do Governo para o crescimento real dos salários», o qual deve ter em conta os ganhos de produtividade, a repartição do rendimento nacional, o compromisso da aproximação à média salarial comunitária, e a taxa de inflação. Há ainda que «reduzir a parte

instável dos salários», combatendo a tendência crescente para o recurso a prémios e outros mecanismos que, além de resultarem em quebras de rendimentos dos trabalhadores, afectam também as contribuições para a Segurança Social e as responsabilidades quanto ao pagamento de impostos.

Ao exigir um salário mínimo nacional de 60 contos (actualmente é de 54600 escudos), a CGTP realça que aquele é um valor «moderado, face à realidade do custo de vida em Portugal e tendo presente a evolução dos salários». Carvalho da Silva referiu a propósito que, «se o crescimento do salário mínimo nacional acompanhasse o crescimento médio dos salários desde 1986, já teríamos um SMN de 62 contos; se recuássemos a 1974, seria muito superior».

O prolongamento do subsídio de desemprego, para os desem-



Dados recentes mostram que a riqueza está cada vez mais concentrada, ao mesmo tempo que se agravam as desigualdades na distribuição do rendimento nacional. Os trabalhadores são forçados a recorrer à luta por aumentos salariais e emprego com direitos (foto de arquivo)

pregados de longa duração com mais de 50 anos, é uma medida indispensável para dar resposta a «situações cada vez mais preocupantes, que merecem uma medida especial».

Como critério-base, a Intersindical Nacional defende que as pensões de reforma caminhem para um valor mínimo equivalen-

te a 60 por cento dos salários mínimos. Para 1997, «face ao valor actual das pensões e às dificuldades orçamentais da Segurança Social», a central reivindica a fixação da pensão mínima do regime geral em 32760 escudos (actualmente 29 contos), valor que equivale a 60 por cento do actual salário mínimo nacio-

nal, e não dos 60 contos exigidos para 1997. Mas exige também «que haja compromisso do Governo quanto à evolução progressiva para os 60 por cento do salário mínimo, valor recomendado por diversas organizações internacionais».

O Conselho Nacional aprovou ainda um conjunto de reivindicações para desagravamento da carga fiscal que recai sobre os trabalhadores. Foi recordado que, nos últimos 7 anos, os assalariados portugueses perderam em média, em cada ano, meio por cento dos seus salários reais pela via do agravamento dos impostos, pelo que «precisa de ser revista esta componente de grande desvalorização dos salários».

Carvalho da Silva frisou ainda que, «neste momento, discutir actualização de salários em colagem à inflação é manter os salários dos trabalhadores portugueses a léguas da possibilidade de se aproximarem da média europeia, é continuar a distanciá-los desta média».

Chamou também a atenção para o contra-senso que tentam criar a propósito da baixa taxa de inflação: «Entre os primeiros penalizados para que a inflação seja baixa estão os trabalhadores, que têm pago uma pesada factura. Não nos façam pagar para que a inflação desça e para que, depois, venham usar essa inflação para nos continuarem a pagar salários baixos.»

## Da «concertação estratégica» não virão boas novas

«Perante aquilo que está apresentado, os trabalhadores portugueses não têm razões para expectativas positivas em torno deste processo», disse Carvalho da Silva, comentando o andamento das negociações sobre a chamada concertação estratégica.

Dando nota das conclusões do Conselho Nacional da CGTP, o coordenador da central começou por considerar que a existência de largos consensos sobre muitas matérias, que o Governo tenta colocar permanentemente na opinião pública, «é uma afirmação falaciosa, porque o acordo perante enunciados não significa de forma alguma apoio a medidas que venham a ser adoptadas na prossecução da execução desses enunciados».

As posições da CGTP «serão claras sobre cada conteúdo concreto».

Foi feita uma apreciação da posição dos demais parceiros nas reuniões já realizadas.

### Responsabilidades

Por parte do Governo, a Inter conclui que há dois objectivos:

1 — «Após definir uma política que considera única e sem alternativa e em relação à qual não permite que a CGTP ou outros parceiros, o Governo quer depois co-responsabilizar a CGTP e todos os parceiros na execução das suas medidas.» Recusando esta maneira de encarar a concertação, Carvalho da Silva sublinhou: «Estamos disponíveis para discutir as políticas e para intervir na execução, mas jamais daremos aval àquilo que os outros definem, jamais seremos res-

ponsabilizados por políticas com as quais não estamos de acordo.»

2 — O Governo «coloca no plano das contrapartidas matérias que são incontroláveis» e «sobre as quais o passado mostra que muito dificilmente se cumprem ou nunca se cumpriram». O coordenador da CGTP levantou, a propósito, uma questão que tem estado «quase ausente da reflexão sobre este problema»: «Onde é que, até hoje, foram criados mecanismos que alguma vez permitam um controlo efectivo sobre os chamados pactos sociais ou acordos globais? A CGTP desafia que se aponte uma entidade com autoridade e capacidade para, perante o não cumprimento de um acordo desse tipo, seja capaz de agir e fazer com que os patrões ou o Governo cumpram a sua parte.»

### Ambições

Na posição patronal a CGTP regista «um afunilamento do processo» para dois grandes alvos:

— «concentrar a concertação estratégica na legislação laboral, ou seja, na maior desregulamentação e precarização do trabalho»,

— e, «por outro lado, transformar a concertação num instrumento que proporcione aos patrões mais benefícios fiscais, mais benesses do Orçamento do Estado e desres-

pensabilização em quaisquer medidas que requeiram investimentos salvaguardando o interesse nacional, como é o caso do ambiente e outros».

### Emprego

Carvalho da Silva comentou também a posição da UGT, que «põe com grande enfoque que o conteúdo de contrapartidas para os trabalhadores é o emprego, e que é preciso quantificar e definir compromissos em relação à criação de emprego».

No entender da CGTP, «o emprego é o conteúdo mais sensível, mais importante para todos os trabalhadores». Mas, «pelas experiências dos últimos anos, é claro que as promessas de criação de emprego não se cumprem; e com a actual política continuarão a não se cumprir».

Lembrando que «o acordo de 1996 previa um crescimento do emprego em mais um ponto percentual», aquele dirigente da CGTP perguntou «onde está esse crescimento».

A Intersindical reclama «medidas concretas para a criação de emprego, mas isso não é escrever num papel que em 1998 vai haver mais cem mil postos de trabalho, em 1999 haverá mais tantos mil... e depois não se cumprir». Medidas concretas para a criação de emprego significa, para a central, «medidas efectivas de criação de emprego, controladas e com os trabalhadores a darem o seu aval perante a sua concretização e não perante a simples promessa».

### Negociar no concreto

Questionado sobre qual o valor reclamado pela CGTP para as actualizações salariais em 1997, Carvalho da Silva reafirmou que a central não vai entrar em discussões em torno de um referencial global. «Queremos os salários negociados com base em princípios e em função da realidade concreta de cada sector e de cada empresa», disse o coordenador da Inter, notando que «haverá sectores onde até se poderia aplicar o referencial de inflação, mas há certamente outros onde um aumento de 10 por cento não significaria nada».

As referências gerais e globais «desaguam na confrontação simplista de referenciais de inflação e, como sabemos, essa é uma das vias de desvalorização dos salários», uma vez que, para além da taxa oficial da inflação, «os trabalhadores têm perdido salários reais pela fiscalidade, pela injusta distribuição da riqueza, pela injusta distribuição dos ganhos de produtividade, pelo aumento dos encargos na saúde e no ensi-

### Acidentes

Também «com grande relevo neste Conselho Nacional» foi discutido o problema dos acidentes de trabalho. Constituindo «um dos indicadores maiores da degradação das relações laborais», este tema — lembrou Carvalho da Silva — esteve na origem de uma movimentação importante da CGTP em 1996, que despoletou reflexão também no aparelho de Estado, nomeadamente por parte do Procurador Geral da República.

Contudo, «nos últimos tempos, temos assistido a um agravamento dos problemas nesta área, com acidentes a repetirem-se atrás uns dos outros e mortes anunciadas praticamente todas as semanas». Na conferência de imprensa foram referidos os acidentes na Ponte 25 de Abril e, mais recentemente, «numa obra pública que, ao que sabemos, não estava devidamente licenciada».

Face à agudização da situação, a CGTP reclama a pronta intervenção do Estado e do Governo.



## COIMBRA

## Plano Rodoviário ambíguo

Depois de analisar o Plano Rodoviário referente ao distrito, a Direcção de Organização Regional de Coimbra do PCP enviou ao Grupo Parlamentar comunista a sua apreciação. Para além de não incluir a articulação com o Plano Ferroviário, este Plano revela «uma total ambiguidade quanto à relação entre tipologia (auto-estradas, vias rápidas complementares, nacionais, regionais) e características técnicas das vias (auto-estradas, vias rápidas 2x2, vias rápidas simples, estradas)» e «a inexistência de plano e de calendário de obras impede a formação de opinião sobre muitos itinerários», dizem os comunistas. Analisando, depois, algumas estradas do distrito, o PCP tece diversas considerações, designadamente em relação à IP 3, para a qual «aparece agora o PS a falar em portagem paga ou portagem virtual»; à EN 236, que «ainda não passa de um projecto»; à EN 2, cuja «classificação é incoerente».

## LOURES

## Adiamento «inaceitável»

O Eléctrico Rápido é a solução «que se afigura como a mais viável economicamente, de concretização mais rápida e que mais eficazmente responde aos problemas e às necessidades dos habitantes do corredor de Odivelas-Loures», defende a Comissão Concelhia de Loures, lembrando que o final de Setembro é a data-limite apontada pelo Governo para o anúncio da decisão sobre a solução de transportes em ferro-carril para este corredor. Considerando «inaceitável» o adiamento deste processo, o PCP exige a implementação do eléctrico até 98 e acusa os eleitos do PS de quererem esquecer uma reivindicação publicamente assumida por este partido em campanhas eleitorais.

## GUIMARÃES

## CDU pode «colorir» gestão

Dando conhecimento público das conclusões saídas da sua reunião de sábado passado, a Comissão Concelhia de Guimarães informa, designadamente, que o processo de formação de listas para as eleições autárquicas decorre com normalidade verificando-se um clima de abertura nos contactos mantidos com eventuais candidatos. Entende o PCP que está «ao alcance dos comunistas e seus aliados na CDU ganhos eleitorais bastantes para colorir com as cores da esquerda e do progresso uma gestão que despreza a participação dos cidadãos». Afirmando que o que se conhece sobre o OE 97 «deixa antever o agravamento da situação social e o alastrar do descontentamento popular», a Concelhia do PCP alerta para as notícias sobre uma antecipação pelo Governo da liberalização da entrada de produtos têxteis de países menos desenvolvidos que, a confirmar-se, não deixará de representar para as empresas do Vale do Ave um «golpe traiçoeiro que muitas delas não estão em condições de aguentar».

## BEJA

## Demagogia não resolve desemprego

O desemprego não cessa de aumentar no distrito de Beja, com taxas muito acima da média nacional. A constatação pertence à Organização Regional do PCP que acusa o governador civil de Beja de «propagandear» a criação de «quase um milhão de postos de trabalho» e a «forte oferta de emprego que existe», sem esclarecer onde foram criadas essas centenas de empregos. Afirmando que os cidadãos do distrito conhecem já «a demagogia e a falta de rigor de muitas afirmações públicas do autoproclamado «representante do Governo no Baixo Alentejo»», os comunistas consideram contudo «inadmissível» que se procure ocultar «com descaradas mentiras as nefastas consequências sociais da política de direita da actual governação». Medidas sérias de protecção social, cumprimento do prometido plano de emergência, construção do Alqueva e reabertura da mina de Aljustrel, são algumas das medidas que, a par da Regionalização, o PCP defende para resolver o desemprego e outros problemas do Alentejo.

## SETÚBAL

## A luta é o caminho

Só nos últimos dois meses, no distrito, mais de duas centenas de trabalhadores ficaram sem posto de trabalho e outras centenas viram os salários e os subsídios em atraso, denuncia a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP. Afirmando que a situação não é mais grave porque a luta dos trabalhadores tem impedido o encerramento de empresas, os comunistas destacam a este propósito a acção dos trabalhadores da Renault e da Agaeer. As preocupações do PCP vão ainda para a actual versão do Plano Rodoviário Nacional que não contempla a Circular Regional Interior da Península de Setúbal que, com a nova Ponte Sacavém/Montijo e o comboio na Ponte 25 de Abril, assume uma grande importância para as acessibilidades e transportes na Península de Setúbal.

## No Porto

## Reunião «aquece os motores»

Cerca de meio milhão de militantes da Direcção da Organização do Porto participou, no passado sábado, numa reunião no Hotel Tuela que teve a presença do Secretário-Geral do Partido e que foi dedicada à análise da situação política e da intervenção do Partido, tendo como ponto destacado o XV Congresso no Porto.

Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política, começou por enquadrar esta primeira reunião depois das férias e da grande e bela festa do «Avante!»: «Temos à porta o XV Congresso do Partido que, sendo o terceiro realizado no Porto, não pode nem deve ficar abaixo do bom nível de realização que conseguimos para os anteriores.» Fazendo um apelo ao envolvimento de todos os militantes no debate - «que todos sintam ser importante dar

a sua opinião» - falou sobre a situação social no distrito, com 80 mil desempregados, baixíssimo poder de compra, perspectivas de mais encerramentos de empresas (basta atentar na ameaça de novos acordos têxteis na União Europeia que podem levar à redução de mais 65 mil postos de trabalho), apresentando-se a luta como o único caminho a seguir. Abordadas foram ainda sobre as eleições autárquicas que, perfilando-se em 1997,

exigem desde já medidas orgânicas e crescente atenção e, finalmente, a campanha de recrutamento no Porto que, apesar de se desenvolver de forma positiva, não prescinde do apelo a que todas as organizações se aprestem a cumprir as suas metas.

Depois de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido, fazer uma breve intervenção sobre os tópicos principais da situação política nacional, falou Vidal Pinto, do Comité Central, que colocou com grande vivacidade a questão da realização do Congresso no Porto, acentuando desde logo que o objectivo para a DORP é «assegurar a montagem de toda a infra-estrutura, sem prejudicar o debate».

Escalpelizou uma a uma as

tarefas que vão requerer uma militância activa, aptidão profissional e sobretudo um grande espírito de entreatada, próprio dos comunistas, para, além do mais, não deixar por mãos alheias o reconhecido lema de que «o Porto sabe receber». Assim, dos aspectos de implantação, ao serviço de ordem, às cerca de 1500 dormidas, à tradução e apoios técnicos, aos transportes, Vidal Pinto foi lembrando que para cada tarefa existe ficha de cor diferente que pode ser preenchida, quanto mais rapidamente melhor, para dar o tão necessário espaço à outra face de preparação do Congresso - o debate das Teses, a eleição dos delegados e a colocação do Congresso na rua, para os trabalhadores e as massas. Ficou dado o mote:

## Carlos Carvalhas no Porto

## Interesses eleitoralistas pre

Realizou-se, no passado sábado, no Hotel Tuela, no Porto, com a participação do Secretário-Geral do PCP, uma reunião de militantes do distrito para discussão e análise da situação política e da acção do Partido, com destaque para as tarefas decorrentes da preparação do XV Congresso.

## Por uma política de esquerda

Esta nossa reunião de debate, informação, definição de tarefas e mobilização, teve lugar num quadro em que se acentuam as consequências da política neoliberal do Governo assente nos dogmas de Maastricht.

Aumenta o desemprego e a fragilização do aparelho produtivo, agravam-se as condições de vida de milhares e milhares de famílias e crescem o desencanto e a frustração com as promessas não cumpridas.

O Governo, em vez de arrear caminho, multiplica as suas operações de marketing. Mas a realidade não se altera com a propaganda, com a divulgação do Orçamento em parcelas cuidadosamente embrulhadas, nem com as múltiplas deslocações de ministros pelo país, nem com o chamado governo em diálogo, com os respectivos «sacos azuis» e promessas, como acontece agora no distrito de Viseu.

Por cada ponto que se perde na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em consequência da política seguida, maior é a pressão sobre o défice Orçamental, sobre o desemprego e o nível de vida da generalidade dos cidadãos.

E também não é com disfarces mediáticos, nem com grandes frenezins «oposicionistas» sobre o acessório, que o PSD e o PP alteram a sua coincidência objectiva com a política do Governo, nas questões essenciais e mais estruturantes.

Na verdade o PS está a executar um Orçamento que teve o apoio expresso do PP e que também poderia ter tido o apoio do PSD. O que divide o PSD da política do Governo PS, não é o essencial da política económica, financeira ou social, mas sim o estar ou não sentado à Mesa do Orçamento e dos Fundos Estruturais.

Por isso, só por cálculo politiceiro e para dar a ideia que tem uma política alternativa e assim procura manter um rotativismo que não altere o fundamental dos interesses instalados, é que o PSD e o PP apelam a uma política do PS de esquerda. É uma maneira de procurarem capitalizar o descontentamento resultante de uma política que eles seguiriam se fossem governo.

Mas os banqueiros e os expoentes do grande capital que acompanham o Primeiro-Ministro ao Brasil e agora à reunião da Internacional Socialista em Nova Iorque, não deixarão de se divertir com tal política de esquerda! Alguns até dizem: se esta é a política de esquerda, tanto nos faz que seja executada pelo PS, pelo PSD ou pelo PP... Sejamos claros. Nem sequer o Governo se auto-apelida de governo de esquerda.

O grande Partido de esquerda que levanta as bandeiras e as causas da esquerda na Assembleia da República e fora dela, sem disfarces nem tibezas, é este Partido, é o Partido Comunista Português. E é pela esquerda que se pode dar resposta aos problemas do país.

O Primeiro-Ministro já se confessou neoliberal em economia, embora atento às questões sociais. Atentíssimo, sobretudo no verbo...

Não se pode levar à prática uma política neoliberal, uma política de concentração de riqueza e simultaneamente dar resposta aos problemas sociais. Num governo não há lugar para dois amores: o do grande capital por um lado e o dos trabalhadores e camadas médias por outro.

Quando no Orçamento se dá ao capital financeiro milhões de contos, sublinho, milhões de contos, em benefícios fiscais, como ficou consignado para este ano, então esses milhões faltarão depois na saúde, no ensino, nas reformas e nos salários dos trabalhadores da Função Pública. É uma evidência.

E quando se congelam os salários, quando não se estimula o consumo popular, atrofia-se o comércio e o escoamento da produção, o que é um desencanto ao investimento e à criação de empregos. Mas o Governo fiel aos grandes interesses e aos grandes senhores do dinheiro, já está a preparar a opinião pública para um Orçamento deflacionista, para congelar as reformas e os salários dos trabalhadores da Função Pública. No mesmo sentido também se tem vindo a pronunciar o Banco de Portugal com o eufemismo da moderação salarial, actuando com uma autêntica correia de transmissão à política do Governo. O resultado está à vista: vulnerabilização do aparelho produtivo, substituição crescente da produção nacional pela estrangeira, entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa às transnacionais; aumento do desemprego, do trabalho precário e das bolsas de pobreza!

O País não cria empregos, isto é, os que cria não só não chegam para os jovens que chegam ao mercado do trabalho como nem sequer pensam os que têm vindo a ser destruídos.

E isto é a consequência das receitas aplicadas: desbaratamento do sector empresarial do Estado e reconstituição dos grupos monopolistas, aumento dos impostos indirectos, congelamento dos salários e corte nas despesas sociais. Deflação da economia.

Ainda esta semana, isto mesmo, foi reconhecido pela ONU (CNUCED), que sublinhou também que «as compressões Orçamentais exercem pressão para a baixa no crescimento da produção o que por sua vez se irá reflectir nas receitas orçamentais necessárias para responder aos objectivos fiscais», engendrando-se o ciclo da estagnação e da recessão. Acrescentando que o desvio deflacionista se agravou em 1995, com os salários reais a não aumentarem há vários anos.

Mas será que o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças se mantêm autistas?

Será isto a Europa que nos prometeram com cada vez mais desempregados e mais pobres?

Será esta a Europa do progresso e justiça que nos apresentaram quando acordaram o Acto Único, o Grande Mercado, Maastricht e agora a União Económica e Monetária?

Os povos estão cada vez mais afastados das decisões, mas são eles que sofrem as consequências das decisões dos governos e dos burocratas bem pagos de Bruxelas.

Por isso mesmo cresce na Europa a desconfiança dos povos e a oposição a Maastricht. E também por isso os governos fogem a sete pés de um referendo sobre o Tratado e a moeda única. É a democracia do funil.

E os teólogos do neoliberalismo, os seus sacerdotes, curandeiros e cortesãos, ancorados nos dogmas monetaristas continuam a querer fazer crenças que não há outro caminho... Mas há. Há outras soluções e caminhos

Nós não nos ficamos pelas críticas e pela denúncia. Apresentamos alternativas e fundamentamo-las. É esta a nossa postura nas instituições (Assembleia da República, Parlamento Europeu) e fora delas.

Orgulhamo-nos de marcar a nossa acção pelo carácter profundamente construtivo como se pode exemplificar de forma indiscutível no facto de na última acção legislativa o grupo parlamentar do PCP ter sido o que apresentou mais projectos de lei, alguns dos quais de tão difi-





O XV Congresso do-PCP, que se realiza em Dezembro, foi o principal tema de discussão da reunião de militantes do Porto

assegurar a máxima representatividade e democraticidade do Congresso exige a participação dos militantes e para isso devem ser criadas condições necessárias e suficientes.

Teresa Lopes, ainda nesta fase de abertura da reunião, colocou o problema das próximas Eleições Autárquicas de 97. Não apenas porque outras forças políticas se movimentam já fre-

neticamente em torno delas, mas também porque se nos colocam algumas dificuldades objectivas - as nossas próprias forças no distrito - que não podem levar a que o trabalho desta frente sofra baixas ou quebras. A actividade dos actuais eleitos e a intervenção própria do Partido junto das populações, mas também contactar eventuais candidatos, preparar as listas, acelerar a defini-

ção de alguns encabeçamentos, nomeadamente às câmaras e assembleias municipais, são tarefas para hoje.

Estava dado o pontapé de saída para a intervenção de outros camaradas que vieram naturalmente acrescentar opiniões e análises que o próprio Congresso deve aprofundar - o problema da violência e da (in)segurança públicas; as pro-

messas e a real política do PS para os trabalhadores - a Lei da Flexibilidade e da Polivalência e o espaço de luta que continua aberto; «as realizações literárias e os planos miríficos» de autarcas em campanha eleitoral; a segurança social e as velhas receitas do grande capital; a complexidade do movimento sindical e as novas respostas que é preciso encontrar para os

comunistas nos sindicatos da UGT; a actividade autárquica e a importância de informar e «colher teses» junto da população: as grandes superfícies comerciais e o descanso semanal desses trabalhadores; o bellissimo exemplo de recrutamento voltado para a renovação etária do Partido de Vila do Conde - em 16 entradas no PCP, 13 são jovens; a necessidade de

aprofundamento pelo próximo Congresso da participação dos comunistas nos movimentos de solidariedade social e as Mútuas; a política de saúde do actual Governo..., de tudo se falou.

Ao fim da tarde, a reunião foi encerrada com uma intervenção de Carlos Carvalhas, numa sessão aberta à comunicação social. (Intervenção transcrita noutra local.)

## sidem já à acção governativa

cil contestação que foram aprovados em plenário. Orgulhamo-nos da nossa postura positiva no nosso valioso trabalho autárquico com as populações; no nosso empenho em resolver problemas, no nosso esforço para que as grandes questões que mais irão definir o quotidiano e o futuro das portuguesas e dos portugueses sejam objecto de profunda reflexão e sejam sujeitos a grandes debates nacionais e não reduzidos a superficialidades, a frases publicitárias, ou a spots políticos.

Não é no reino do «faz-de-conta» que se encaram e resolvem os problemas.

**E o PS não deve ter ilusões. Os cidadãos não gostam que os seus votos sejam usados para a continuação, no essencial, de uma política que eles quiseram ver derrotada.** Ninguém gosta de ser ludibriado.

De facto, a direcção do PS terá de explicar por que é que na oposição tendo feito da **Regionalização** uma bandeira, agora com cedências e múltiplos acordos com o PSD arranjou uma tal embrulhada constitucional que a Regionalização ficará na arca frigorífica por muito tempo.

Terá de explicar por que é que na oposição tanto levantou a bandeira da **transparência** e agora silencia o acordo do anterior governo com o Champalimaud, com a módica quantia de 17 milhões de contos; a mão baixa sobre a privatização da Petrogal, **por que é que mandou arquivar o inquérito do SIS** sobre as suas actividades em relação aos partidos da oposição!

Terá de explicar por exemplo, por que é que votou contra o projecto de lei do PCP que visava a redução do horário de trabalho para as 40 horas e assumiu a paternidade da lei da flexibilidade e da polivalência, porque é que votou contra a reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos!

Não há disfarce, nem manobristismo, nem retórica que ultrapasse a verdade dos factos.

Mas há mais. O Governo PS até já está a imitar alguns dos piores tiques e derivas do cavaquismo.

E para que conste, daqui do Porto, declaramos com clareza que o Governo PS, **já está a confundir o aparelho de Estado com o aparelho partidário, já está a atrasar obras públicas e a adiantar outras a toda a pressa à custa do erário público, em função dos seus interesses eleitoralistas e cálculos autárquicos.** É a mesma prática que tanto criticaram. Até nos tachos para a rapaziada (jobs for the boys) e nas campanhas internas para abater os seus companheiros. O Primeiro-Ministro insinuava, ontem em Viseu, **que os ataques à Ministra da Saúde vinham dos lobbies da Indústria Farmacêutica**, assinalando os milhões do Orçamento da Saúde. Afinal, hoje, a Ministra da Saúde vem dizer que os ataques vêm de dentro, vêm da casa, vêm do PS. O que é que agora diz a isto a direcção do PS?! (...)

### A política da avestruz

Como é sabido esta semana requeremos um debate parlamentar de urgência sobre as ameaças para Portugal resultantes da segunda fase da integração dos **produtos têxteis e vestuário** nas regras da organização mundial do comércio e apresentámos na Assembleia da República a lista de produtos têxteis e de vestuário actualmente sujeitos a quotas de importação, com vista à sua liberalização e a uma nova abertura dos mercados europeus a mais importações doutros de países.

A pergunta que fazemos é a seguinte: **o Governo não sabia, não conhecia tal lista onde se encontram artigos altamente sensíveis para as indústrias do têxtil e do vestuário, que representam 25%**

**das nossas exportações e que têm um peso fundamental no Norte do País?**

Se não sabia, é caso para se saber o que é que andam a fazer em Bruxelas e Estrasburgo e para que servem os milhões que aí se gastam.

Se sabia, por que é que, à boa maneira cavaquista, escondeu, silenciou e ao contrário não mobilizou a opinião pública, os industriais, os sindicatos, os grupos parlamentares portugueses no Parlamento Europeu e a Assembleia da República para o combate e pressão que desde já deveria estar a ser feita sobre a Comissão e o Conselho Europeu?

Será que mais uma vez nos querem apresentar os factos como consumados, para depois virem desculpar-se com os constrangimentos externos que eles próprios ajudaram a criar?

Isto é inadmissível e inaceitável. (...)

### Um novo rumo para Portugal

Nesta reunião, analisamos a situação política, os trabalhos preparatórios para o nosso XV Congresso e o processo do debate interno que deve mobilizar todo o Partido. Ele representará seguramente um novo fôlego para o PCP, para a nossa iniciativa e para a luta pelos seus ideais e projecto.

A sua preparação será conjugada com a intervenção política voltados para fora e para o futuro. Estamos confiantes que o Congresso dará um novo impulso à renovação do Partido, à sua democracia interna, ao seu reforço social, político e eleitoral e à afirmação do PCP e do seu insubstituível papel na sociedade portuguesa, na luta pelo aprofundamento da democracia, pelo bem-estar do povo, pelo socialismo, por Portugal.

Nós recusamos o fatalismo e a resignação, recusamos os factos consumados, a degradação da democracia política e o fundamentalismo monetarista, os mercados - leia-se Banca, Bolsa e Seguros - como os notários do bem e do mal, do positivo e do negativo, da felicidade ou da infelicidade dos povos, recusamos uma democracia reduzida ao «laissez faire», à «lei da selva» e à lógica da exclusão.

O Estado mínimo que os plutocratas defendem é o estado cúmplice

dos interesses instalados, dos interesses estrangeiros, da corrupção e dos grupos mafiosos, da democracia formal, das derivas securitárias e do populismo.

É o Estado que faz a apologia do egoísmo e do individualismo mais desenfreado, do cidadão passivo afastado da participação e dos debates do que lhe é essencial, a quem se oferece espectáculos para os quais é convidado a assistir num respeitoso silêncio.

A assistir à política, espectáculo e à informação-espectáculo, que não deixa, qualquer civismo, a assistir a que decidam pela sua cabeça, a ouvir slogans lapidares, vazios de sentido e a discursos simplificadores que flegam a porta a toda a reflexão.

Os avanços da civilização e o futuro da humanidade não estão no autoritarismo, na liquidação de direitos, não está na precarização das relações laborais, em nome da «santa» competitividade, nos «cantos da sereia» de pôr os explorados a partilhar o salário e o emprego, mas na luta de massas, nas lutas complementares, comuns ou convergentes dos trabalhadores a nível de cada país e no nosso espaço, ao nível da União Europeia, pelo aumento dos salários, pelos direitos, pela redução do horário de trabalho, pela concretização do princípio da coesão económica e social.

Os avanços da civilização e o futuro da humanidade não estão nas regressões sociais, na concentração da riqueza, nos dilectos das grandes potências, nas receitas dos guardiões do Templo dos interesses dominantes, na cultura da passividade e da domesticação dos espíritos numa pretensa eternidade do capitalismo, mas sim, na luta pela transformação social, na luta para dar conteúdo aos valores da solidariedade, da fraternidade e da justiça social, na luta contra a exploração e a alienação, no empenho e na luta pela construção de novas sociedades assentes num projecto renovado e enriquecido, que acolha o melhor do já conquistado pela humanidade e esteja aberto às necessidades que o devir histórico seguramente trará.

É neste caminho que, com confiança, seriedade e serenidade, continuaremos a luta e a intervenção ao serviço do povo, ao serviço da democracia e de Portugal.

## Primeiro-ministro em Viseu divulga «imagem de marca»

A visita do primeiro-ministro e membros do Governo ao distrito de Viseu foi sobretudo orientada para a divulgação de uma «imagem de marca», afirma o Secretariado da DORV do PCP, que considera ter-se confirmado a apreciação que havia feito ao programa anunciado.

Ausentes das preocupações governamentais estiveram os grandes problemas com que o distrito se debate - ruína de grande parte da agricultura da região, desertificação das zonas interiores, desemprego e precariedade do emprego - acusam os comunistas, considerando que o «diálogo» propagandeado não passou sobretudo de um «rótulo», numa visi-

ta marcada pelo favor partidário e o improvisado organizativo.

Entre outras apreciações, o PCP chama a atenção das populações para o facto de o PS se comportar no Governo tal como o PSD, promovendo o clientelismo e esquecendo promessas. E exemplifica com a Universidade Pública, promessa dos candidatos do PS, em relação à qual veio agora o primeiro-ministro matar quaisquer ilusões.

O «périplo governamental» teve, no parecer dos comunistas, uma «intenção preparatória das eleições», patente na visita a S. Pedro do Sul (onde misturando partido e Governo o primeiro-ministro foi serenar ânimos), na

abertura do novo Hospital de Viseu que, apesar da situação degradada do actual H.D.V., vai ser adiada para 97, ou em relação ao Hospital Distrital de Viseu para o qual a Câmara PS, «na mira das próximas eleições», se dispõe a realizar em tempo recorde os processos de expropriação necessários à sua construção.

E a propósito de promessas eleitorais, a DORV do PCP recorda ter o Grupo Parlamentar do PS inviabilizado uma proposta do PCP para o PIDDAC, que dotava de verbas o restauro do Mosteiro de S. João de Tarouca, apesar de interesse manifestado em relação ao assunto por António Guterres, enquanto secretário-geral do PS.



## Leiria Desemprego não pára de crescer

Na reunião que realizou no sábado passado, a Direcção da Organização Regional de Leiria apreciou os principais aspectos da situação política regional.

Em relação às alterações agora propostas pelo Governo ao Plano Rodoviário Nacional, consideram os comunistas que apresentam diversos aspectos negativos, quer relativos aos prazos de execução que são anunciados, que mostram da parte deste governo uma negligência idêntica à do Governo PSD.

Objecto de apreciação foi também o sector da educação. Designadamente «a multiplicação de "contratos de associação" com escolas privadas em zonas cobertas pela rede pública» merece o parecer crítico dos comunistas, que acusam o Governo de apostar na privatização do ensino e na desvalorização da escola pública e do ensino público e de qualidade para todos. E as «escandalosas» propostas do governo em relação ao pré-escolar, «cujos objectivos de expansão anunciados estão longe de ter suficiente orçamentação, ao mesmo tempo que se projecta a inadmissível cobrança de "mensalidades" aos pais na rede pública».

O PCP chama depois a atenção para o desemprego - que não pára de crescer - e para a situação social e laboral que conhece na região novos e graves desenvolvimentos. Uma situação patente «no arrastar de problemas visando a recuperação das empresas cristaleiras, da COFTA de Alcobaça e quando se anunciam novos despedimentos colectivos, como é o caso da CUF -Têxteis de Ansião e da Emimolde da Marinha Grande».

Entretanto, do calendário de iniciativas aprovado, a DORLEI destaca o Encontro Regional de Activistas e Eleitos da CDU, no dia 26 de Outubro, as Assembleias de Organização de Peniche e Marinha Grande e os debates de preparação do XV Congresso do PCP.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Mário Pereira

Aos 62 anos, faleceu em Lisboa o camarada Mário Pereira, prestigiado actor e interveniente activo na vida cultural e sindical do nosso país. Destacado militante comunista, desenvolvia grande actividade no Sector Intelectual, onde estava organizado.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa, que manifestou publicamente o seu pesar, diz ter sido integralmente respeitada a sua expressa vontade de não realização de quaisquer exéquias.

#### Manuel Gustavo Marques

Faleceu em Lisboa, no dia 6 de Setembro, com 67 anos de idade, o camarada Gustavo Marques, arquitecto.

Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, desenvolveu a sua actividade partidária em várias áreas e deu, durante anos, uma efectiva contribuição na participação da ORL na Festa do «Avante!». Actualmente pertencia à célula do Património do Sector Intelectual de Lisboa do PCP.

#### João Garcia David

Com 66 anos, faleceu no Couço, após doença prolongada, o camarada João Garcia David. Militante do PCP desde antes do 25 de Abril, desenvolveu, enquanto a saúde lhe permitiu, uma intensa actividade no Partido. Muito estimado, o seu funeral foi disso demonstração.

#### Armando da Conceição Vicente

Faleceu, no passado dia 8 de Setembro, com 68 anos de idade, o camarada Armando da Conceição Vicente. O camarada encontrava-se organizado na Freguesia dos Prazeres, em Lisboa.

#### José Joaquim Lobato

Vítima de doença prolongada, faleceu recentemente em Lisboa, com 76 anos, o camarada José Joaquim Lobato. Democrata sincero desde a sua juventude, inscreveu-se no PCP em 1974. O camarada estava organizado no Bairro da Liberdade, onde desenvolvia com dedicação grande actividade partidária.

#### Alice Oliveira Valada

Com 88 anos de idade, faleceu no dia 23 de Setembro a camarada Alice Vieira Valada. Foi durante anos activista na freguesia de Alverca.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Jerónimo de Sousa na Festa das Colheitas «Do PCP ninguém espere incoerência»

No passado fim-de-semana, realizou-se na freguesia de Santa Justa, no Couço, mais uma Festa das Colheitas. Esta iniciativa, realizada anualmente pela organização local do PCP, tornou-se já uma tradição para as pessoas que a visitam. Este ano, a Festa das Colheitas voltou a ser muito participada, decorrendo com grande animação.

Com uma assembleia de muitas centenas de pessoas, realizou-se da parte da tarde, um comício, com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, e José Brandão, membro da DORSA e presidente da Câmara de Coruche, integrando ainda a mesa que presidiu a este comício membros da comissão organizadora da Festa, da Comissão de freguesia do Couço e da Comissão Concelhia de Coruche.

Falou em primeiro lugar José Brandão que, depois de saudar a organização do Partido e o carácter popular da iniciativa, apelou ao aprofundamento dos valores do convívio e da fraternidade da população do Couço e à persistência na luta por mais justiça, progresso e democracia.

Interveio a seguir Jerónimo de Sousa que, depois de saudar o empenhamento militante e a participação da população

naquela realização anual do PCP na região, falou da situação política e social que «no limiar do segundo ano de governo PS» se agrava e deteriora. Trata-se de uma política que, no parecer do dirigente comunista «nas questões fundamentais mantém uma linha de continuidade em relação à política do governo do PSD».

«Ao frustrar a esperança e a vontade de mudança que alicerçaram o voto que levou à derrota da direita, o Executivo de Guterres assume a responsabilidade pelo agravamento dos problemas», disse.

«O PCP não exige, não reclama, nem esperava que passado um ano os problemas estivessem todos resolvidos no plano económico e social. O que o PCP critica e denuncia é a persistência (às vezes com o Governo a ser mais papista que o Papa) numa política de privatizações e

de entrega ao grande capital nacional e internacional do melhor património público empresarial do país; é ter tomado como primeira medida para os trabalhadores a desregulamentação dos horários de trabalho e das profissões, através da lei da flexibilidade e da polivalência; é ter esquecido as suas posições e propostas, quando na oposição, como aconteceu, por exemplo, em relação à idade da reforma das mulheres; é gerir o desemprego e não travar a destruição do aparelho produtivo», continuou o dirigente comunista lembrando, naquele passo, o que se está a passar no Vale do Sorraia - «terra rica e cheia de potencialidades» -, onde, devido a uma política errada, grassa o desemprego e cresce o recurso à migração.

Referindo, depois, o quadro da Comunidade Europeia, Jerónimo de Sousa afirmou que Guterres, «que acusava e bem Cavaco Silva de ser um aluno bem comportado, demonstra agora uma disponibilidade de aluno engraxador, que condiciona a política nacional e as medidas económicas e sociais aos critérios de Maastricht». A confirmar-se a perspectiva de que o

Orçamento do Estado «vai ter como matriz e colete de forças a subordinação à convergência nominal e aos calendários da moeda única», disse o dirigente comunista, «então quem sofre serão os salários, os serviços e as prestações sociais, serão os trabalhadores, os reformados, os pequenos e médios empresários. Ninguém espere do PCP a incoerência de dizer uma coisa aos portugueses e fazer outra na Assembleia da República. Por isso, avisamos desde já: a confirmar-se um tal Orçamento, votaremos contra. Porque um orçamento subordinado aos ditames de Maastricht não serve aos trabalhadores, ao povo e ao país».

«É necessário mudar de rumo», disse a terminar este membro da Comissão Política do PCP. «É necessário que todos os homens e mulheres que confiaram na mudança unam esforços e desenvolvam a luta em torno dos seus interesses e aspirações concretas, na certeza de que podem contar com o PCP. O PCP recusa o conformismo e não vira a cara às dificuldades. O PCP tem a profunda convicção de que é possível um Portugal melhor.»

## Força militar na Bósnia

### Luís Sá comenta a situação

Uma delegação do PCP, que integrava Luís Sá, da Comissão Política, e João Amaral e José Neto, do Comité Central, deslocou-se na passada sexta-feira à residência oficial do primeiro-ministro para expressar ao ministro da Presidência e da Defesa a opinião do PCP sobre a participação portuguesa na nova força que a NATO se prepara para colocar na Bósnia.

António Vitorino realçou o papel estabilizador da paz e da reconstrução da economia local desempenhado pela força da NATO naquela região, assim como a permanência da presença portuguesa na IFOR 2, posição que foi secundada por PS, PSD e PP.

Opinião contrária defendeu a delegação comunista que manifestou ao ministro o seu desacordo e reiterou as posições há um ano assumidas pelo PCP.

Recorda-se que em Novembro de 95 o PCP havia considerado que a operação da NATO, então em marcha, assumia funções de «pólicia da Europa», «substituindo-se ao papel da ONU e da Organização de Segurança e Cooperação Europeia», e que se situava «fora da área de competências da NATO», conduzindo «ao seu fortalecimento no interesse essencial dos EUA e da sua indústria militar». Por outro lado, alertava

então o PCP, tratava-se de «uma operação de alto risco e de carácter especificamente militar», fazendo parte de «um processo de desenvolvimento incerto e perigoso», que acabaria por se traduzir por «encargos desproporcionados» para o país.

À saída da audiência, Luís Sá, interrogado pela comunicação social, disse ter reiterado ao

afirmou Luís Sá, lembrando ainda que os acordos de Dayton tinham, para além da componente militar, uma importante componente económica, de desenvolvimento e de carácter social que foi claramente passada para segundo plano.

Interpelado sobre se o PCP estaria de acordo, caso fossem menos homens e menos custos, Luís Sá insistiu: «Trata-se do pro-

tores novos mas a nossa apreciação de fundo mantém-se, uma vez que a componente humanitária foi passada para plano muito secundário e o esforço não é dirigido para a reconstrução do país». Aliás, atendendo a que o desemprego na zona de estacionamento das tropas é de 100 por cento, consideram os comunistas que o próprio ministro é obrigado a



A componente humanitária foi secundarizada, disse Luís Sá à saída do encontro

ministro essa «posição muito clara» de desacordo sobre o envio de tropas para a Bósnia.

«Aparecem agora com uma nova missão que dizem ser provisória, por menos tempo e menos custos, quando o problema que se coloca é saber se não estamos perante uma situação *sine die*»,

longamento de uma situação sobre a qual temos posição. Era uma missão por um ano, agora é o prolongamento por um curto prazo, ainda não equacionado em termos de custos humanos e financeiros, e ninguém garante que depois desta não surjam novas missões. É certo que há fac-

reconhecer a incompetência da missão nesta matéria.

A delegação do PCP aproveitou ainda para colocar ao Governo outras preocupações, nomeadamente sobre a reestruturação da indústria da defesa e a manutenção dos direitos dos trabalhado-



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## As grandes questões em debate

O plenário da Assembleia da República reiniciou ontem a sua actividade, após proposta nesse sentido recentemente apresentada pelo PSD. Com este regresso dos deputados ao hemiciclo, um pouco a destempo do calendário habitual, são ainda, no plano formal, os trabalhos da primeira sessão legislativa da actual Legislatura que prosseguem, já que, oficialmente, o novo ano parlamentar só tem início no próximo dia 15 de Outubro.

Perdido parte do sentido político que o PSD quis imprimir a este recomeço extemporâneo dos trabalhos parlamentares - confrontar o Governo em maté-

meses, mais precisamente até final de 96, terá três temas fortes a dominar a sua agenda parlamentar: o Orçamento do Estado para 1997, a revisão consti-

peia e da Moeda Única voltarão a estar na ordem do dia, designadamente a reiterada visão fundamentalista do Governo PS em cumprir a qualquer custo os critérios de Maastricht. No entender do PCP, como sublinhou em conversa com o "Avante!" o seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, esta linha de acção governamental terá inevitavelmente repercussões no Orçamento do Estado. Por si citados são, neste plano, nomeadamente, as políticas que tenderão a sacrificar as funções sociais que competem ao Estado (ensino, saúde, segurança social, entre outras) e que pre-

do Estado, em resultado das orientações e prioridades do Executivo, segundo Octávio Teixeira.

Quanto à Regionalização, a avaliar pelas orientações que nesta matéria têm pautado o seu comportamento, tudo indica que os próximos meses vão ser férteis em novas manobras dilatatórias do PS. Adiar *ad eternum* a criação das regiões administrativas - uma indispensável reforma do Estado democrático - parece ser a aposta cada vez menos encapotada dos socialistas. Com efeito, depois de uma primeira prorrogação até 15 de Outubro do período da chamada consulta pública sobre os projectos de regionalização dos vários partidos que entraram na Mesa da Assembleia da República (período que estava inicialmente previsto terminar em 2 de Agosto passado), existe já uma nova proposta da bancada do PS para nova prorrogação por mais 60 dias. "É entrar no esquema da dilação para não mais pensar na

regionalização", observou Octávio Teixeira.

## Entendimentos à direita

No plano da revisão constitucional, por último, o elemento mais relevante a reter prende-se com o facto de não estar de forma nenhuma excluído o risco de entendimento entre o PS e a direita (designadamente o PSD), quer se trate de acordos formais - como sucedeu nas três revisões anteriores -, quer se trate de acordos encobertos feitos ou não no âmbito dos trabalhos da comissão de revisão constitucional.

Esta é pelo menos a opinião do deputado comunista Luís Sá que, em declarações ao nosso jornal, começou por lembrar as duas matérias em que são conhecidos acordos entre o PS e o PSD. Trata-se, num caso, da já referida intenção de dificultar a regionalização, e, no outro, no propósito de inviabilizar o referendo acerca da aplicação do Tratado de Maastricht.

Neste momento, recorde-se, está a ser discutida a questão dos direitos fundamentais, incluindo os direitos dos trabalhadores, matéria em relação à qual existem propostas por parte do PSD e do CDS/PP. A este respeito, no entender de Luís Sá, o risco que se coloca não pode ser analisado tendo em conta apenas o andamento dos trabalhos parlamentares. Na verdade, alertou, pode acontecer que se venha a verificar um acordo global que compreenda matérias que de momento parece que não serão afectadas.

No plano da revisão constitucional são ainda de sublinhar os particulares riscos que permanecem em relação à alteração da democraticidade do sistema eleitoral da Assembleia da República, não podendo igualmente esquecer-se que tais alterações podem também vir a ser introduzidas por via de legislação ordinária. Em risco, na opinião de Luís Sá, permanece igualmente o sistema de eleição para as câmaras municipais.



O cumprimento cego dos critérios de Maastricht vai repercutir-se negativamente em termos do OE na evolução dos salários dos trabalhadores da Função Pública

ria de segurança -, admite-se que estas sessões plenárias em início de Outono não ultrapassem muito o estado de pré-aquecimento e de afinação de estratégia dos partidos com assento no Parlamento com vista a preparar o ano que se avizinha.

Um ano que, pelo menos no decorrer dos próximos três

tucional e o processo de regionalização.

## Repercussões de Maastricht no OE

No que se refere ao primeiro caso, é ponto assente, toda a problemática da União Euro-

visivelmente terão também incidência em termos do próprio investimento. A evolução dos salários dos trabalhadores da Função Pública, com a imposição de aumentos que não ultrapassem os 2,5 por cento, constitui outro dos aspectos negativos que não deixará de marcar o próximo Orçamento

## Em causa a destruição da estrutura produtiva

## PS prossegue o mesmo rumo do PSD

O líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, acusou o Governo de prosseguir o mesmo objectivo liquidacionista da estrutura produtiva portuguesa que caracterizou a política do seu antecessor e de manter, tal como este deu largas provas, a mesma insensibilidade social. Suscitada pelo presidente da formação comunista na última reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, esta denúncia veio a propósito de recentes declarações do secretário de Estado da Indústria sobre a intenção governamental de encerrar as empresas mineiras e de privatizar todas as empresas públicas industriais. "Tudo isto poderia ser dito e foi feito pelos governos do PSD", lembrou Octávio Teixeira, antes

de salientar que o encerramento de minas como a de Aljustrel, para além dos aspectos económicos de aproveitamento dos nossos recursos, "põe em causa a sobrevivência de praticamente toda a população da vila".

"Confrangedor", no entender de Octávio Teixeira, é ainda a atitude de "reverência" e de "pesar" evidenciados pelo mesmo secretário de Estado quando lamenta que António Champalimaud tenha sido expropriado da Siderurgia e das cimenteiras e os Mellos da Lisnave e do império CUF. A par de outras afirmações públicas, como a de que vai privatizar no próximo semestre as empresas públicas industriais, todas estas declarações são de fazer inveja a Mira Amaral, faz notar Octávio

Teixeira, que assinala ainda que este último, enquanto ministro, não conseguiu levar até ao fim tal propósito.

Depois de chamar a atenção para o facto de terem sido as privatizações das empresas do sector público que conduziram, por exemplo, à ruína do sector da metalomecânica pesada do nosso país, o parlamentar comunista estabeleceu uma relação entre "estas práticas" e a actual situação económica do País, lembrando a este respeito que a inexistência de alterações das políticas anteriores conduziu a que a "produção industrial continua em quebra, que o investimento privado prossegue em baixa, que o desemprego permanece em alta e que o PIB não mais recupera".

## Octávio Teixeira sobre os métodos indiciários

## Mais justiça fiscal menos impostos sobre os trabalhadores

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, pronunciando-se sobre a utilização dos métodos indiciários pelo fisco, considerou-os uma «necessidade absoluta» face à «enorme e indesmentível» evasão fiscal. Em recente entrevista ao «Semanário», o líder parlamentar comunista defende todavia que o seu uso só deverá ocorrer «onde e enquanto for necessário», opondo-se a qualquer utilização «generalizada».

Octávio Teixeira admite mesmo que a utilização dos métodos indiciários inclua a possibilidade de instituição da colecta mínima para determinados sectores ou categorias de contribuintes, isto pela razão simples, expli-

ca, de que há «evasão fiscal que não consegue ser combatida pela máquina fiscal».

Explicitando melhor o seu ponto de vista sobre esta matéria, entende que o importante é «estabelecer um mínimo de justiça fiscal», em ordem a permitir, simultaneamente, uma redução da pesada carga fiscal que recai sobre os trabalhadores por conta de outrem.

Inquirido sobre as medidas que em sua opinião poderão melhorar o estado da máquina fiscal, defendeu que no fundamental elas passam por um reforço dos meios técnicos e humanos dos serviços fiscais de modo a garantir uma fiscalização efectiva que elimine ou reduza as possibilidades de fuga ao fisco.

## Transporte sobre carril para Odivelas

## Onde estão as promessas do PS?

O município de Loures e a população da sua zona ocidental continuam a aguardar por uma solução que resolva o grave problema do transporte urbano entre Lisboa e Odivelas. Sujeitas a um movimento pendular entre a casa e o trabalho que se transformou num verdadeiro calvário, os muitos milhares de pessoas que diariamente fazem aquele percurso continuam a aguardar que o PS e o Governo cumpram alguma das soluções que repetidamente prometeram, nomeadamente o metropolitano.

Trata-se, aliás, de uma reivindicação de há muito assumida pela câmara municipal, tanto mais pertinente quanto é certo que o corredor de Odivelas é o único de acesso à cidade que não é

servido por um meio de transporte de massas sobre carril (metropolitano ou eléctrico rápido), o que obriga ao recurso exclusivo da via rodoviária.

Preocupado com a situação está também o Grupo comunista que, ainda há dias, através do seu deputado Luís Sá, inquiriu o Governo sobre as suas intenções e projectos nesta matéria. Em requerimento dirigido ao Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Luís Sá perguntou concretamente quais as verbas que o Executivo pensa incluir no Orçamento do Estado e no PIDDAC de 1997 com vista à resolução do problema e quais os prazos de execução previstos.



## JCP de Viseu comenta visita de Guterres

"A verdade é que os reais problemas dos jovens estão ausentes das preocupações desta visita dialogante do Governo a terras de Viseu", considera o Executivo do Colectivo Distrital de Viseu da JCP, em nota de imprensa.

A JCP refere em particular questões como o acesso ao ensino superior, afirmando que "por causa das opções erradas" deste governo "milhares de estudantes ficaram de novo à porta das faculdades, e de entre estes muitos jovens do nosso Distrito".

Referindo-se à Universidade Pública em Viseu, o comunicado lembra que "o insucesso escolar a nível universitário também existe, e incide especialmente nos jovens que saem da sua região para poderem continuar os seus estudos".

O comunicado dos jovens comunistas de Viseu sublinha ainda que "a grande maioria das escolas do preparatório e do secundário do Distrito têm grandes problemas de instalações e de equipamento" e que "o desemprego atinge fortemente a nossa juventude no Distrito".

## O abandono do interior do País

"Para milhares de crianças e jovens, a escola, uma vez mais, não será o espaço humanizado e agradável onde é bom estar, aprender e conviver", afirma o Sindicato dos Professores da Região Centro que, em encontro com a comunicação social, referiu alguns exemplos de "situações inacreditáveis".

De entre estes exemplo - obras que se iniciam em cima da abertura do ano lectivo; escolas sem condições higiénicas e sanitárias; cantinas que não abrem com o início das aulas, em consequência da privatização dos seus serviços; jardins de infância sem qualquer casa de banho; crianças que não frequentam a escola (logo no 1º Ciclo do Ensino Básico); escolas das zonas urbanas que são autênticos armazéns de crianças.

Neste quadro, o Sindicato dos Professores da região Centro questiona: " - Que medidas foram tomadas para alterar a situação em que vão vivendo as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico?"

" - No domínio do funcionamento das escolas dos 2º e 3º e Ensino Secundário, que medidas foram tomadas para a sua reorganização no sentido de elevar a qualidade?"

" - O Ministério da Educação continua a lavar as mãos como Pilatos face à penúria de recursos em que vivem as escolas do 1º Ciclo, só porque alguém se lembrou de transferir competências para as autarquias?"

" - As escolas de iniciativa privada vão continuar a receber milhares de euros do Orçamento de Estado nas localidades onde a rede pública resolveria todas as necessidades?"

" - As Escolas Básicas Integradas vão continuar a funcionar na ausência de qualquer quadro legal?"

## Abandono das escolas rurais

A saturação das escolas de Viseu e o abandono das periféricas está a causar sérios problemas na Educação na região.

Uma situação cuja solução passa - segundo Manuel Rodrigues, dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro - por "uma redefinição da política educativa central" e um investimento "no desenvolvimento económico do interior, para que a vontade de partir seja excluída da vida das pessoas".

## Pré-escolar itinerante em Castro Verde

Dois pólos de educação pré-escolar itinerante irão funcionar este ano no concelho alentejano de Castro Verde. Um na povoação de Namorados, que reunirá também crianças de Geraldos. Outro em Almeirim, reunindo também crianças de Aivados e Estação de Ourique.

Segundo fonte do município local, citada pela Lusa, o projecto constitui uma solução para fazer frente à problemática na área da educação pré-escolar, criada por uma população envelhecida e pela baixa densidade populacional, permitindo deste modo responder às necessidades educativas.

## Pré-escolar em Lisboa

Em Lisboa, a taxa de frequência da educação pré-escolar nos 3-5 anos é de 62%, mas a rede pública só abrange 9%. Com uma agravante, nas palavras de António Abreu, vereador da Cultura da Câmara: "Todos sabemos o que se passa com os preços e a qualidade em muitas das situações dos outros 53% e que não há iniciativas que cubram a procura neste campo, se a Câmara e o Ministério não se decidirem a alargar a rede pública".

## Português para estrangeiros

Por iniciativa da delegação do Porto e Minho da Associação Olho Vivo, vai decorrer no Porto, a partir de Outubro, um Curso de Português para Estrangeiros.

O objectivo deste curso, segundo os seus organizadores, citados pela Lusa, é "ensinar a língua e gramática portuguesas e integrar na sociedade cidadãos originários de Países de Língua Oficial Portuguesa e estrangeiros".

As aulas são leccionadas por uma professora de português durante três meses, seguindo-se outras acções de formação, em Abril, para aprofundar os conhecimentos adquiridos.

## Educação

# Câmara de Lisboa debate projectos com professores

"Apresentar objectivos de trabalho do próximo ano, ouvindo sobre eles opiniões que ainda possam ter-se em linha de conta", foi o objectivo de mais uma reunião anual, do vereador da Educação da Câmara de Lisboa, António Abreu, com professores, realizada a semana passada nas instalações do Montepio Geral.

Objectivos e projectos para cuja concretização a Câmara decidiu aumentar uma vez mais o orçamento que, em 1997, deverá ultrapassar os três milhões de contos. Um esforço de investimento particularmente necessário "para enfrentar os efeitos do neoliberalismo destruidor do tecido económico e social e passar a dar outra atenção aos primeiros anos de escolaridade", como sublinhou António Abreu na intervenção de abertura.

As grandes prioridades da actividade do pelouro da Educação vão continuar a ser: o redimensionamento do parque escolar, beneficiação geral de escolas, alargamento da rede pública da educação pré-escolar, abertura de mais cantinas, criar mais actividades de tempos livres.

Neste quadro, as salas devolutas em escolas do 1º ciclo continuarão a ser utilizadas para a educação pré-escolar, cantinas, tempos livres, adaptação para ginásios, na perspectiva de que, sempre que isso seja possível, "a comunidade deve beneficiar da existência de instalações escolares", considerou o vereador.

Uma outra linha de orientação do pelouro de Educação é, no campo da Acção Social Escolar, o reforço de verbas para material de desgaste, a manutenção do valor para pagamento de passes e do valor do suplemento alimentar atribuído a crianças carenciadas.

Prosseguem entretanto múltiplas iniciativas, em particular na área da educação física e de programas socioeducativos.

O Programa de Educação Física (PROGRAPEF) irá uma vez mais envolver cerca de 60 escolas e 400 professores e desdobra-se em três grandes áreas de intervenção: apoio directo ao professor, condições materiais



Crianças participam numa das muitas actividades promovidas com o apoio da Câmara de Lisboa

de implementação da educação física; promoção de actividades de convívio e intercâmbio.

Os programas socioeducativos - que deverão abarcar, em particular, escolas com percentagens maiores de crianças carenciadas - visam "criar condições para que as crianças e os jovens tenham acesso a contactos e experiências com escritores, artistas plásticos, bailarinos, músicos, actores, encenadores, artesão, cientistas, investigadores e muitos outros especialistas, animadores e monitores", como se sublinha na introdução da proposta de programa.

Previstos para este ano lectivo, estão quatro programas: Sensibilização à Criatividade e à Leitura; Artes e Ofícios; Ofici-

nas de Teatro e Sensibilização à Música. Programas complementados com outros - Teatro nas Escolas, Escritores de Lisboa, Visitas Temáticas, Ciência e Pátio dos Audiovisuais.

Mantém-se o apoio a projectos educativos das escolas.

O Instituto Irene Lisboa realizará em duas escolas um projecto, cujos resultados serão apresentados à DREL (Direcção Regional do Ensino de Lisboa), "com vista à implementação de um programa multicultural

Conferência da Associação Internacional das Cidades Educadoras.

Um quadro que, naturalmente, não está isento de problemas.

Os recursos humanos estão muito aquém das necessidades. O trabalho de cooperação com as escolas também não corresponde ao que se desejaria. Há ainda "limitações que decorrem do tipo de resposta por parte do Estado", como disse António Abreu, que se referiu mais concretamente às ambições

extensivo às restantes escolas com elevadas percentagens de minorias étnicas", como informou o vereador da Cultura no encontro com os professores.

Pretende-se ainda equipar as escolas com fax e criar condições para a criação de um centro de recursos e de formação informáticos.

O Fórum das Experiências Educativas, a realizar em Maio, a segunda edição das Marchas Infantis, em Junho, a Festa da Criança, no Estádio Universitário, em Junho - são algumas realizações já agendadas pela Câmara para este ano lectivo.

Estas experiências de trabalho cultural da Câmara de Lisboa com as escolas vão ser agora apresentadas em Chicago, na

es no domínio da "expansão da educação pré-escolar, das cantinas, do pessoal auxiliar de acção educativa, em melhores condições de trabalho nas delegações escolares, de melhor segurança".

Todo um conjunto de realidades, realizações, problemas, que se apoiam e exigem cooperação. Cooperação com as escolas e professores, com Juntas de Freguesia, Associações de Pais, IPSS's e outras instituições, e com os diferentes organismos do Ministério da Educação. Cooperação que passa também por reuniões como este encontro com professores, momentos que, sublinhou António Abreu, "configuram uma gestão participada".

## JCP lança campanha por um ensino público de qualidade

A JCP lançou, na Festa do "Avante!", uma "Campanha de Educação Pública, Gratuita e de Qualidade", por uma "nova educação".

Uma iniciativa anunciada, em comunicado à imprensa, pela Comissão Política da Direcção Nacional da Juventude Comunista, que tece várias críticas à forma como teve início o ano escolar e à política educativa que tem vindo a ser concretizada pelo actual governo.

"Mais uma vez se verificaram deficiências e insuficiências na abertura do ano lectivo. Além das já habituais faltas de material e condições nas escolas, este ano a abertura do ano lectivo

decorreu ainda antes do término do ano lectivo anterior", sublinha-se no comunicado, que refere o facto de os alunos do 12º ano se encontrarem então ainda "no período de exames nacionais que iriam determinar, ou não, a conclusão do Ensino Secundário".

A implementação de "currículos alternativos", a decisão de processar os professores que elaboraram as provas de exame que continham erros (poupando os responsáveis políticos desses mesmos erros), são alguns factos criticados pela Juventude Comunista Portuguesa.

O comunicado da direcção da JCP refere, em particular, a

situação no Ensino Superior, onde se verificou que o "Ensino Superior Particular e Cooperativo tem consideravelmente mais vagas que o Público, que afinal até sobraram mais de 3.000 vagas no Público".

"É um escândalo um país que se diz democrático não permitir o acesso ao Ensino Superior em igualdade de condições aos seus jovens porque decidiram nos últimos anos que o Estado não se deve responsabilizar pela Educação dos seus cidadãos", sublinha a JCP. "Para além das 3.000 vagas que sobraram para a segunda fase serem muito inferiores aos milhares de estudantes que, não

podendo pagar as propinas no Privado, não têm acesso ao Ensino Superior e que muitos outros já ficaram pelo caminho desmotivados por um Ensino elitista e de má qualidade, não nos devemos esquecer que este ano o número de alunos que neste momento ainda são potenciais candidatos são na casa dos 40% do número total de candidatos."

O comunicado lembra as responsabilidades do PSD nas políticas educativas que levam "milhares de jovens ao abandono precoce dos seus estudos" e no chumbo da proposta de lei dos comunistas contra o *numerus clausus*.



## NACIONAL

## CDU divulga programa

## Medidas de Emergência para os Açores

O coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, defendeu no passado sábado, 21, uma lei das finanças regionais «de valor reforçado» para a Região Autónoma. Decq Mota, que apresentava, em Ponta Delgada, o programa da CDU de «Medidas de Emergência para o Futuro Imediato da Acção Governativa na Região», disse que essa lei terá de «assegurar um nível suficiente de receitas necessárias ao orçamento regional».

Neste âmbito, preconizou ainda o financiamento «global» pelo Orçamento de Estado da dívida pública regional, estabelecida até ao final de 1996.

Advogou a adaptação do sistema fiscal à realidade dos Açores, como forma de «despenalizar» as actividades económicas e os rendimentos do trabalho e «incentivar» o reinvestimento dos lucros.

A redução dos preços das tarifas marítimas e aéreas inter-ilhas e para o continente, da energia eléctrica colocando-a ao mesmo nível do continente e a diminuição dos custos das comunicações nos Açores, são outras das medidas que considerou essenciais.

Decq Mota sublinhou ainda que o governo da região tem de passar a cumprir os prazos de pagamento aos seus fornecedores e que o lançamento de concursos públicos devem realizar-se apenas quando existir dotação orçamental.

O dirigente comunista salientou a importância de um reforço

do investimento público no apoio à agricultura e à instalação de uma rede regional de abate que permita uma certificação da qualidade da carne insular.

Para o sector das pescas, disse que tem de se prosseguir a renovação da frota e instituir fundos de garantia salarial mínima para os pescadores insulares.

Decq Mota defendeu, por outro lado, a manutenção da administração regional «desconectada pelas nove ilhas, geradora de emprego, que assegure os serviços sociais universais».

Na opinião da CDU/Açores a administração regional tem de simultaneamente ser o «complemento da iniciativa económica privada que se pretende em expansão».

## Balanço da pré-campanha

Na véspera, sexta-feira 20, uma delegação da CDU tinha sido recebida pela Comissão Nacional

de Eleições, após o que a Coligação promoveu uma conferência de imprensa, que entre outros aspectos fez um balanço positivo da pré-campanha na região, no âmbito da decorreram as iniciativas «Em diálogo com a sociedade», que abrangeram 25 sessões e colóquios e envolveram, por duas vezes, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

No encontro com a imprensa, Decq Mota adiantou que a coligação que o PCP integra - a CDU - admite a possibilidade de «entendimentos muito amplos que prevejam uma modificação bastante acentuada (ao actual Governo Regional do PSD), visando uma política melhor para os que estão pior».

O líder do PCP/Açores referiu igualmente a hipótese de sair das eleições regionais de Outubro «um governo de maioria relativa, que faça passar um programa já mais cuidado na Assembleia Legislativa Regional e que, posteriormente, irá negociar medidas importantes, o que contribuirá para um maior papel de fiscalização e de controle do Parlamento».

Fazendo um «balanço» da pré-campanha, Decq Mota lançou o repto à sociedade açoriana no sentido de «uma mudança tranquila mas mais profunda do que em anteriores eleições regionais» para que não haja maiorias absolutas a 13 de Outubro.

O líder do PCP/Açores constatou que existe «uma bipolarização (PSD/PS) menos intensa na sociedade açoriana», a qual - disse - resulta da necessidade de maior pluralidade nos órgãos institucionais e de lideranças «menos convincentes e mais débeis» do que em anteriores legislativas regionais.

Por seu lado, o actual deputado regional do PCP, Paulo Valadão, lamentou que alguns dos políticos que defendem hoje a criação de uma rede regional de abate não se tenham apercebido do problema por ele levantado, há alguns anos, no Parlamento açoriano.

Paulo Valadão, que encabeça de novo a lista de candidatos da CDU pelo círculo das Flores, sustentou que quando denunciou, no Parlamento, o uso de estimulantes de crescimento no gado bovino, defendeu um certificado de garantia para a carne e, conseqüente, a criação de uma rede regional de abate.

Em seu entender, a região necessita de um selo de garantia para a carne produzida, abatida, embalada e exportada das ilhas.

O parlamentar do PCP defendeu ainda ligações aéreas diárias entre as Flores e as outras ilhas, que o ensino secundário deixe de ser experimental nesta ilha, transportes marítimos «mais eficazes e mais acessíveis» e a continuação de apoios à indústria de laticínios local.

Sintra  
Três anos sem obras  
à espera das eleições

## Atrasos inexplicáveis

Por acabar estão ainda as obras nos parques centrais de Queluz e de Massamá, ambos iniciados em 1993, ano de eleições, e que cuja conclusão poderá verificar-se só em 1997. A CDU interroga-se sobre os motivos que levaram a autarquia a adiar durante três anos a construção destes equipamentos e recorda outras promessas que não passaram disso mesmo.

É o caso do plano de recuperação de Aqualva, a construção do novo mercado municipal, ou o plano de pormenor do Cacém que permitisse contrariar a especulação imobiliária.

Na área do ensino, o panorama não é muito diferente. Seis escolas aguardam a construção de pavilhões gimnodesportivos, os quais já mereceram a assinatura, em 1995, de protocolos entre o Governo e Câmara, mas até ao momento «nem um tijolo».

A vista da CDU passou ainda pela aldeia de Cortegaça, na Freguesia de Pero Pinheiro, desprovida de esgotos, realidade que é também a da vasta Freguesia de São João das Lampas (maior em área que o concelho de Oeiras) e de outras grandes áreas em freguesias rurais.

De regresso ao centro histórico de Sintra, os eleitos da CDU lembraram que apesar da justa classificação como património da Humanidade, até ao momento mais não mereceu do que um «concurso de ideias». O resto, as obras de recuperação de imóveis, de espaços públicos, de mobiliário urbano continuam por fazer como o demonstra o estado do pavimento da Volta do Duche.

Para que hoje existissem projectos e as obras estivessem lançadas, deveria ter sido feito, em 1994, o programa de intervenção, para cuja elaboração só agora foi lançado um concurso.

Entre outros, participaram na iniciativa Lino Paulo, vereador da CMS, António Cordeiro, membro do CC do PCP e deputado municipal, Jorge Cordeiro, membro do CC, e Maria Alice, presidente da Junta de Freguesia do Rio de Mouro.



Eleitos da CDU visitam as obras que nunca foram feitas pela CM de Sintra

No final de uma visita às obras prometidas mas nunca realizadas pela Câmara de Sintra, Lino Paulo afirmou que «não é eticamente correcto que se esteja três anos sem fazer obras, esperando pelo ano das eleições».

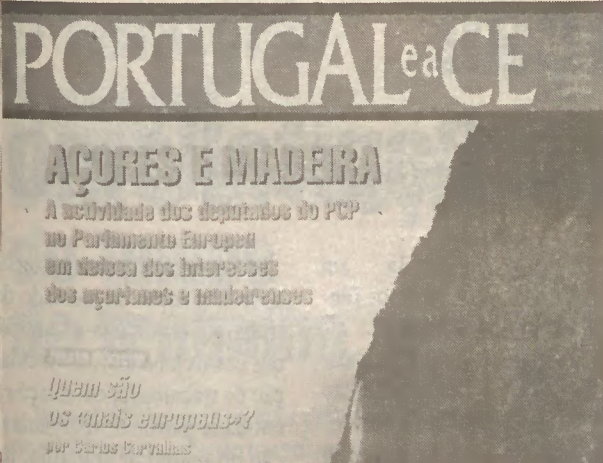
O autarca revelou que a Câmara de Sintra «tem mais de 3,5 milhões de contos» entesourados e em depósitos a prazo», ou seja, recursos suficientes para concretizar os projectos previstos no plano e orçamento que a CDU votou favoravelmente.

A visita demonstrou que nada foi feito quer na zona urbana, onde faltam equipamentos sociais, quer na zona rural, caracterizada pela inexistência de saneamento básico. O concelho necessita ainda de grandes investimentos na rede viária.

Nesta área, a CDU refere como causas dos engarrafamentos a falta de alternativas de ligação à CREL, a norte do sistema urbano Queluz-Massamá, o não funcionamento do nó da CREL/EN 250 em Belas e o desordenamento do tráfego na zona da interface de Queluz-Massamá, por falta de obras que foram «protocoladas», em Março de 1994, entre o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa e a CM de Sintra».

Segundo o documento, os trabalhos deviam decorrer entre Outubro deste ano e Fevereiro de 1998, prazos «completamente irrealistas» já que «não se conhece uma linha do projecto que permita a execução das obras».

O protocolo previa o ordenamento dos nós da Av. Soldado Luís e Sá Carneiro; diversas vias paralelas e perpendiculares à CREL, fazendo novas ligações a Massamá e ao Bairro da Cidade Desportiva; duplicação da passagem desviada sob o caminho-de-ferro, desviamento do cruzamento da Rua de Timor com a Av. Correia de Sá; construção de três grandes parques de estacionamento.



## Número de Setembro em distribuição

Já está em distribuição mais um número da revista «Portugal e a CE» que destaca a actividade dos deputados do PCP no Parlamento Europeu em defesa dos interesses dos açorianos e madeirenses. A revista publica ainda uma declaração de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, sobre a integração europeia, para além de um grande conjunto de artigos sobre diferentes matérias comunitárias. O editorial intitulado «Quem são os mais Europeus?», assinado também por Carlos Carvalhas, aborda as conseqüências do Tratado de Maastricht.

## UPS com nova direcção

Decorreram, na passada sexta-feira, 20, as eleições para os corpos gerentes da UPS - Universidade Popular de Setúbal. O acto teve lugar nas instalações da Pluricoop e resultou na eleição da Lista A, que divulgou um esboço de plano de actividades para 1996/97. A nova Direcção propõe-se desenvolver a sua acção seguindo «os princípios do Humanismo que inspiraram Bento de Jesus Caraça (...) e que o levaram a promover uma ampla discussão com todos os que ávidos do saber nem sempre tinham as condições materiais para o obter».

Neste sentido, a UPS irá promover conferências, debates, seminários, cursos de fim-de-semana, de curta duração ou pós-laborais, cursos de férias, visitas de estudo, exposições e actividades de divulgação». É ainda objectivo da nova direcção criar um centro de documentação para o qual promoverá a recolha de documentação sobre a vida e a obra de Bento de Jesus Caraça. Já definida está a realização de um ciclo de conferências sobre a actualidade do ensino da Matemática e de um seminário de iniciação à técnica vocal destinado a professores e outros que usam a voz na sua profissão.

## Transportes aumentam

Protestando contra o aumento do preço dos módulos de 40 para 80 escudos, a Comissão Sindical do Grupo Previdente, de Alverca, considera que «não é admissível sobrecarregar os trabalhadores com o dobro da despesa mensal com transportes, quando o ordenado é baixo e o aumento salarial foi de apenas 4,6 por cento». A Comissão recorda que já este ano se tinha verificado um aumento dos bilhetes em 5 por cento e exige a revisão dos actuais preços, bem como a melhoria do serviço com mais autocarros.

## Ao estilo Farwest

Utilizando métodos de intimidação, com recurso a armas, tiroteios e ameaças, a empresa Avicamba está a desenvolver acções de intimidação dos compartes de Mogueirães procurando usurpar os direitos de posse e uso dos baldios que ainda hoje alimentam os gados e são base da subsistência das populações. Ali no coração da serra do Caramulo, no concelho de Vouzela, o Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu e os compartes de Mogueirães promovem hoje, 26, uma conferência de imprensa para denunciar as pressões de que são alvo e defender os seus direitos.

## Zona de Protecção causa polémica

A Junta Metropolitana de Lisboa manifestou-se solidária com a CM de Alcochete na resolução do conflito criado entre diversos órgãos da Administração Central e a autarquia sobre o loteamento industrial do Passil. Em causa estão dois pareceres, um da Direcção Geral do Ordenamento e da Secretaria da Administração local que considera legal o loteamento e um outro da Inspeção Geral da Administração do Território que pede a sua anulação por aquele se encontrar na Zona Especial de Protecção (ZPE).

Recorde-se que a ZPE foi constituída à revelia do município abrangendo 40 por cento do território o que bloqueou o Plano Director Municipal praticamente já concluído. A Câmara de Alcochete vê assim inviabilizadas as estratégias de desenvolvimento que tinham sido discutidas e aprovadas pela Administração Central.



## UNIÃO EUROPEIA

# Sociedade da Informação ou a metamorfose sistemática do Capitalismo

«Sociedade de Informação» é uma expressão eufemística para adaptação do sistema capitalista aos novos recursos e tecnologias. Mas também é um eufemismo, como tantos outros, para insinuar novos contornos socializantes e/ou de progresso, mudando o sistema, enquanto na essência o sistema se mantém e aprofunda as suas contradições intrínsecas, com a abertura de novos horizontes de lucro e exploração de mais-valias. Terminologia não falta. Os «gurus» da dita nova sociedade são muitos, como Peter Druckner e a «Sociedade Pós-Capitalista»; ou, o advir da sociedade do saber como afirma Toffer na «Terceira Vaga»; como já escrevia o Galbraith em «O Novo Estado Industrial»; ou, Orwell em «1984».

Admite-se que a nova matéria-prima do séc. XXI seja a informação, recurso ilimitado e que cresce com o uso. Admite-se que se vive num Estado Socialista, visto que os meios de produção sob a forma de *know-how* e criatividade, estarem nas mãos dos trabalhadores. Proclama-se o fim dos «colarinhos azuis». Esbatem-se os velhos conceitos de propriedade; os trabalhadores, com os seus fundos de pensões, controlariam o capital de grandes empresas. Enfim, uma «saída» para as contradições do capitalismo e um conto de fadas para os trabalhadores.

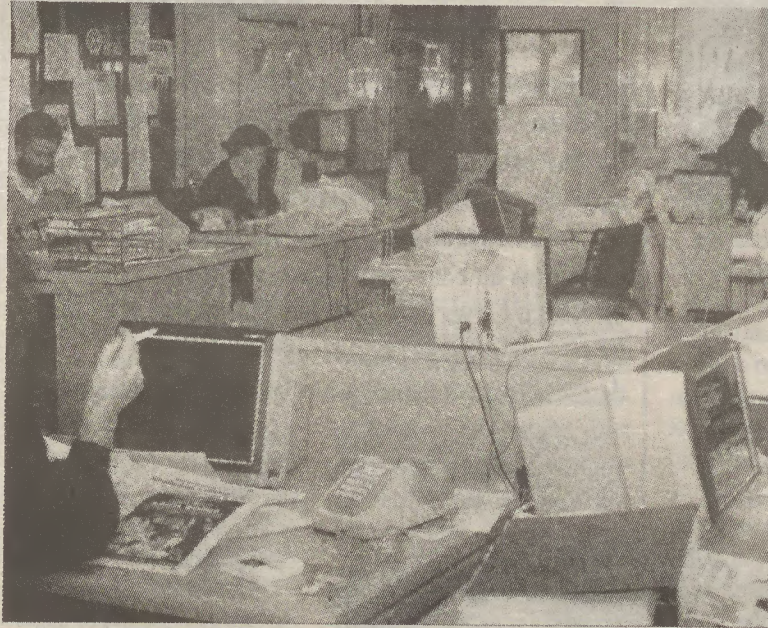
Vem isto a propósito da discussão e aprovação, na Secção Plenária do Parlamento Europeu de 16 a 20 de Setembro, do relatório do deputado Fernand Hermán, belga do PPE, sobre o «Plano de Acção Europeu para o advir da Sociedade da Informação» e as respectivas recomendações ao Conselho Europeu.

Este relatório, que já vem atrasado em cerca de 2 anos em relação à Comunicação da Comissão, é um relatório generalista e bastante abrangente ao nível de conteúdo, o que explica os 25 considerandos e 126 pon-

tos que compõem a proposta de resolução. O relator toca assim temas tão díspares como a defesa do multilinguismo e a organização do tempo de trabalho (ou adaptação como veio a ser aceite por Rocard e os socialistas para o seu relatório sobre a redução do horário de trabalho).

Conceitos e novas ideias apresenta muitos, mas ficamos por saber o que é a bendita da «Sociedade da Informação», que aparece como um fim da história (mais um) em muitos relatórios que passam pelo Parlamento Europeu. Sem a definição, somos obrigados a perguntar: estamos a adaptar-nos a quê? Por isso, não é de estranhar que o relatório Herman, por detrás de frases bonitas e sonantes, e com uma aparente preocupação, aliás como muitas vezes acontece com o discurso dos socialistas, mantenha a linha e orientações de base de muitos outros relatórios. Não basta afirmar que o teletrabalho tem riscos sociais, quando a filosofia que está por detrás implica um aumento da flexibilidade laboral como estratégia e a redução dos custos salariais como objectivo.

As novas tecnologias no



campo das comunicações e da informação não serviram para libertar o homem da escravidão da máquina. Não contribuíram, como podiam, para a redução do tempo de trabalho e aumento do tempo de lazer. Porque, no Capitalismo, não podia servir para reduzir o tempo de trabalho não pago, ou seja, a mais-valia. Muito pelo contrário, foram causa e consequência do destravar da liberalização, da concentração do capital, da descentralização dos centros de custos das grandes transnacionais, da criação de novos instrumentos financeiros com taxas de rentabilidade superiores à do investimento produtivo, da expansão e aceleração dos grandes negócios das praças financeiras mundiais, da facilitação vertiginosa das transacções de capitais mundiais, da possibilidade da deslocação da produção e da exploração da força de trabalho, da divisão e reorganização da força laboral, do desemprego (devido à substituição pelo «trabalho morto» e pelo acréscimo de produtividade) e da progressiva desvincu-

lação patronal, da regressão e controlo informativo aliado ao conformismo dos media, ao mesmo tempo que se julgam ser um 4.º poder.

O relatório mantém assim uma raiz já muito popularizada

baseada em cinco eixos fundamentais:

- o aprofundar da liberalização mundial, estendendo a mesma aos serviços financeiros e de telecomunicações;
- o reforço do papel da OMC ao nível mundial como centro de aprofundamento da liberalização vigente e «forum» de discussão sobre as regras do comércio multilateral;
- reforço do papel do G7 (e das Mesas-Redondas dos Industriais) como órgão de concentração do capital, gerador das grandes orientações económicas mundiais e polícia da política económica mundial;

- a progressiva liberalização e flexibilização do mercado de trabalho, com vista à redução dos custos laborais; desvinculação do trabalhador em relação à entidade patronal; reorganização do tempo de trabalho, de forma a explorar novas mais-valias, tendo em vista uma progressiva adaptação do homem à máquina;

- e, um aproveitamento mais eficiente dos recursos e ads novas tecnologias por parte das grandes transnacionais, permitindo-lhes efectuar deslocalizações produtivas e de centros de custos, além de refinanciamentos, através das oportunidades dadas pelas novas tecnologias.

Assim com um discurso «soft» e preocupado, os socialistas mantêm as orientações gerais patentes nas doutrinas manetárias e ultraliberais. Longe ficou a luta de classes...

■ P.C.

## Destacamento de trabalhadores Directiva está para breve

Diz o nosso povo que mais vale tarde que nunca. Efectivamente, a Directiva sobre destacamento de trabalhadores está em discussão há cinco anos e assim, não será adoptada em antecipação mas para coordenar a situação entretanto estabelecida, que se veio deteriorando ao longo destes anos e que causou gravíssimos problemas a milhares de trabalhadores. É de notar que alguns países

comunitários fizeram aprovar legislação própria sobre este assunto, como foi o caso mais recente na Alemanha em Janeiro 1996.

A posição comum do Conselho aprovada em 3 de Junho de 1996, que teve o voto favorável do Parlamento Europeu durante a sua sessão plenária de Setembro, estabelece o princípio de que se deve aplicar as regras do país de acolhimento em matéria de tempo de trabalho, de salário mínimo e de férias anuais, de condições de saúde, segurança e higiene no trabalho, de medidas de protecção à mulher grávida e igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Porém, esta posição comum estabelece que a Directiva não será obrigatoriamente aplicada durante as primeiras quatro semanas, no que se refere a salários e férias anuais, em determinados casos: após consulta dos parceiros sociais quando o destacamento não exceder um mês; nos trabalhos de instalação de um bem no âmbito de um contrato de fornecimento de serviços quando o destacamento não exceder um mês; se o volume de trabalho a efectuar for reduzido (cabe aos Estados-membros determinar o significado de «volume reduzido»).

O governo português manifestou-se contra esta directiva invocando na sua declaração

de voto, entre outros argumentos, que ela «não tem igual aplicação para todos os sectores de actividade, sendo mais exigente para o sector da construção», «existe um conjunto de derrogações de aplicação voluntária pelos EM, o que poderá ocasionar desigualdades de tratamento entre sectores de actividade, entre empresas e trabalhadores», e ainda que a formulação encontrada poderá «não assegurar a igualdade de tratamento entre empresas nacionais e estrangeiras que possam prestar o mesmo serviço».

Estamos de acordo que esta posição comum poderia desde já ir mais longe, mas haverá a possibilidade de a melhorar no prazo de cinco anos quando for feita a análise da sua aplicação. Por outro lado, e por muitas falhas que tenha esta Directiva, pensamos que os portugueses destacados noutros países comunitários, e que no essencial são trabalhadores da construção civil, terão assim possibilidade de verem reconhecidos os seus direitos.

Será que o governo português (antes PSD e agora PS) não sabe que por vezes «o óptimo é inimigo do bom»? Ou será que são outras as suas preocupações e que têm a ver com a posição geral de que a competitividade se deve fazer à custa dos trabalhadores?

■ F.G.

## A Direita e os Direitos

Vem esta nota como complemento a uma notícia veiculada pela última edição do Avante, a propósito da aprovação do relatório sobre Direitos Humanos na União Europeia («Direitos Humanos na UE - PE aprova relatório»), na qual se chamava a atenção para o eventual interesse que poderia ter a divulgação dos votos nominais dos deputados portugueses. Ou seja, como votaram os eleitos nacionais as questões sensíveis do relatório.

Na votação final, PCP e PS votaram a favor do texto. PP e PSD votaram contra (à excepção de Carlos Pimenta, que alinhou com a posição da esquerda). Quanto ao resto, nem de propósito! Também aqui, a divulgação da referida lista não defraudou nenhuma expectativa. Senão vejamos:

### Sobre a pobreza, direitos económicos, sociais e culturais

O Parlamento Europeu «Considera que o trabalho é um direito fundamental de todos os cidadãos europeus consagrado em vários protocolos da União (...). PCP e PS a favor; PSD absteve-se e PP votou contra (com a ajuda do saudoso Arlindo Cunha, do PSD).

### Sobre a liberdade de reunião e de associação

O PE «Entende que dois direitos humanos importantes são o direito dos trabalhadores à associação num sindicato e o direito à manifestação, incluindo o direito à greve, sem ameaças de despedimento, de retaliação ou de acções judiciais (...). PCP e PS a favor, PP e PSD contra.

### Sobre o direito ao respeito da vida privada e familiar

O PE «Solicita que o CIS, o SIE, o SID e a base de dados da Europol sejam submetidos, a fim de respeitarem a vida privada, a um sistema de avaliação independente e que sejam excluídas todas as informações de carácter pessoal (...). PCP e PS a favor, PSD e PP contra.

### Sobre a igualdade de tratamento

O PE «Solicita que seja abolida toda e qualquer discriminação ou desigualdade de tratamento dos homossexuais (...). PCP e PS a favor (mais a independente Vaz da Silva, do PSD), PP e PSD contra.

### Sobre o racismo e xenofobia

O PE «Solicita que as pessoas que incitam ao ódio racial ou praticam a discriminação racial não se possam candidatar a lugares da função pública, incluindo ao lugar de membro do PE (...). PCP e PS a favor, PSD e PP contra. Retira-se que dos pontos aqui transcritos este foi o único a ser rejeitado pelo plenário (!)

Era uma meia dúzia de pontos perdidos nos mais de 100 que constituíam o relatório. Mas é precisamente nestas pequenas e discretas coisas (quicá esperando-se que discretas continuem aos olhos e ouvidos da opinião pública) que se vê as verdadeiras opções e se tem a oportunidade de confrontar o encanto das palavras dos demagogos com a hipocrisia das suas acções práticas.

■ D.R.



## UNIÃO EUROPEIA

## O relatório Rocard sobre a redução do tempo de trabalho

Rocard, Michel para os mais próximos, foi uma grande promessa do socialismo francês não (ou até anti) comunista. Em França liderou o PSU (o Partido Socialista Unificado, pois então!), que beneficiou do ambiente dos anos 60, das suas utopias, dos amigos de Alex, das lutas contra a guerra do Vietname e outras guerras coloniais que continuavam, das suas flores cheiradas e fumadas, da libertação das mulheres e do sexo.

Nós, os que, em Portugal, se lembram do que deveriam talvez esquecer, conhecemo-lo melhor em 1974, logo depois da nossa revolução. Rocard e os seus amigos olharam com muito interesse para Portugal. E deram lições. Peroraram. Faziam parte dos que nos saudavam e diziam como devíamos fazer a revolução. Já! «Contra os reformistas (contra os verdadeiros revolucionários, queriam eles dizer...) marchar, marchar».

Depois, passaram anos, mudaram tempos e vontades. Como parece que acontece sempre, e por cá poderíamos comprovar com o percurso de quem então, aqui, ouvia e seguia Rocard. E Rocard chegou a primeiro-ministro, numa das experiências governamentais de Mitterrand para um socialismo cor-de-rosa em França. Que deu na actual recuperação do poder político pela direita, depois dos socialistas-democratas terem feito a mesma política mas com rótulo socialista.

Agora, Rocard «atravessa o deserto» (o que não sei muito bem o que queira dizer...) como deputado ao Parlamento Europeu. E toma iniciativas. Como a de um relatório contra o desemprego através da redução do tempo de trabalho. E, como parece ser sua sina, começou «à esquerda», porque a redução do tempo de trabalho como forma de combater o desemprego é reivindicação de quem de esquerda, e acabou a tudo ceder «à direita». O relatório foi esvaziado e recuperado. E de negociação em negociação (entre os dirigentes do PSE e do PPE), de cedência em cedência, passou a ser um relatório sobre as formas de flexibilizar o tempo de trabalho para que a produtividade e a competitividade evoluam como sirva às empresas que exploram a força de trabalho.

Só faltava mudar o nome. Mas foi-se até à coerência final. A última cedência de Michel Rocard foi a de dar o seu acordo à mudança de título do seu relatório. A resolução do PE passou a chamar-se *redução... e adaptação do tempo de trabalho*. Com muita adaptação e pouca redução, ou só aquela que possa servir a adaptação.

Há gente que tem mesmo um destino marcado. Entretanto, a luta de classes continua.

■ SR

### Votação do Relatório Rocard

#### Alterações apresentadas pelo GUE:

– «considerando que deverá ser dada prioridade à redução do horário de trabalho sem perdas salariais, por forma a contribuir para a criação de postos de trabalho e apoiar o consumo num período em que se regista um abrandamento considerável do crescimento económico»

Por: PS (1); PCP (3)

Contra: PSD (4); PP (1)

Abstenção: PS (3)

– «advoga uma redução generalizada, a curto prazo, do número de horas de trabalho semanal, como contributo essencial para a criação de novos postos de trabalho»

Por: PCP (3)

Contra: PSD (6); PS (2) e PP (1)

– Voto da frase do relatório: «mediante a compensação das perdas salariais, sempre que estas se verificarem»

Por: PSD (4); PS (4); PP (2)

Contra: PCP (3); PSD (1)

Abstenção: PSD (1)

#### Voto da Resolução Final:

Contra: PCP (3); PP (1)

Por: PSD (5); PS (6)

## INTERNACIONAL

## ONU

## Possível compromisso para reeleger Butros-Ghali

A Alemanha está a tentar um compromisso com os seus parceiros europeus sobre um segundo mandato do secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, ao qual os Estados Unidos se opõem.

Segundo a revista «Der Spiegel», na sua edição de segunda-feira, Bona pretende apresentar uma proposta que permita conciliar as posições antagónicas, prevendo o prolongamento para sete anos do mandato do secretário-geral, contra os cinco actuais, sem haver contudo a possibilidade de uma reeleição.

O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Klaus Kinkel, foi encarregado de ganhar os parceiros europeus para uma «posição unida» sobre a questão da reeleição de Ghali, durante a sua visita a Nova Iorque, em negociações à margem da Assembleia Geral da ONU, esta semana.

Ao contrário dos Estados Unidos, que já declararam que se opõem à recandidatura de Butros-Ghali e ameaçaram usar

o seu direito de veto no Conselho de Segurança para impedir que ele continue à frente das Nações Unidas, a Alemanha ainda não tomou uma posição oficial sobre o assunto, afirmando desejar primeiro discutir a questão com os seus parceiros europeus.

Também a Rússia apoia o actual secretário-geral da ONU, mas recusa-se a discutir o problema da sua reeleição antes de Novembro, segundo afirmações

do embaixador russo nas Nações Unidas, Sergei Lavrov.

«Ele tem feito um bom trabalho e não vemos qualquer razão para dizer que ele não é qualificado para esta função», declarou Sergei Lavrov numa conferência de imprensa, sublinhando que ninguém pode acusar Butros-Ghali de não ter feito o máximo esforço para cumprir os mandatos do Conselho de Segurança ou as decisões da Assembleia Geral.

«Por isso, dado que Ghali tem feito bem o seu trabalho e tem demonstrado possuir as qualidades e a capacidade exigidas para desempenhar a secretaria-geral da ONU, reitero a minha pergunta: por que não (reelegê-lo)?», afirmou.

Quanto à ameaça dos Estados Unidos de utilizarem o seu direito de veto para se oporem a um segundo mandato de Butros-Ghali, o embaixador russo na

ONU lembrou que «a maioria no Conselho de Segurança acha que Novembro é um bom período para iniciar as negociações sobre essa questão», pelo que aconselha a esperar até essa data.

O mandato de Butros-Ghali termina a 31 de Dezembro.

Entretanto, a quinquagésima primeira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a decorrer, tem em carteira temas tão importantes como a questão do terrorismo, a problemática no Médio Oriente e a necessidade de resolução da crise financeira que afecta a ONU e condiciona a sua acção.

Num momento em que a hegemonia norte-americana domina os principais fóruns de debate internacionais, esta pode ser também uma oportunidade privilegiada para que a Assembleia reflecta sobre o seu papel no mundo.

## Sobe tensão entre as duas Coreias

O governo sul-coreano rejeitou o pedido da Coreia do Norte de restituição do submarino que encalhou quarta-feira da semana passada, com um comando de 26 homens a bordo, ao sul da zona desmilitarizada. O incidente voltou a fazer subir a tensão entre as duas Coreias, com Seul a acusar as autoridades de Pyongyang de actividades hostis.

Um porta-voz do Ministério da Defesa em Seul declarou que o pedido norte-coreano de

«restituição incondicional» do submarino e «da tripulação, incluindo os mortos», era «ilógico» e «não merecia ser tomado em consideração».

Em declarações à agência oficial norte-coreana, um porta-voz do Ministério das Forças Armadas do Povo afirmou que o submarino se encontrava «em missão de treino de rotina, estava equipado apenas com "armas ligeiras" e sofrera uma avaria no motor». Esta versão dos acontecimentos não é acei-

te por Seul, que considera a incursão do submarino norte-coreano nas águas sul-coreanas «uma provocação armada directa».

Em sintonia com o governo, o parlamento sul-coreano aprovou uma resolução pedindo o apoio da comunidade internacional para travar as provocações militares da Coreia do Norte na península coreana, alegando que continua a existir na região «um confronto de tipo guerra fria».

O submarino de 325 toneladas, que encalhou quarta-feira na região de Kangnung (100 quilómetros a sul da zona de demarcação), desencadeou uma vasta operação de caça ao homem levada a cabo por 40 mil soldados sul-coreanos.

Vinte dos 26 agentes norte-coreanos foram mortos ou encontrados mortos, um foi capturado e cinco continuam em fuga, afirmam as autoridades sul-coreanas, que por sua vez reconhecem a perda de três soldados.

## Boris Ieltsin convidado a demitir-se

O Presidente Boris Ieltsin «devia tomar a iniciativa de demitir-se», caso os médicos se recusarem a operá-lo e lhe exigirem que trabalhe menos - a opinião é do Presidente da Duma russa, Guennadi Seleznev, que, segundo informa a Agência Interfax, considera que «a Rússia não está numa situação em que o presidente possa reduzir substancialmente o seu tempo de trabalho».

Os médicos de Boris Ieltsin tinham agendada para ontem uma reunião destinada a tomar uma decisão: ou submeter o presidente a um «bypass» coronário apesar dos elevados riscos da operação, ou renunciar à intervenção cirúrgica e obrigar o paciente a um ritmo de vida muito mais pausado. À hora do fecho desta edição, desconheciam-se qual das opções foi tomada.

Sabe-se no entanto que o professor Renat Akchurin, designado para operar o chefe do Estado, considera que o estado de saúde geral de Boris Ieltsin torna a operação muito perigosa. Por seu turno, o líder comu-

nista russo, Guennady Ziuganov, que não exige a demissão de Boris Ieltsin, considera que a Rússia entrou «num período de ausência total de poder» devido à doença do Presidente, segundo noticiou a Rádio Eco de Moscovo, citada pela Lusa.



O grave estado de saúde de Ieltsin já não pode ser escondido. As vozes que pedem a sua demissão soam cada vez mais alto

«É evidente que não exigimos uma demissão rápida do Presidente, mas quero sublinhar que a equipa presidencial deve responder pela sua saúde, por ter usado e abusado dele durante a campanha eleitoral antes das eleições presidenciais de Junho e Julho», declarou Ziuganov.

A Casa Branca, por seu turno, recusa-se a comentar a situação. Depois de ter ajudado objectivamente a eleger Boris Ieltsin e de ter colaborado no colossal engano do eleitorado russo sobre o verdadeiro estado de saúde do «seu» candidato, a administração Clinton limita-se a manifestar-se «preocupada» com Ieltsin, sem pronunciar se considera que o Presidente russo ainda é capaz de exercer o poder ou se, pelo contrário, deve abandonar o cargo.



# Por um ensino público e de qualidade

**A** questão de "um ensino público e de qualidade para todos os portugueses, constitui o problema crucial da política educativa do país" - esta uma conclusão fundamental da declaração de Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, sobre *O PCP e as prioridades necessárias da política educativa ao iniciar-se um novo ano lectivo*.

Uma questão por onde passa "a fronteira que separa os que à esquerda, com largo apoio nos professores, estudantes, pais, e suas organizações, e na sociedade portuguesa em geral, assumem a causa da defesa e da efectiva modernização e aperfeiçoamento do sistema; e daqueles que, à direita, apostam na sua efectiva redução, subalterização e enfraquecimento".

De par deste problema crucial, múltiplas outras questões se levantam, como "a incapacidade do Ministério da Educação de dar provas de actuar com eficiência no ensino", como foi referido em conferência de imprensa, na divulgação da posição do PCP sobre política

educativa. "As medidas que toma são avulsas e existe falta de visão política sobre o sistema educativo e falta de definição das questões fundamentais e objectivos."

A falta de condições que são dadas aos professores, e que se traduzem em factos tão diversos como o não preenchimento de muitas vagas para professores do 1º ciclo ou a situação catastrófica na disciplina de Matemática - foi outra realidade abordada.

Particular destaque mereceu um outro problema de fundo - a avaliação.

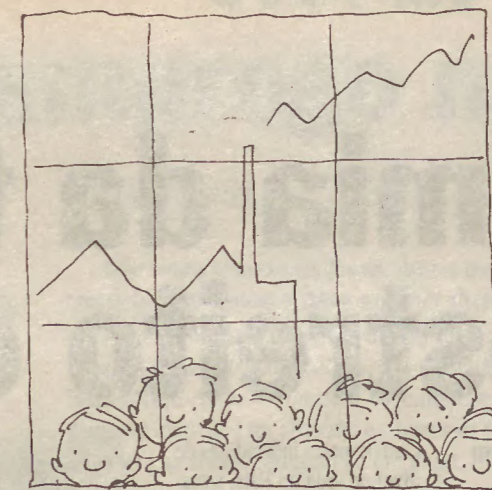
Neste domínio, o PCP defende que os critérios devem ser, única e

exclusivamente "critérios científicos e pedagógicos". O que está longe de ser a prática actual.

No acesso ao ensino superior, a avaliação tem vindo a funcionar como mero "instrumento regulador".

Ao nível do ensino obrigatório, "verifica-se um grande facilitismo". O objectivo é "fazer sair rapidamente os alunos da escola". E, de facto, "os números divulgados indicam que um terço dos alunos abandonam o sistema".

Para o ensino secundário, a avaliação é selectiva, de acordo com a "curva de alunos" pretendida e "por critérios exclusivamente eco-



nomistas, tal como havia sido implementada pelo governo do PSD". O documento sobre a posição do PCP quanto à política educativa - que aqui transcrevemos - aborda naturalmente todas estas questões, e muitas outras, começando por um juízo "claramente negativo" sobre a situação na área da educação, para sublinhar a necessidade de acrescida intervenção de todos quantos não consideram o presente estado das coisas uma fatalidade, e naturalmente também do PCP.

Como pano de fundo, e ao arripio da linha, que tem vindo a ser implementada, de inspiração neoliberal, a defesa de um ensino público e de qualidade.

## Política educativa

Esgotado o impacto mediático das declarações oficiais em relação à abertura do novo ano lectivo e com as escolas a retomarem progressivamente o seu funcionamento (apesar da persistência localizada de problemas com a colocação de professores e de pessoal auxiliar e com as instalações), coloca-se a necessidade de avaliação global da situação do sector educativo e o exame das políticas do Ministério da Educação.

Para o PCP, analisar a situação existente na área educativa não se resume a um (facilitado) exercício crítico da política que o Governo vem promovendo neste sector de decisiva importância nacional. Existe, sem dúvida, uma situação de crise estrutural que se desenvolveu ao longo de anos e que melhorias avulsas não podem, por si só, superar. Por outro lado, os problemas educativos têm dimensões que não podem ser reduzidas à esfera da política governamental ou a um enfoque predominantemente partidário.

Além disso, num país em que o número de desempregados ultrapassou o meio milhão e em que a precarização do trabalho se toma cada vez mais extensa; em que mais de um terço da população se encontra numa situação de pobreza e em que a exclusão social (com todas as suas complexas manifestações) não cessa de alastrar, é inevitável que na escola se reflitam os problemas resultantes da grave deterioração da situação social com que o país está confrontado.

Mas isto dito não evita, antes impõe, que se questionem as orientações políticas e as medidas do Ministério da Educação.

### A situação não está melhor

O juízo que o PCP formula, com base na avaliação continuada promovida pelas suas comissões especializadas que acompanham os problemas da área educativa, é claramente negativo.

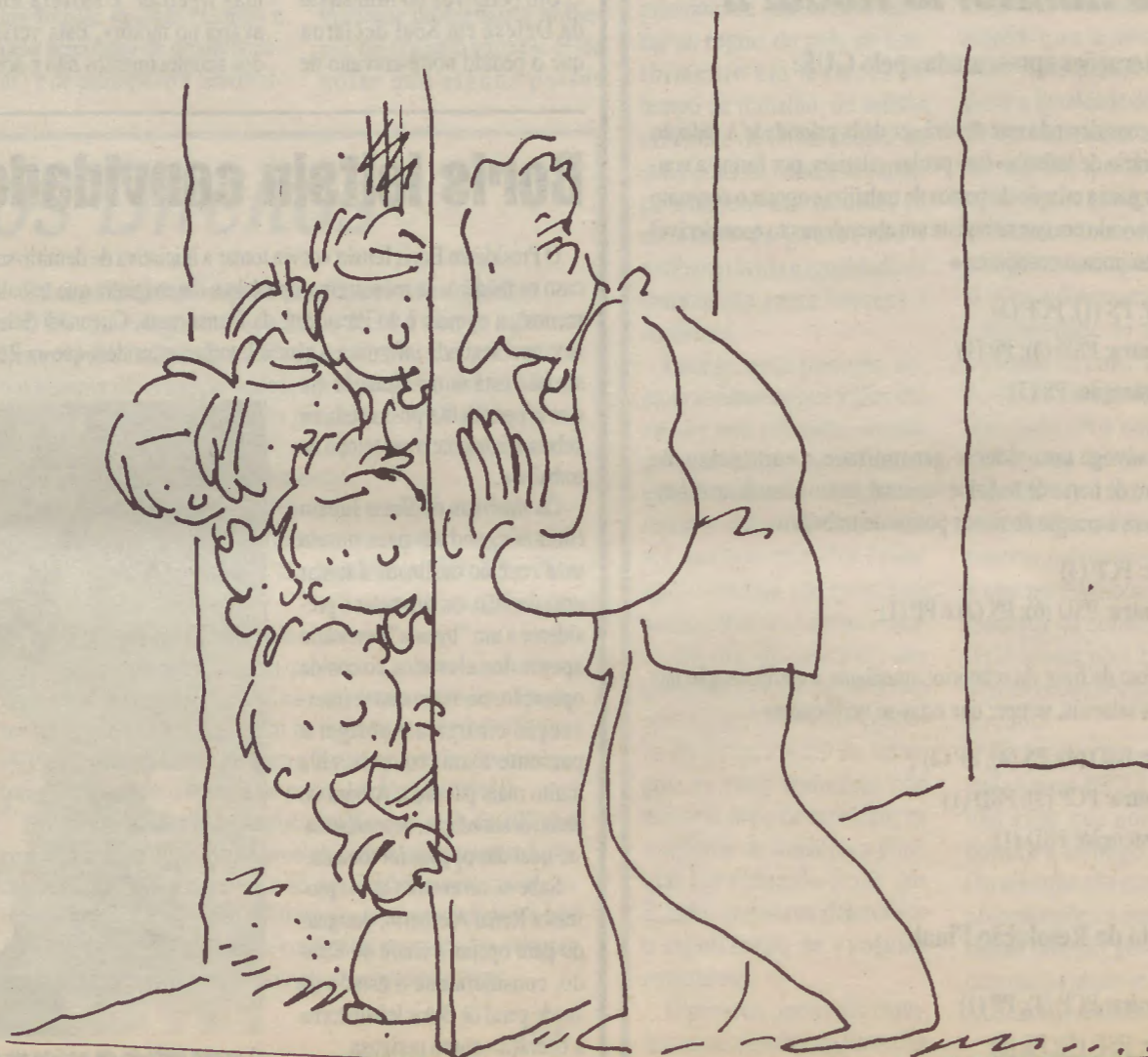
Considerada no seu conjunto, a situação na área da educação não se encontra melhor do que há um ano.

E a expectativa positiva que muitos intervenientes no processo educativo alimentavam em relação à anunciada "paixão" do Governo, acabou por transformar-se num sentimento de crescente desilusão e desesperança.

O Ministério da Educação persiste numa gestão puramente conjuntural, associada a um discurso de carácter vago e generalista (de que o "pacto educativo" constitui a mais expressiva manifestação). Confrange a ausência de uma visão política que identifique as questões de fundo, assuma e calendarize objectivos, mobilize recursos, capacidades e entusiasmos. A política educativa não pode ser confundida com o academismo e muito menos substituída por ele e pela incessante multiplicação de grupos de trabalho.

A persistente e prolongada crise do sistema educativo está bem evidenciada no rotundo fracasso da "reforma" do PSD (que o Ministério da Educação se recusa a avaliar), no desastre dos exames nacionais do 12º ano que o Ministério se obstinou em realizar, na chocante flutuação de orientações relativamente à nota mínima de acesso ao superior e nas condições em que este teve lugar. As elevadas taxas de insucesso escolar continuam a constituir-se como um dedo acusador contra o sistema e os responsáveis. O despacho da criação de turmas de currículos alternativos, abre a porta a situações conducentes ao agravamento das discriminações de classe no seio da escola e ao conformismo perante a marginalização de uma parte significativa dos alunos.

Constituindo a expansão do ensino pré-escolar e a qualidade do 1º ciclo condições efectivamente muito importantes para atacar, ao nível das gerações mais jovens, as deficiências de aprendizagem dos alunos, dificilmente se compreende a distância entre o discurso e a realidade.



## As prioridades necessárias

público, ao ponto do número total de vagas do privado ter sido este ano superior às disponibilizadas para o ensino público.

### Acrescida intervenção social e política

A situação de crise em que mergulhou o sistema educativo; a persistência por parte dos actuais responsáveis pelo Ministério da Educação - apesar de diferenças de estilo e da resolução pontual de alguns problemas - numa linha de continuidade essencial com as orientações de desvalorização do ensino público que o PSD deixou marcadas no sector durante mais de uma década; o sentido burocrático-administrativo, centralizador, que continua a caracterizar o essencial do modo de intervenção do Ministério da Educação no sistema educativo; e a falta de capacidade política na definição dos "nós" dos problemas, e na realização bem definida e calendarizada de objectivos concretos, que os actuais responsáveis do Ministério da Educação vêm evidenciando; - impõem a todos quantos não consideram o presente estado das coisas uma fatalidade, uma acrescida intervenção social e política na área educativa.

O PCP, está pronto a reforçar o apoio à intervenção social e política de professores, estudantes, pais, e suas organizações, bem como das comunidades locais, em torno de problemas da área educativa, cuja dinâmica pode ser absolutamente determinante para impor a mudança de rumo que a situação exige.

O PCP está também inteiramente pronto para uma mais dinâmica intervenção política directa, susceptível de promover o debate dos problemas e de marcar o ritmo, de equacionar as prioridades de política educativa a que o Governo não atende, de adiantar propostas, de tomar a iniciativa - na sociedade e nas escolas, no seio das instituições democráticas e em particular na Assembleia da República.

Sem preocupação por um enunciado completo das questões a que iremos prestar particular atenção nos próximos meses, destacamos:

- **Orçamento para a Educação:** designadamente no que respeita à efectiva consagração de verbas para a expansão da rede pública do pré-escolar, para o combate ao insucesso escolar no ensino obrigatório (com o conjunto de medidas de apoio social e pedagógico que envolve), para a valorização profissional dos professores, e a expansão e a elevação da qualidade do ensino superior.

- **Exigência da avaliação séria da "reforma"** e da urgente correcção das suas orientações mais nefastas, incluindo o modelo de avaliação dos alunos.

- **Reconhecimento do papel essencial dos professores,** técnicos de educação e das escolas, nas opções que se colocam na revisão dos currículos e das orientações para a avaliação dos alunos.

- **Autonomia democrática** do sistema educativo; novo quadro legislativo em relação à gestão democrática das escolas, na linha do desenvolvimento do "modelo" criado depois do 25 de Abril.

- **Exigência de uma acrescida e articulada intervenção do Governo e do Ministério da Educação em relação aos factores sociais** condicio-

nadores da aprendizagem; acção Social Escolar - novos quadros legislativos reguladores, quer em relação ao ensino básico/secundário, quer em relação ao superior.

- **Pré-escolar:** Expansão acelerada através da rede pública e gratuita, como está constitucionalmente consagrado.

- **Ensino Superior:** Lei de financiamento; eliminação dos *numerus clausus* no ensino público; novo e mais justo regime de acesso; debate em torno da autonomia democrática, visando a sua defesa, reforço e aperfeiçoamento; avaliação da avaliação.

- **Negociação expedita dos Estatutos de Carreira Docente,** subordinada a uma orientação geral de valorização da profissão docente.

### Por um ensino público e de qualidade

Uma questão fundamental para a qual importa vivamente chamar a atenção da população portuguesa e, em primeiro lugar, dos intervenientes no processo educativo, diz respeito à linha de fundo de inspiração neoli-

### Declaração de Edgar Correia

beral que vem marcando, em aspectos extremamente relevantes, as opções políticas do Ministério da Educação.

No pré-escolar, é a caracterização como "rede pública" de uma modalidade "contratual ou concessionada", traduzindo o propósito de financiamento público da expansão acelerada da rede privada, em muitos casos travada de social.

No ensino obrigatório e no ensino secundário, o Ministério da Educação deve uma urgente explicação ao país sobre as razões por que tem vindo a multiplicar "contratos de associação" com escolas privadas - o que significa que o seu ensino passa a ser fortemente subvencionado pelo Estado em zonas que estão cobertas pela rede pública.

No que respeita ao ensino superior, para além de prosseguir a política cavquista de rápida expansão do ensino privado e de favorecimento de clientelas políticas (de que o recente caso da "Universidade Atlântica" é bem ilustrativo), o Ministério da Educação vai ao ponto, na sua proposta de lei sobre o financiamento, de considerar a realização de "contratos de associação" para passar assim a financiar, através do Orçamento do Estado, estabelecimentos do ensino privado.

O ensino público, nos termos da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo, constitui indiscutivelmente o primeiro problema e a principal responsabilidade do Ministério da Educação perante o país.

As linhas privatizadoras que o Ministério da Educação tem vindo a desenvolver, não estão apenas em conflito com essa obrigação constitucional e legal. Elas limitam, também, a capacidade de vencer os profundos atrasos educativos com que o país está confrontado. E as concepções circulantes sobre uma escola pública mínima, fora da qual deveria ser procurado um ensino de qualidade, a prevalecerem significaria uma ainda maior acentuação das discriminações sociais e das crescentes desigualdades que atingem a população portuguesa.

Não se trata, por parte do PCP, como é evidente, da negação do espaço para o ensino privado, desde que cumpra as obrigações legalmente determinadas e assegure efectivamente níveis de qualidade dos cursos e o valor dos diplomas que emite. Ou do não reconhecimento do direito de opção dos portugueses que a Constituição, justamente, lhes reconhece.

Trata-se, sim, de assumir que a questão de um Ensino Público e de Qualidade para Todos os Portugueses, constitui o problema crucial da política educativa do país. E que a posição em relação ao Ensino Público representa a fronteira que separa os que à esquerda, com largo apoio nos professores, estudantes, pais, e suas organizações, e na sociedade portuguesa em geral, assumem a causa da defesa e da efectiva modernização e aperfeiçoamento do sistema; e daqueles que, à direita, apostam na sua efectiva redução, subalterização e enfraquecimento.





## Algarve

## Economia da formiga num estreito carreiro

**O**S FINAIS de Agosto, ano após ano, marcam cada vez mais o fim de um ciclo na economia da região. De supetão, o dia 1 de Setembro transfigura a paisagem humana. Desertificam-se as zonas balneares, o trânsito torna-se mais fluido, os super e hiper cumprem mais pausadamente as suas funções, a noite retoma outra tranquilidade. Algumas cidades e vilas do litoral vão assumindo, até ao final de mais outro ciclo, o seu descaracterizado papel de aglomerados fantasmagóricos. O Algarve começa a voltar-se para dentro de si mesmo.

Para trás ficou um mês e meio de intensa actividade associada ao turismo. A chamada época alta cada vez mais reduzida à última quinzena de Julho e ao mês de Agosto. Quarenta e cinco dias mágicos porque neles se investem sonhos de grandeza, se ocupa gente a trabalhar sem horários e sem direitos, num frenesim de formiga, a procurar ganhar neste estreito carreiro o que não se obtém no resto do ano.

As profusas páginas que diários, semanários e revistas durante mês e meio, cumprindo um enfadonho e ronfento ritual, destinaram à região, com vulgaridades feitas notícias nas quais, significativamente, nunca se trata seriamente de quem cá trabalha, também ficaram para trás, à espera do próximo verão para de novo voltarem a noticiar os mesmos políticos de férias, os mesmos roteiros gastronómicos e nocturnos, frequentados pelos mesmos e as mesmas de sempre.

Será cedo ainda para se fazer uma análise cuidada aos resultados de mais este ano de actividade turística. Os números que se dispõem, mesmo que provisórios, podem não exprimir toda a realidade. Mas, mesmo estes, se somados ao coro de lamentações que já se faz sentir face aos poucos resultados obtidos, deixam antever que este Agosto algarvio, incomodativamente ausente de levante, não pronuncia bons tempos para um Outono que não se avizinha terno e sobretudo para um Inverno que se prevê sombriamente frio e chuvoso. No longo e estreito carreiro da formiga mais serão os que vão ficar de fora.

A transfiguração da economia regional através de um processo de terciarização particularmente acelerado nas últimas duas décadas, criou vulnerabilidades que por muito importante que seja a actividade turística esta não pode só por si compensar. Hoje esta realidade de por nós reiteradamente tratada, começa a despertar consciências e a ganhar apoios para um projecto alternativo de desenvolvimento regional.

O Algarve, que tem desde há longos anos um mercado de emprego marcado pelo ciclo da actividade turística, no qual era frequente atingirem-se picos de emprego de Abril a Setembro o que permitia a milhares de pessoas trabalhar seis meses e os restantes aguentarem-se com o recurso ao subsídio de desemprego, viu esta realidade precária ser ainda mais subvertida nos últimos anos, porque o acesso ao emprego se faz mais tarde e o desemprego se processa mais cedo, perdendo-se assim o direito ao benefício do subsídio, com todas as consequências sociais que se adivinham.

Em Março deste ano, o número de desempregados atingia os 20.000 (15% da população activa) face a uma oferta de emprego ridícula. Esta realidade amenizada nos mágicos 45 dias da chamada época alta vai voltar de forma, quiçá mais violenta, já em meados de Setembro, porque o ano turístico não teve os resultados esperados e porque os trabalhadores se vão confrontar com a ofensiva do patronato escudada na polivalência e na flexibilização, arma de arremesso contra direitos fornecida pelo Governo do PS.

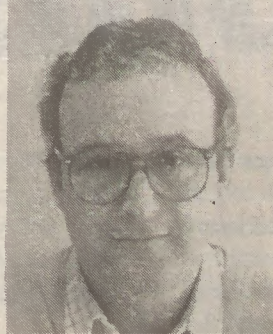
A ausência de alternativas para um emprego estável está profundamente associada à sistemática destruição de actividades produtivas na indústria, na agricultura e nas pescas. De tal se recente a região assistindo-se, ano após ano, ao aprofundamento das desigualdades regionais. É preciso não esquecer que no Algarve, coexistindo com alguns dos centros mais cosmopolitas do Sul da Europa, existem populações

com os piores indicadores de nível de vida do País, situação que atinge um terço dos concelhos da região, exactamente aqueles que envelhecidos e cada vez mais desertos, melancólica ou tristemente contemplam da serra e meia serra algarvia (o outro Algarve) o fervilhar ocasional do litoral.

Já aqui, por diversas vezes tratámos das fragilidades que a actividade turística integra. Este ano o Algarve terá tido resultados que oscilarão entre um crescimento zero a uma quebra de 5% nos contingentes turísticos que nos visitaram. A expressão concreta destes números pode ter e terá certamente sinais contraditórios. Mas, mais que o número de turistas, o que está a pesar nos resultados obtidos é o fraco poder de compra por estes revelado de tal se ressentindo o comércio e sobretudo o amplo sector de restaurantes e bares, a contrastar, eventualmente, com melhores negócios realizados pelos hotéis de 4 e 5 estrelas e aldeamentos de luxo.

Esta realidade reflecte a crise económica e as consequências sociais que lhe estão associadas, crise que grassa em toda a Europa, e também a expressão de concentração de riqueza que a mesma produz. Deitam também por terra todas as teorias que, desde há muito, tendem a erguer, num quadro de profundos ataques a direitos dos trabalhadores, a actividade turística como "a indústria do século XXI". É necessário mais uma vez lembrar que em Portugal, neste final de século, só 30% da população passa férias fora do local da sua residência e que mesmo nos países da Europa Central (principal mercado turístico dos países do Sul da Europa) as férias, entendidas como viagem e estadia noutros destinos, constituem a décima prioridade para a maioria dos seus habitantes.

Neste contexto, muitas foram as expectativas e ilusões criadas pelo Governo do PS para inverter esta situação. Recordo as paixões pela regionalização. As promessas de um novo ciclo de desenvolvimento regional. As estradas e as auto-estradas. O emprego, as pes-



**Carlos Luís Figueira**

Membro da Comissão Política

**No que respeita à actividade turística, e é só disso que aqui estou a tratar, a acção deste Governo tem sido mais do que decepcionante**

No que respeita à actividade turística, e é só disso que aqui estou a tratar, a acção deste Governo tem sido mais do que decepcionante. Começou por nomear um Secretário de Estado para o demitir três meses depois, num episódio com contornos de ópera bufa. Novas nomeações com a particularidade de fazerem desaparecer a Secretaria de Estado do Turismo desvalorizando ainda mais na arquitectura do Governo este importante sector, perdendo-se com estes tristes e irresponsáveis episódios seis meses.

Prolongando a campanha eleitoral, Guterres anuncia em finais do ano passado o Ano Nacional de Turismo sem que até agora este slogan de propaganda tenha tido uma expressão concreta em medidas estruturais de que o sector desde há muito carece. As declarações que vão sendo produzidas pelos vários ditos responsáveis pela política de turismo são, no mínimo, das mais contraditórias.

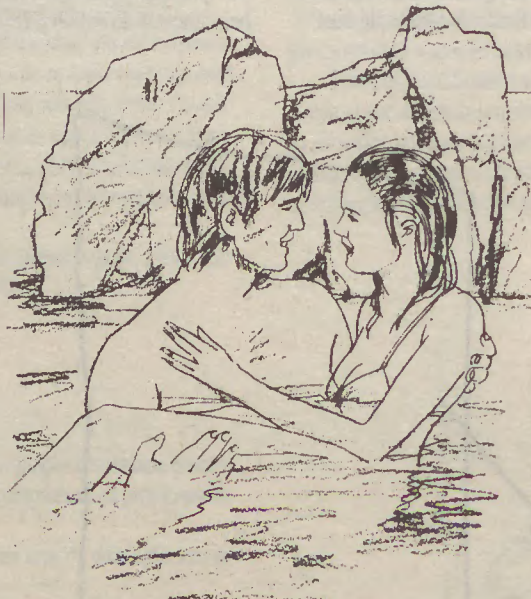
A regionalização turística continua a aguardar melhores dias tal como acontece com a paixão do Guterres pela regionalização. Com a agravante deste Governo, tal como o outro, não ter reforçado as verbas para as Regiões de Turismo e, mais grave ainda, lhes ter retirado receitas provenientes dos Bingos, para as entregar aos clubes desportivos. A Lei-Quadro que rege a actividade destas estruturas continua na mesma, assente num centralismo que, servido agora por um modelo mais dialogante continua, no fundamental, a assegurar que o fundamental se decida centralizadamente. No Algarve, principal região turística do País, o Plano Regional de Turismo continua

com o mesmo gestor, sem verbas e meios para o implementar, Plano que, a ser seriamente executado, poderia concretizar medidas estruturais que disciplinassem a ocupação do solo, definindo e caracterizando os limites e a qualidade da expansão da oferta de alojamento turístico.

O acesso aos financiamentos continua a contemplar os mesmos que já eram antes beneficiados e este Governo no Algarve prepara-se ainda para consumir no Algarve uma medida que o anterior Governo do PSD não teve condições nem força para o fazer, entregando ao grupo de Vilamoura, dominado pelo BCP, terrenos até agora protegidos pela reserva agrícola e ecológica nacional para neles se erguerem mais 20.000 camas de alojamento turístico, tudo isto em nome, certamente, da modernidade do Século XXI.

Esta dura realidade começa a fazer emergir, a par de sentimentos de desilusão, de acomodação e até de algum temor, a consciência noutros que este modelo económico que em continuidade dialogante este Governo PS prossegue, não serve, não resolve e tem de ser posto em causa.

Acumular forças, organizar o protesto e a luta, combater a ideia da inevitabilidade de soluções impostas num quadro em que o fundamental não pode ser alterado, não é só necessário como indispensável. Não só porque, com esta política, não há soluções alternativas, como para impedir que a direita, co-responsável pela actual situação venha, através da mais descabelada demagogia e da mais refinada hipocrisia política, a capitalizar os apoios dos descontentes de uma política que também é a sua.





# Desemprego na Europa

■ Lino de Carvalho

**M**ais de 34 milhões de desempregados nos países da zona da OCDE. 18 milhões sem trabalho (cerca de 12% da população activa) e 55 milhões de pobres na União Europeia. Mais de metade é desemprego de longa duração. No meu País, em Portugal, acresce que mais de 65% dos desempregados não têm acesso a nenhuma prestação social de apoio ao desemprego. E tudo isto numa região do globo de forte crescimento económico, de avanços técnico-científicos, de multiplicação dos recursos, mas em que o crescimento não se traduz em oportunidades de emprego, em emprego mais seguro e de maior qualidade, numa melhor e mais equitativa distribuição da riqueza.

Como se afirma no Relatório do Desenvolvimento Humano/1996 da ONU, «os empregos disponíveis são cada vez menos satisfatórios. A segurança no emprego está a ser minada. O emprego é cada vez mais em tempo parcial ou por tarefa».

No plano mundial, nos últimos 30 anos, os 20% mais pobres da população viram diminuir a sua parte no rendimento global de 2,3% para 1,4%, enquanto os 20% mais ricos aumentaram a sua parte de 70% para 85%. Nos países industrializados, os 40% mais pobres auferem apenas 18% do rendimento total. Nos antigos países socialistas do Centro e Leste da Europa, o desemprego massivo é hoje uma realidade inquietante como afirma, e bem, o último relatório da Organização Internacional do Trabalho. Na Bulgária, Hungria, Polónia e Eslováquia, a taxa de desemprego passou de zero para mais de 15% desde 1990.

São dados graves e incontornáveis mas que mesmo assim não reflectem o extenso drama social em que no limiar do Séc. XXI, um século de exaltantes progressos científicos e tecnológicos, vivem milhões de trabalhadores em toda a Europa e em todo o Mundo.

Afirmam alguns que tal situação é inevitável, resulta da alteração daquilo a que chamam a natureza do trabalho, das novas tecnologias e anunciam mesmo o «fim do trabalho». Para essas correntes, a solução estaria em alterar «a rigidez do mercado de trabalho», em introduzir «mais flexibilidade nas relações de trabalho», em diminuir as garantias dadas pelos «sistemas de segurança social» que desencorajariam a procura e a criação de emprego, na «partilha do emprego».

Numa linguagem menos codificada e em resumo, a solução estaria numa ainda maior diminuição dos direitos de quem trabalha, numa maior precarização das relações de trabalho. No essencial é isto que também nos propõe o relator sr. Bloetzer no Relatório que estamos a debater sobre o desemprego na Europa.

Estamos em total desacordo com o Relatório apresentado e as soluções propostas.

## Alternativas

Não temos tempo para desenvolver o tema mas, em resumo, deixo aqui outras pistas e soluções alternativas:

O direito ao trabalho é um direito fundamental dos cidadãos, é um direito de cidadania, é um direito humano básico. Num fórum como o Conselho da Europa esta deveria ser a primeira questão a ter presente e a servir de referência a qualquer análise sobre a questão do emprego.

O processo de mundialização da economia, em grande parte artificialmente acelerado e de uma enorme liberdade de circulação de capitais, designadamente especulativos, com a

# Causas e remédios

deslocalização de empresas, na procura do máximo lucro, está a criar milhões de desempregados nos países industrializados e promove a sobrexploração, muitas vezes em condições sub-humanas, de milhões de outros nos países menos desenvolvidos. Esta mobilidade dos capitais exige por sua vez uma força de trabalho cada vez com menos direitos, com um maior estatuto de precariedade, disposta a adaptar-se às necessidades do capital, das cada vez mais gigantescas empresas transnacionais.

Ora não se resolverá o problema do desemprego, não se criará emprego estável e com direitos, não se contribuirá para o respeito por direitos e cláusulas sociais mínimas nos países e zonas de mais barata força de trabalho se este modelo de mundialização da economia não for travado, questionado e posto em causa que, ao contrário do que afirma o relator, não favorece «as empresas mais pequenas e flexíveis» mas, pelo contrário, as grandes transnacionais e o capital especulativo.

## O travão da moeda única

A vaga de privatizações de grandes empresas e serviços públicos, a liquidação das funções sociais do Estado está a provocar em todos os países vagas de desempregados. A multiplicação de fusões e reestruturações criando cada vez maiores conglomerados a nível europeu e mundial estão ligados a milhares de despedimentos. O próprio relator reconhece que nos antigos países socialistas «o prosseguimento da privatização das empresas do Estado» leva ao aumento do desemprego, mas curiosa e contraditoriamente conclui pela neces-

sidade de serem prosseguidas as privatizações e «mantidos custos salariais baixos num clima de liberalização do comércio» a bem «da prosperidade do Continente Europeu» e da plena «integração desses países no sistema». Penso que o relator quer dizer a bem dos interesses dos grandes grupos económicos e das transnacionais tendo em vista a consolidação da destruição do sistema socialista.

É preciso pôr termo a este irracional processo de privatizações e defender o papel do investimento público produtivo na criação do emprego e na redução dos desequilíbrios sociais e regionais, em articulação com o investimento privado e com políticas de ordenamento do território.

A política liberal e monetarista em curso e, em particular, as políticas de ajustamento estrutural impostas pelas grandes instituições financeiras internacionais e as políticas restritivas de Maastricht com vista à criação da moeda única estão a impor sérios travões ao investimento produtivo e à criação de emprego. É preciso substituir estas políticas restritivas por políticas promotoras do investimento, do emprego e de melhores remunerações porque só tais políticas conduzem ao aumento do consumo, ao alargamento do mercado e ao desenvolvimento global e estável das economias.

## Valorizar o trabalho

Os avanços tecnológicos e científicos, impulsionando enormes aumentos de produtividade, permite reduzir o tempo de trabalho (sem redução de direitos e de remuneração) e por essa via multiplicar o número de postos de trabalho como apontam todos os estudos disponíveis e como o próprio relator reconhece (embora não retire disso nenhuma conclusão) com os exemplos da Dinamarca, a da Bélgica e da Alemanha em que a redução do número médio de horas trabalhadas se traduziu em aumento de emprego, respectivamente de 8% e 12%.

Não é aceitável propor-se ainda mais redução dos direitos de quem trabalha com a chamada flexibilidade, o que se traduz por maiores facilidades de despedimento e mais desemprego. Pelo contrário, é preciso reforçar os direitos de quem trabalha.

É preciso reformular-se todo o sistema de ensino-formação-emprego.

Valorizar o trabalho e os direitos de quem trabalha como um direito humano fundamental, pôr a economia ao serviço das pessoas e do desenvolvimento humano; reorganizar a sociedade e a economia sobre bases novas que tenham como objectivo central as necessidades da pessoa humana e a sua felicidade assegurando o acesso de todos às riquezas materiais e culturais que o progresso civilizacional pôs à disposição da Humanidade, eis os vectores centrais que devem orientar o caminho a prosseguir e que não encontramos no Relatório que nos é proposto.

(Intervenção no debate do relatório sobre «Desemprego na Europa: Causas e Remédios», na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, realizada de 23 a 27 de Setembro.)





## EM FOCO



# Regionalização e financiamento da saúde

■ Santos Cardoso (\*)

**E**m economia de mercado, os bens e serviços são colocados à disposição de potenciais compradores em acção de oferta, ao mesmo tempo que os compradores com capacidade económica assumem uma atitude de procura, isto é, manifestam a vontade de adquirir os mesmos bens e serviços. O encontro entre a oferta e a procura solvente constitui a relação básica da economia de mercado, condicionada pela qualidade e pelo preço dos bens em causa. A decisão de compra de um bem ou serviço, restrita aos compradores com dinheiro disponível para esse efeito, resulta de um processo mais ou menos complexo, pressupondo a escolha de entre vários constantes na oferta, segundo as vantagens que o comprador pensa encontrar no escolhido. Entre a oferta e a procura de cuidados de saúde não existe este mecanismo essencial do mercado.

O consumidor de cuidados não possui o mínimo de conhecimentos necessários que lhe permita escolher o tratamento adequado à sua situação de doença ou de simples preocupação de saúde, tendo de consultar um agente intermediário, o médico, que o vai orientar e decidir a escolha dos cuidados que com maior probabilidade podem ser eficazes.

O médico, embora com o consentimento prévio da pessoa doente, é quem verdadeiramente decide quais os cuidados que devem ser prestados.

No passado, o médico era comparado ao artesão individual na arte e na ciência de curar, mas a evolução moderna dos meios para protecção da saúde exige hoje que tenha de se adaptar à grande complexidade técnica, económica e administrativa da prestação de cuidados de saúde.

Desde o diagnóstico à terapêutica, o médico recorre a um vasto e complexo conjunto de meios, que vão desde equipamentos sofisticados ao concurso de outros profissionais de saúde cada vez mais diferenciados, e a um sem-número de consumíveis.

Hoje pode afirmar-se que os médicos constituem uma pequena percentagem da população, mas através das suas decisões clínicas determinam como gastar uma percentagem cada vez mais elevada do produto interno em qualquer país.

O encarecimento dos cuidados de saúde tem como consequência que a procura solvente de cuidados é cada vez mais reduzida, isto é, só uma pequena parte da população pode dispor de dinheiro para os

pagar, deixando de fora a maioria da população sem possibilidade de acesso aos cuidados, tornando indispensável a intervenção do Estado no seu financiamento, seja qual for o regime económico.

Os médicos, sendo os mediadores necessários entre a oferta e a procura de cuidados de saúde, só podem ser responsabilizados dentro dos limites dos meios de que dispõem. Sendo demonstrado, por exemplo, que numa situação era imprescindível um determinado medicamento para salvar a vida de um doente, cuja falta não possa ser imputada ao médico assistente, e que este praticou todos os actos possíveis no ponto de vista técnico, dir-se-á que fez tudo o que estava ao seu alcance e mais não podia.

Numa empresa de saúde com fins lucrativos, dispo de médicos assalariados, estes podem ser coagidos a limitação de gastos mais ou menos drástica, com irracionalidade e perigo deontológico, podendo ser obrigados a optar entre a denúncia dessa situação para ilibar a sua responsabilidade profissional, ou a perda do posto de trabalho.

Haverá pois que estabelecer a distinção entre a medicina assalariada em empresas de fins lucrativos e a medicina liberal privada: naquela há um contrato de trabalho com empresas cujo objectivo final é o lucro, na medicina liberal tradicional está implícita a existência de um contrato directo entre o médico e o doente.

Com a imposição do pagamento parcial dos cuidados por parte do doente através das chamadas taxas moderadoras tem-se pretendido conseguir efeito dissuasor ou a diminuição da procura de cuidados, mas, sendo indispensável a mediação médica, melhor seria aceitar que se pretende fazer baixar a procura dessa mediação ou do número de consultas médicas.

Tratando-se de taxas fixas e uniformes, independentes da capacidade económica de cada utente, é indiscutível que penalizam mais as classes economicamente menos favorecidas, constituindo um processo regressivo de taxaço: quanto mais elevados forem os rendimentos do utente menos será o peso relativo da taxa.

As taxas progressivas, ou seja, proporcionais ao rendimento de cada indivíduo ou família, podem ser consideradas à partida mais justas, mas advém o problema do seu ajustamento aos rendimentos. Antes do 25 de Abril vigorou no nosso país o sistema de doentes porcionistas, aos quais era feito inquérito de rendimentos, persistindo a iniquidade relativa aos custos dos cuidados prestados: um doente classificado no escalão mínimo de 10% pagava pouco por essa percentagem se o custo dos cuidados era baixo, mas essa taxa aplicada a cuidados de custo elevado tornava o preço a pagar incompatível face ao rendimento apurado no inquérito.

Mas quando o efeito dissuasor de pagamento pelo doente, mesmo parcial, funciona, isto é, faz diminuir a procura do médico, tal não significa que os gastos globais com a saúde tenham diminuição proporcional, pois o adiamento da consulta médica, na maior parte das

vezes, leva o doente a procurá-lo em fase mais avançada da sua doença, tornando mais elevado o custo dos tratamentos, ou sendo tarde de mais para o processo de cura e reabilitação.

Os seguros de doença privados não podem ser rentáveis para as empresas seguradoras em cuidados de saúde gerais completos, sem prejuízo da sua aplicabilidade em áreas de risco bem definidas, como nos acidentes.

Mas também não pode deixar de ser considerado que os vários tipos de seguro/doença, públicos ou privados, pressupõem o pagamento por acto médico praticado, e os médicos não são «anjos», mas pessoas de carne e osso: o pagamento por acto é sempre motivador da sua multiplicação eventualmente redundante.

## Melhorar o Serviço Nacional de Saúde

Perante a realidade de os recursos serem limitados e muitas vezes escassos, torna-se necessário organizar, fora das regras de mercado, estruturas funcionais que envolvam as próprias populações, os médicos e restantes profissionais de saúde, no planeamento e na gestão dos serviços prestadores de cuidados, tendo como objectivo a maior economia possível de gastos, ou de adopção de critérios de eficiência.

Face à realidade de os cuidados de saúde não poderem ser encarados como prestação de serviços possível de ser transaccionada no livre jogo da oferta e da procura de mercado, dado que não é o comprador quem decide o que deve comprar, nem o preço pode ter efeito regulador do consumo de cuidados, subsiste o problema de os gastos em saúde constituírem, sem dúvida, uma preocupação em qualquer política de saúde.

Essa realidade exigirá uma primeira mediação entre a oferta e a procura de cuidados através dos médicos de família ou cuidados de saúde primários em centros de saúde credíveis para as populações, onde deverá acontecer a procura espontânea sem qualquer restrição de ordem económica garantindo a universalidade do sistema.

A procura de cuidados seguintes a estabelecer por acordo entre o médico de família e os doentes terá de ser referenciada, ou prescrita mediante credencial médica, passando a ser procura requerida ou justificada no ponto de vista clínico, portanto de igual modo não passível de restrições ou discriminação económica.

Se a prescrição clínica, que vai de um simples medicamento ao internamento para a cirurgia mais complexa, constitui e deve constituir atributo médico concomitante com a sua necessária autonomia profissional, pode mesmo assim entrar em conflito com a escassez ou limitação de recursos financeiros, pelo que deve ser avaliada.

Dado que essa avaliação só pode ser efectuada inter pares, isto é, por outros médicos, é urgente introduzir no sistema de saúde finan-



## EM FOCO

ciado pelo Estado a função de auditoria médica e de acreditação dos serviços.

Será por isso necessário criar um serviço central, com a figura de instituto do Estado, para avaliação contínua da qualidade dos cuidados de saúde, dispondo de técnicos médicos com mérito reconhecido, e com carácter pluridisciplinar a fim de permitir a certificação e acreditação nas várias especialidades e valências, e integrando outros técnicos para avaliação da economia de meios utilizada, ou aferição de critérios de eficiência.

O País tem desperdiçado um vasto contingente de excelentes auditores, constituído, entre outros, por médicos seniores próximos do fim de carreira.

Não se trata de criar um serviço coercivo ou inspectivo, antes lhe cabendo acções de apoio técnico, de formação permanente em coordenação com as próprias faculdades de medicina e outras escolas de profissionais de saúde, e também com a incumbência de produzir propostas de correcção na política de saúde e na gestão dos serviços, para além de avaliar a necessidade de cuidados por parte das populações e o resultado da actividade dos serviços.

Sendo certo que a saúde não tem preço, mas tem um orçamento, haveria ainda que modificar o sistema de financiamento dos hospitais e centros de saúde.

No nosso país, entre as décadas de sessenta e meados de oitenta, foi tentado incrementar um sistema de financiamento hospitalar baseado na produção dos serviços, com atribuição de preço médio por doente tratando, segundo o qual era possível prever em cada hospital o financiamento do Estado para o ano seguinte.

Apesar de se tratar de critério meramente quantitativo, esse sistema teve repercussões positivas na gestão dos hospitais portugueses, ultrapassando os critérios de caciquismo político anteriores na concessão de financiamentos, e dando mais autonomia e profissionalização à gestão.

Infelizmente, esse projecto foi abruptamente posto de parte no período cavaquista, assim como não está a ser utilizado outro processo incrementado de reembolso ou facturação de serviços baseado no método de Grupos de Diagnóstico Homogéneos (GDHs), situação acrescida pela governamentalização e partidarização da gestão dos serviços, com a nomeação de pseudogestores pára-quedistas, clientes partidários, que chegou a atingir, nalguns casos, a raia do ridículo.

Tanto os hospitais como os centros de saúde para terem real autonomia administrativa e financeira carecem de poder prever as receitas em cada ano de exercício, pelo que, por aqueles métodos ou outro, tendo como base essencial tabelas de preços reais indexados, o financiamento deverá fundamentar-se no reembolso (facturação) dos serviços prestados e na responsabilização dos respectivos gestores, necessariamente profissionais.

## Planeamento

Na concepção do planeamento dos serviços de saúde que tem sido seguida entre nós, o problema das instalações e equipamentos é encarado como previsão da sua substituição, pondo de parte hipóteses possíveis de melhor rentabilização das instalações e equipamentos já existentes, às vezes na mesma instituição, na rua ao lado ou na localidade mais próxima.

Por outro lado, o planeamento em saúde deve atender a factores específicos de cada local ou região, o que é contraditório com o estabelecimento de normas rígidas a nível nacional.

O planeamento terá de ser orientado no sentido de estabelecer indicadores/metos a atingir, na evolução de indicadores de saúde das populações, da qualidade e produtividade dos serviços, tanto quanto possível em avaliação contínua.

Esta estratégia exige descentralização e delegação de poderes de forma a que os gestores dos serviços, aos vários níveis, sejam responsáveis em adequar os meios disponíveis à evolução das próprias necessidades das populações, e com o envolvimento destas nas actividades dos serviços.

A descentralização e envolvimento das populações não constitui simples panacea democrática, pois tem fundamento técnico em saúde. Só por essa via os utentes podem tomar consciência de que a saúde não tem preço, mas que os recursos a exigir têm limite.

Fazer coincidir a regionalização dos serviços de saúde com as



regiões administrativas previstas na Constituição da República pode constituir a via a seguir.

O poder centralizado, como a prática o tem demonstrado também em saúde, tende a favorecer as regiões mais ricas, alargando o fosso que as separa das regiões mais pobres ou empobrecidas.

Neste contexto, deverá admitir-se vários modos de propriedade de serviços de saúde, desde a Administração Central, às Regiões Administrativas e Autarquias Locais.

Os hospitais públicos, providos de gestão profissionalizada, deverão ter o estatuto de empresas públicas, definido a nível nacional, sendo os centrais-escolares propriedade da Administração Central (Estado em sentido restrito) e os restantes passar para a propriedade das respectivas Regiões Administrativas.

Os centros de saúde, com autonomia administrativa e financeira, seriam propriedade das Autarquias Locais, Câmaras Municipais e/ou Juntas de Freguesia.

Concomitantemente, será necessário aprovar uma lei de finanças da saúde que estabeleça a quantificação anual do montante de financiamento a disponibilizar pelo Estado, indexado a percentagem do produto interno bruto ou a percentagem de imposto nacional já existente.

O montante destinado ao financiamento da actividade dos serviços, que estabeleceria o limite de gastos públicos, seria distribuído por cada Região Administrativa, com critério ajustado de base demográfica ou de população residente.

Cada Região Administrativa teria de garantir o pagamento de cuidados prestados à respectiva população residente, independentemente da Região ou local onde esteja situado o serviço prestador de cuidados, incluindo, quando necessário, o transporte dos utentes.

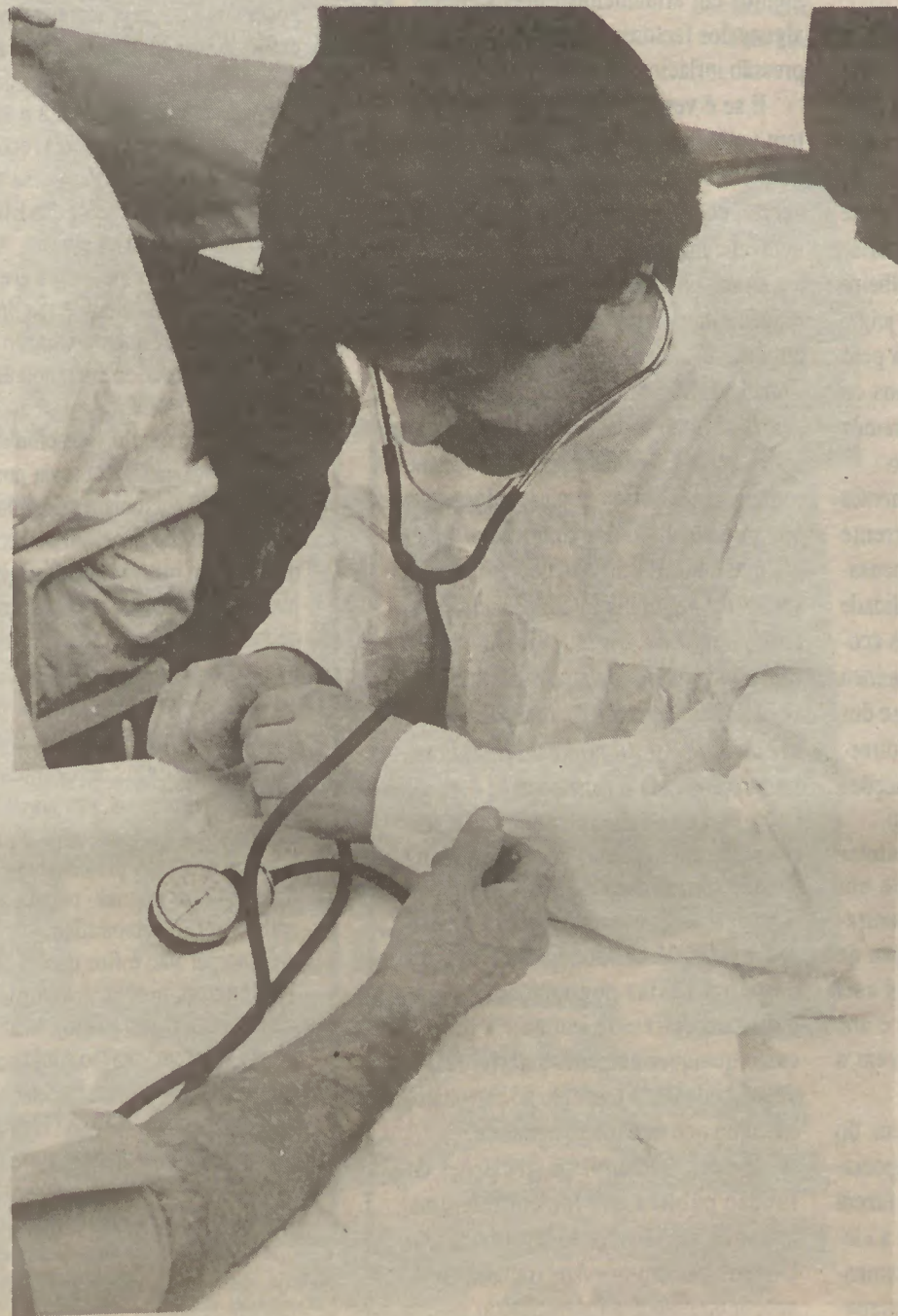
Neste esquema, desenhado muito genericamente como base de trabalho, cremos que a maior proximidade dos órgãos regionais motivaria a reflexão sobre a relação entre custos e benefícios dos cuidados de saúde, levando-os a encarar o planeamento dos serviços tendo como objectivo obter os melhores resultados com o menor dispêndio possível de recursos.

Essa maior proximidade dos órgãos locais responsáveis, eleitos pelas populações, decerto as levaria mais facilmente a exigir-lhes a definição de prioridades em saúde mais sentidas, e à melhor opção entre gastos com a saúde e noutras actividades eventualmente menos prioritárias.

Evidentemente, a avaliação dos cuidados prestados, e a acreditação dos serviços, deve continuar a pertencer à Administração Central dependente directamente do Governo.

Este, como primeiro responsável pela saúde de todos os portugueses, pode descentralizar competências, mas não deve descentralizar o poder de avaliar a sua prossecução.

(\*) Administrador hospitalar





■ Paulo  
Maurício

# Aumentos salariais, inflação e Função Pública

**É** frequentemente afirmado que uma das causas para a «contenção» salarial, isto é, para o apertar do cinto de quem trabalha, reside na necessidade de conter a inflação.

O fenómeno inflacionista foi uma das características das crises que o sistema capitalista atravessou nas décadas de 70 a 80. Caracterizado por uma inflação geral (atingindo todo o tipo de produtos ainda que de forma diferenciada), crónica ou constante e tendente a agravar-se, o fenómeno inflacionista foi uma preocupação duradoura dos governos e dos trabalhadores – pois no fim de contas são estes que o sentem nos bolsos. De há uns anos a esta parte que o fundamentalismo monetarista, que os «pais» Reagan e Thatcher «espalharam» pelo mundo, serve de modelo de «desenvolvimento» às economias capitalistas. Em particular os acordos de Maastricht seguem esta lógica. Os governos, chamem-se de «socialistas» ou liberais estão no mesmo comboio. As instituições internacionais – do FMI ao Banco Mundial – seguem a mesma prática económica.

Em um artigo de opinião no «Diário de Notícias» de 16 de Setembro de 96, João César das Neves (JCN) tenta ridicularizar qualquer política que não seja a referida, dizendo que quem defende opinião contrária (ou diferente), «segue uma atitude típica dos intelectuais portugueses, pelo menos desde o conselheiro Acácio». Ao contrário do que JCN julga, não pensamos estar «iluminados» pelo que quer que seja, nem julgamos os outros como estúpidos. Apenas temos uma opinião diferente. Apenas isso.

Mas sabemos que opiniões diferentes são muito mal toleradas pela corrente dominante de pensamento: pelo pensamento único que perpassa a generalidade dos argumentos dos nossos escribas económicos (alguns dos quais, sem nunca terem sentido o pulsar da sociedade e dos trabalhadores portugueses, foram directos das universidades para as redacções dos jornais e/ou para os ministérios).

Serve isto para tentar dismantlar uma ideia feita. A ideia de que um aumento real dos salários seria contraproducente para uma estabilização da inflação a «níveis residuais». Esta é uma tese muito querida ao patronato e aos governos e a todos quantos servem o capital ou dele se servem.

Esta tese é sempre trazida à luz do dia quando chega a altura das negociações salariais. Os «mass media» fazem coro na premente necessidade de a elevação dos salários reais ser praticamente nula: «Há pouca margem de mano-

bra», diz o sr. primeiro, ao que os «média» respondem com um «aumento zero» nos salários dos trabalhadores. Entretanto o patronato faz um brinde com o Governo e com quem mais vier. De champanhe, de preferência.

É errada a tese de que aumentos salariais constituem uma pressão inflacionista. Se a massa monetária em circulação aumentar substancialmente sem ter sido acompanhada por uma evolução económica que absorva essa massa em circulação, então haverá uma pressão inflacionista. É no entanto evidente que não são aumentos salariais reais de uns tantos por cento que constituem o fundamental da entrada de massa monetária no mecanismo económico-financeiro. As operações especulativas na bolsa; a entrada de capital estrangeiro nas operações privatizadoras; os grandes investimentos em armamento; estes sim, são alguns dos factores susceptíveis de uma pressão inflacionista.

E se é verdadeiro que Portugal não tem vultuosas despesas em armamento, também é verdade que uma economia aberta, como a portuguesa, é mais vulnerável à inflação importada.

Como quer que seja, o Governo português está agarrado que nem uma lapa aos critérios de convergência nominal do Tratado de Maastricht. A inflação tem de ser baixa, logo nada de aumentos salariais, seguindo a velha teoria monetarista (com este ou outros nomes). Mas mais antiga e segundo Armando Castro em «O que é a inflação», mais verdadeira, será a lei «enunciada há mais de cem anos, segundo a qual salários altos fazem os produtos baratos e salários baixos elevam os preços de venda das mercadorias». Simples mas demasiado embaraçoso para o patronato.

A Função Pública está mais uma vez em processo negocial com o governo, tendo como um dos objectivos o de repor o poder de compra desde há muito degradado. Já se sabe que o Governo parte para estas negociações com o duplo objectivo de impedir a todo o custo qualquer aumento salarial real e desse modo dar o exemplo ao patronato, exemplo que este muito agradece.

É este carácter das negociações da função pública que lhe confere uma importância estratégica. O patronato e o Governo sabem-no. Aos trabalhadores cabe lutar pelo que lhes é devido.

# A «guerra na estratégia

**O**s discursos pronunciados nas Convenções dos dois grandes partidos dos EUA e as imagens que delas saíram para o mundo foram espelho do estado de decadência da sociedade e do regime norte-americanos.

Aquilo foi a negação da democracia. Em ambas as convenções, um autêntico carnaval político-folclórico servia para esconder os fins reais das candidaturas.

As escolhas dos presidentes são, com frequência, pouco felizes. Um sistema eleitoral que desemboca no colégio dos grandes eleitores permitiu sempre perigosas manipulações na fase preparatória. Mas, até final da última guerra, a eleição do presidente foi encarada como um acontecimento sério. Nas últimas décadas, o jogo eleitoral adquiriu uma sinuosidade e uma perversão crescentes.

As forças que controlam o sistema preferem hoje presidentes sem personalidade, ignorantes e pouco inteligentes a homens públicos com adequada preparação cultural e política. Com Bil Clinton, o sistema atingiu a fase adulta. Na opinião de respeitados analistas é o mais medíocre e incapaz de todos os norte-americanos que até hoje chegarem à Casa Branca. O sorriso, o penteado, o gesto, a empostação posta no lugar-comum, o vazio de ideias foram determinantes para a sua escolha.

É natural que a perversão do sistema de poder dos EUA seja acompanhada com apreensão. A arrogância desafiadora das elites – assim gostam de se intitular – que controlam o Estado norte-americano e o seu relacionamento com as grandes forças económicas não conhece fronteiras. Para essa gente, a tese segundo a qual a vontade dos EUA deve ser a lei do mundo é um axioma.

A aprovação pelo Congresso das leis Helms-Burton e Amato e sua promulgação e elogio pelo presidente Clinton culminaram um processo que se acentuou após a Guerra do Golfo. A partir da desagregação da URSS, os EUA forçaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas a aprovar numerosos projectos intervencionistas, violadores da Carta da Organização. Fizeram do secretário-geral da ONU um instrumento dócil da sua estratégia; agora preparam-se para o enxotar porque querem pôr no lugar alguém ainda mais submisso, que não seja de origem árabe.

Washington, quando a sua vontade não é imediatamente obedecida, dá logo mostras de irritação. Castiga, porque o tempo das boas maneiras pertence ao passado. O episódio da Colômbia é esclarecedor e alarmante. O governo dos EUA pretendia que o presidente Samper fosse afastado por supostas ligações antigas com o narcotráfico.

Samper não é flor que se cheire (nunca Washington, porém, criticou a sua política repressiva e reaccionária). Mas o Congresso do seu país, em votação conjunta no plenário, ilibou-o das acusações que lhe eram feitas.

Que fizeram os EUA? O seu embaixador em Bogotá não perdeu tempo. Na linguagem que os procónsules romanos usavam no diálogo com chefes «bárbaros», apressou-se a criticar o Congresso colombiano, passando um atestado de irresponsabilidade aos seus membros. Depois, foi a vez do governo norte-

americano. O Departamento de Estado informou Samper de que não poderá doravante entrar nos EUA porque lhe será recusado o visto. Parece que voltamos aos anos 30 e estamos a ouvir Hitler em catilinárias contra os povos inferiores da Europa.

No terreno comercial, os EUA calcam aos pés o direito internacional. Só o respeitam quando isso lhes

convém. Se o conteúdo de tratados e convénios internacionais se choca com os seus planos e interesses económicos e lhes estorva a estratégia, agem unilateralmente, segundo a doutrina de Anthony Lake. Viu-se agora no Iraque.

A última inovação desafiadora, também muito típica do conceito de ordem internacional perfilhado pela Administração norte-americana encontramos-na na decisão presidencial de ampliar as actividades do FBI no estrangeiro.

São bem conhecidos os malefícios resultantes do trabalho da CIA pelo mundo afora na montagem de golpes de Estado, atentados e crimes de múltipla natureza. Mas a CIA não basta já para satisfazer as ambições imperiais. Ao serviço secreto criado para os trabalhos sujos no estrangeiro junta-se agora uma polícia interna criada para actuar exclusivamente no território dos EUA. A pretexto de uma maior eficiência no combate ao «terrorismo», Clinton tornou público que o FBI alargará enormemente a sua acção fora do país. Vai liderar uma *task force* subterrânea como superpolícia do mundo.

O FBI já tinha delegações oficiais em 26 cidades estrangeiras. Essa rede vai agigantar-se. É tão transparente a ilegalidade dos métodos utilizados pela Polícia Federal dos EUA que o Congresso recusou uma proposta de Clinton para que o FBI pudesse ampliar a sua rede de escutas na própria América. O motivo da rejeição foi a ameaça a direitos constitucionais.

\*  
\* \*

Explicar ao mundo o funcionamento da engrenagem de Poder nos EUA é tarefa cada vez mais difícil.

Alguns epígonos da Casa Branca, paradoxalmente, têm tentado fazê-lo, à sua maneira e com o objectivo de defender e justificar o sistema. É uma boa ajuda quando se lhes descodifica o discurso.

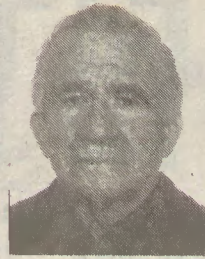
Uma das mais elaboradas, entre essas tentativas, veio do dirigente contra-revolucionário cubano Carlos Montaner.

Montaner, que enriqueceu em Espanha através de negócios pouco claros, tem conspirado tenazmente contra a Revolução cubana. Depois de criar diferentes organizações fictícias, intitula-se agora presidente de uma coisa chamada Unión Liberal Cubana, um autêntico táxi-partido.

Esforçando-se para justificar a política imoral dos EUA, Montaner publicou em «El País» (19 de Agosto) um extenso artigo, *La Guerra Posmoderna*, que ajuda a compreender as engrenagens do sistema de poder americano.



# pós-moderna» dos EUA



■ Miguel Urbano Rodrigues

O articulista, obviamente, acha que o sistema está prestes a atingir a perfeição e actua em benefício não apenas dos EUA mas de toda a humanidade. E dá exemplos.

A «medida simbólica» – assim lhe chama – que atingiu o presidente Samper foi suficiente para que a Bolsa da Colômbia se desmoronasse no dia seguinte e os investimentos estrangeiros principiassem a deixar o país.

Esse episódio, sublinha, chama a atenção para um fenómeno que está a pesar decisivamente no rumo da humanidade. No mundo unipolar de hoje, «a guerra convencional e a intimidação militar deixaram de ser os instrumentos do Poder para ceder o lugar a uma nova arma de combate: o estrangulamento económico».

O dirigente *gusano* exagera ao afirmar que os EUA só recorrerão doravante às armas em casos extremos (!). Mas recorda uma evidência ao lembrar que nas guerras pós-

-modernas o livro de cheques e o cartão de crédito podem ser decisivos para se alcançar o objectivo.

Os exemplos que cita não são, porém, famosos: a lei Helms-Burton e a Lei d'Amato. No primeiro caso, o presidente Clinton foi forçado pela União Europeia a suspender por alguns meses a aplicação do artº 3º, o mais polémico dos seus dispositivos. No segundo, o temor de retaliações europeias divide já o *business* norte-americano. A ameaça de sanções americanas às empresas que não respeitem as medidas punitivas contra o Irão, o Iraque e a Líbia pode funcionar como *boomerang* e voltar-se contra os EUA.

É cedo para se avaliar o efeito do agora permanente desafio dos EUA ao Direito Internacional e da sua pretensão de impor as leis ame-

ricanas a qualquer país, como se o resto do planeta fosse um protectorado de Washington.

Está a repetir-se noutra contexto o que acontecia no III Reich.

O que fascinava a gentalha de Hitler e era condenado pela humanidade, ou seja, a política da prepotência, da irracionalidade e desprezo pelos fracos, aparece hoje à pequena elite que controla o Estado norte-americano como prova da grandeza da União e da especificidade de uma sociedade predestinada para dirigir o mundo, impondo-lhe a sua vontade e o seu conceito de ordem internacional.

Montaner – eufórico – acha óptimo que os EUA, dominadores dos mercados financeiros, utilizem «contra os seus adversários essa formidável capacidade de comprar, vender ou emprestar». E, senhorial, indaga, sarcástico: «A quem pode ocorrer bombardear Teerão ou executar o camelo de Kadhafi quando é perfeitamente possível impedi-los de exportar petróleo até lhes desmantelar totalmente as economias monoprodutivas? (...) Na realidade, prestes a entrarmos no século XXI, a arma económica é muito mais formidável do que as esquadras ou as esquadrilhas de aviões. Um povo aguerrido pode fazer frente, como o do Vietname, à máquina militar americana, mas não há sociedade alguma do Terceiro Mundo que consiga fazer frente à acção económica convergente das grandes potências.»

Naturalmente, este frustrado contra-revolucionário cubano e os que como ele pensam aplaudem a prática da lei da selva americana. Aprovaram as sanções contra a Sérvia, saudaram, comovidos, a falsa paz de Dayton e congratularam-se com a negação do visto a Samper.

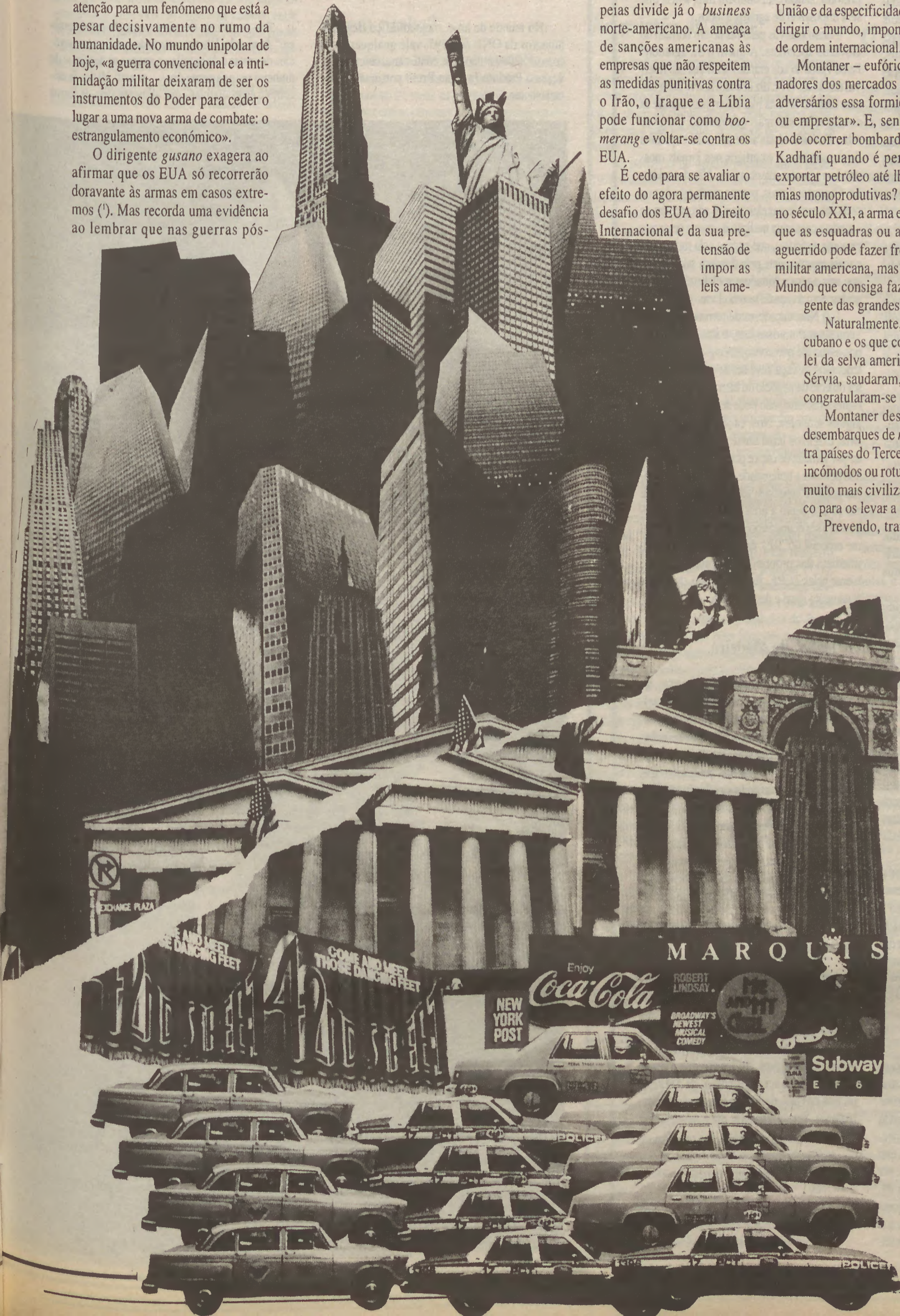
Montaner desaconselha, na viragem do século, os desembarques de *marines* e os *air strikes* da NATO contra países do Terceiro Mundo considerados insubmissos, incómodos ou rotulados de «terroristas». Entende que «é muito mais civilizado pressioná-los no terreno económico para os levar a um comportamento razoável».

Previendo, tranquilizado, que a arma do comércio será cada dia mais destruidora, Carlos Montaner afirma que «nenhum governo que até agora se tenha comportado decentemente com os seus cidadãos e com o próximo foi castigado».

Estamos perante uma criatura menor, de importância mínima. Se lhe transcrevo trechos do sermão marcado por uma falsa unção bíblica é porque a sua cínica visão de guerra pós-moderna traduz aspectos da actual estratégia dos EUA no seu relacionamento com países do Terceiro Mundo. Este cubano sem vergonha funciona como um porta-voz atento do imperialismo.

A «guerra pós-moderna» não é uma ficção. A lei d'Amato e a Helms-Burton são muito reais. Foram geradas por um sistema de poder institucionalmente democrático mas hoje comandado por uma elite cujo projecto de domínio hegemónico sobre a Terra assenta numa mundividência monstruosa que faz lembrar, no desprezo por outros povos e pelo Direito Internacional, a dos dirigentes do III Reich.

(!) O recente bombardeamento do Iraque, que configura um acto criminoso e um desafio frontal ao direito internacional, demonstra que o governo dos EUA não hesita em recorrer à agressão militar directa para atingir objectivos políticos e eleitorais.





# O LEITOR

## Em tempo de Festa

Esta nossa secção de cartas do leitor não é de publicação regular e, por motivos de espaço, acaba por deixar "amadurecer" de mais alguma da correspondência que ao nosso jornal é dirigida. Ao tornar ao convívio dos leitores que nos escrevem, escolhemos para primeira, propositadamente, esta carta do nosso amigo Jorge Antunes, de que publicamos alguns excertos que se referem à Festa do "Avante!":

(...) Fui um dos milhares que se deslocou à Atalaia para ver e participar na referida festa. É fácil dizer que aqui ou ali houve situações que a algumas pessoas desagradou. A questão da segurança tem sido muito badalada, e os críticos não criticavam se há dois anos tivessem sido apanhados no meio de forte pancadaria de grupos organizados, estranhos à festa, e também hoje não criticavam a segurança se tivessem sido assaltados.

É fácil dizer que na festa há muitos drogados e mal vestidos, mais difícil é dizer porque é que os há, pois a pretensão dos organizadores não é fazer uma festa para gente seleccionada, festas dessas já há muitas e seleccionam logo à entrada mediante a possibilidade ou não de pagar o acesso.

(...) É da responsabilidade da organização o que acontece ao redor da festa? Para que serve a polícia? Não é para dar segurança às pessoas quando elas precisam?

O que está a ser aproveitado é apenas o explorar do sentimento anticomunista, pois se há gente que diz não voltar à festa, outra que com certeza não tem ido passará a ir, e os críticos vão ter que escolher outros argumentos para a sua pretensão.

(...) Pela minha parte, em 97 lá estarei na Atalaia para mais uma festa do "Avante!", esperando que então a sociedade esteja diferente para melhor.

## Ainda Atlanta

De Paris, e com data do mês passado, escreveu-nos o nosso leitor Ramiro Rodrigues Cardoso, que regularmente se nos dirige. Desta vez, o tema foi Atlanta:

Não serão certamente as duas pouco significativas medalhas conquistadas que me farão mudar de opinião. Definitivamente, os turistas, perdão, os atletas portugueses vêm numa participação olímpica um pretexto para viajarem.

Desta vez foi Atlanta, e não é todos os dias que a ocasião de visitar os "States" surge. Sobretudo quando a expensas de outrem.

Não é significativa a atitude de Castro e Matias, ao lançarem sobre Pinto a responsabilidade na corrida da Maratona? Não será tipicamente português tentar justificar antecipadamente aquilo que a mente dos atletas torna previsível, que é o fracasso?

Contentando-se de pouco, esperando impacientemente que as provas terminem, arranjando sempre uma desculpa ao jeito - quando não é do rabo é das calças -, enquanto, ao mesmo tempo, outros vão dando exemplos de coragem e abnegação - exemplo a selecção da Nigéria (isto é futebol e não um simulacro do mesmo, à portuguesa).

## Promessas e caçadores

Promessas e acordo histórico deixam caçadores descontentes. Assim titula a sua carta o nosso leitor João Manuel Guerreiro:

A questão da caça tem originado grande polémica. Em todo o País foi grande a expectativa criada pelo Dr. Capoulas Santos, que tanto havia prometido nos tempos em que era deputado, e até em campanha eleitoral do PS. Como sabemos, ele acompanhou os caçadores de terreno livre em muitas das iniciativas que se realizaram pelo País fora, fazendo promes-

sas. Que se o PS fosse para o Governo, tudo iria fazer para que a lei da caça fosse diferente, que todos os caçadores tivessem condições de caçar. Tudo não passou de promessas de quem tudo fez para ganhar votos. O Dr. Capoulas Santos falou num acordo histórico. Será que o acordo de que tanto falou se limita aos mesmos dias de caça do terreno livre e associativo? Porque em mais nada se vê mudança significativa. Em recentes declarações em Reguengos de Monsaraz, o Dr. Capoulas Santos dizia que os elementos que na altura tinha disponíveis (e estava num dia anterior à abertura da caça) lhe permitiam afirmar com segurança que seria este, porventura nos últimos dez anos, o ano em que se começou a caça num clima tão descomprimido, sendo esta também uma teoria que será impossível de agradar a todos.

Foram essas as palavras de um homem do Governo socialista. A quem o Sr. agradou? Pelos vistos só aos grandes senhores das reservas turísticas. O Sr. diz que não houve contestação. Então o Sr. está mal informado, porque as contestações são mais que muitas. Como se sabe, têm sido várias as reuniões de caçadores de terreno livre e os artigos nos jornais mostrando o seu descontentamento. Não descuide o Dr. Capoulas Santos, porque ainda estamos na onda das promessas eleitorais. E não esperamos - sendo a caça uma tradição do nosso povo que remonta a séculos, que passou pela monarquia e mais recentemente pela ditadura salazarista - que seja agora a "ditadura socialista" a querer acabar com a caça de terreno livre.

(...) Nós, caçadores de terreno livre, não vamos parar a nossa luta, e iremos erguer a nossa voz até que consigamos aquilo que pretendemos. A caça deve ser de todos, não deve ser objecto de negócio ou lucros e, como é uma riqueza nacional, não pode ser privilégio de só alguns senhores. Nós, caçadores de regime livre, exigimos igual limite de espécies a abater por jornada de caça e por caçador; exigimos não permitir a titularidade simultânea de licenças gerais e especiais; exigimos que se limite até 50 por cento a área máxima de cada freguesia a ser ocupada por zonas de caça de regime especial (ZCRE); exigimos a desanexação imediata das propriedades ocupadas ilegalmente pelas ZCRE. Acima de tudo, queremos tratamento igual e democrático.

## O "bicho" da Madeira

Do nosso leitor José de Sousa, de Aveiro, registamos e agradecemos as várias cartas que nos tem enviado. Nomeadamente aquela a que hoje fazemos referência - trata-se de uma carta aberta dirigida ao Bispo do Funchal, a propósito das declarações que aquele produziu sobre o "dragão do comunismo". Indigna-se justamente o nosso leitor, que escreve:

Quanto a esse tal bicho esquisito já ter chegado à Madeira, digo que teve mais sorte do que eu, que ainda não consegui realizar o tão antigo desejo de conhecer esses sítios. (...)

## Juventude

Não publicamos versos. Isto porque cada português é um poeta, como costuma dizer-se, e não haveria espaço que comportasse os numerosos versos que recebemos. Não resistimos, contudo, a deixar aqui alguns, do soneto que o nosso amigo Isaac Hackel Gordino, de Estarreja, nos enviou, dedicado à juventude portuguesa. Ser comunista, diz o nosso leitor,

*É não viver a vida alheio a tudo,  
baixando a cabeça, cego e mudo,  
e aceitar a morte sem dar luta...*

*É dizer não, na hora certa,  
é erguer o olhar e estar alerta,  
na hora em que a batalha é mais abrupta.*

■ Carlos Gonçalves

# O branqueamento em

**J**á não era sem tempo! Em meados de Setembro, os "media" referiam que "pela primeira vez houve detenções e acusações formais pelo crime de branqueamento de capitais" (\*1), no âmbito duma investigação de narcotráfico; precisamente 3 anos após ter sido transposta para a ordem jurídica interna a directiva do Conselho das Comunidades Europeias relativa ao problema.

No mundo de hoje, o narcotráfico, segundo números da ONU de 1995, vale qualquer coisa como 150 000 milhões de contos/ano, cerca de dez vezes o Produto Interno Bruto português desse mesmo ano.

Provavelmente é o primeiro negócio "em espécie" do mundo. Ultrapassou, tudo o indica, os negócios de armas e de petróleo e apenas os negócios do dinheiro propriamente ditos, - as actividades financeiras e especulativas - que alimenta aliás de forma





# amento de capitais da droga

## Portugal

relevante, lhe ficam bem na frente. A ONU estima que 70% do valor colossal do negócio de drogas, ou seja, mais de 100 000 milhões, são lucros brutos.

Seriam, segundo a mesma estimativa, 15 000 milhões os capitais da droga branqueados(\*2) e reinvestidos na "economia legal". Mas, a este respeito, parecem mais credíveis os 22 500 milhões apontados já em 1992(\*3) e que hoje andarão entre 30 e 45 000 milhões de contos/ano, se aplicarmos os cálculos percentuais de especialistas em branqueamento aos números da ONU.

Em Portugal, na ausência de dados oficiais sobre o assunto, e sem contar o trânsito de drogas

para os grandes mercados europeus, de valor provavelmente superior, era possível estimar, já em 1993, o negócio interno de drogas em 400 milhões de contos/ano, com um lucro bruto de 250 milhões e 100 milhões branqueados.

### Quem ganha?

Em Maio de 1995, uma notícia de Moscovo(\*4) referia a "acumulação primitiva de capitais", dinheiro de todas as origens ilícitas e criminosas, com que as centenas de novos bancos na ex-URSS, propriedade das mafias, procediam à selvática privatização de empresas e à construção do capitalismo.

O Banco Internacional de Compensação(\*5) calcula em 400 000 milhões de contos a massa de capitais que diariamente percorre os circuitos financeiros internacionais, electronicamente codificados e à velocidade dos meios informacionais, pagando bens e serviços e procedendo a todo o tipo de operações financeiras e especulativas.

Nessa descomunal massa de dinheiro circulam as centenas de milhares de milhões de dólares, que, mesmo segundo as estimativas baixíssimas da nada imparcial "Task force de acção financeira" do "Grupo dos 7", são lavados anualmente em todo o mundo(\*6).

Verifica-se uma "impotência crescente para separar, no funcionamento do sistema financeiro, o que resulta das redes de branqueamento dos lucros das organizações criminosas e o que serve de «pulmão» financeiro à economia liberal: os bancos e holdings offshore, as redes de corrupção e intermediários duvidosos, alimentados pela prática universal do financiamento político oculto, dos «sacos azuis»... e da evasão fiscal"(\*7).

As verbas exorbitantes, oriundas de todos os negócios e proveniências ilícitas e criminosas, disponíveis nos mercados financeiros, encontram dezenas de países em procura de capitais, para brutais reconversões ao capitalismo, pagamento de asfixiantes dívidas externas e respectivos serviços, envolvidos no círculo vicioso do subdesenvolvimento e carecendo de divisas estrangeiras para colmatar as sequelas da rapina neocolonial, da troca desigual, dos preços de extorsão ditados pela "Organização Mundial do Comércio", das guerras endémicas que sobram das fronteiras coloniais ou que as grandes potências e o comércio de armas lhes impuseram.

As instâncias financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial ditam o catecismo neoliberal a cerca de 80 países em programas de "ajustamento estrutural" das respectivas economias: a privatização de empresas públicas, a liberalização do regime de trocas, a desregulamentação da actividade bancária, a especulação bolsista, a convertibilidade monetária e o equilíbrio das balanças de pagamentos.

Estas são receitas que implicam que "o carácter ilícito dos movimentos de dinheiro não é minimamente posto em causa"(\*8). E dessa forma, "devidamente" branqueado, o capital do narcotráfico e doutras origens ilegais, repercute nos juros de uma qualquer operação de crédito internacional, nos cofres de um empório bancário mundial.

Não podia ser de outra forma. Neste final de século triunfal do ultra liberalismo, o negócio da droga, pelos mil e um estratagemas do branqueamento, pelos mecanismos do crédito internacional, da transferência de mais valias, da rapina neocolonial, pela "simples" aplicação dos mecanismos de distribuição de rendimentos, de dominação de classe e de acumulação, aproveita fundamentalmente ao capital financeiro multinacional.

Como dizia um banqueiro de Hong Kong, onde radicam 2 das 10 maiores fortunas do mundo(\*9), resultantes de actividades imobiliárias(!), qualquer delas maior que o PIB nacional: "não faz parte do

nosso negócio inquirir da moral dos nossos clientes"(\*10). O mesmo poderiam dizer os banqueiros da Suíça, do Luxemburgo, do Panamá, das Bahamas, da ilha de Man, do Mónaco e de tantas praças fortes do segredo bancário e do offshore.

### No pelotão da frente!

No nosso país, como com todos os modismos do capital financeiro, há quem procure andar em dia com os procedimentos do branqueamento de capitais e, dadas as circunstâncias, pode mesmo acontecer que, a este respeito, estejamos no "pelotão da frente".

As políticas de direita prosseguidas desde 1976, nas condições específicas da nossa economia dependente e periférica, propiciam conjunturas favoráveis ao breaqueamento de capitais.

Dos acordos com o FMI e da "fome" de divisas para as respectivas receitas à liberalização de capitais, das isenções fiscais e atracção ao capital financeiro multinacional à "invasão" dos subsídios comunitários, do surgimento dos offshores às indenizações aos grandes senhores do dinheiro, do clientelismo e corrupção cavaquistas ao continuado regabofe privatizador das empresas públicas, da especulação bolsista à descapitalização do tecido produtivo nacional, da expansão do negócio imobiliário e do turismo de luxo às altas taxas de juro e às políticas monetaristas - eis um quadro privilegiado para o branqueamento, alimentado do exterior ou de capitais "nacionais", nomeadamente com origem no narcotráfico.

No 1º Seminário Internacional sobre branqueamento de capitais, o então Director Geral da Polícia Judiciária, referindo-se ao branqueamento em Portugal, "salientou que o principal perigo reside no facto de uma economia débil, esse dinheiro poder vir a ser encarado como algo positivo"(\*11).

Jeffrey Robinson, especialista americano destas matérias, afirmou: "nos últimos cinco anos houve significativos imputs de dinheiro da droga em Portugal", "um país com ligações bancárias internacionais e grandes empreendimentos onde pode lavar-se dinheiro com facilidade", "uma parte importante dos grandes empreendimentos imobiliários no Algarve, ... são patrocinados pelo dinheiro da droga"(\*12).

Um relatório da já referida "Task Force" do "G7" apontou como "muito provável que operações de branqueamento se tenham já desenrolado no interior dos bancos portugueses e mesmo fora do sector financeiro"(\*13) e uma estimativa anual para o branqueamento de capitais, só na Banca, certamente não sobreavaliada, admitiu 20 milhões de contos(\*14).

Um estudo internacional de grande prestígio afirma sobre Portugal: "a «reprivatização» da quase totalidade do sector bancário... e a chegada de numerosas sociedades estrangeiras permitiram certamente a reciclagem de capitais de origem duvidosa" e referencia as conexões entre casinos portugueses e de Macau, "onde não é exercido qualquer controlo financeiro sobre os estabelecimentos de jogo"(\*15).

Outros agentes/instrumentos eventualmente envolvidos no branqueamento têm sido referidos: a agência de câmbios constante do processo que agora motivou as primeiras acusações das autoridades judiciais(\*16), os bingos em que se movem empresários do Norte e da Galiza(\*17), hipoteticamente com ligações político-futebolísticas, uma importante transnacional de confecções(\*18) operando em Portugal e a Igreja Universal do Reino de Deus(\*19) utilizando bancos portugueses.

Mas estes são apenas elos "nacionais", uns supostos, outros comprovados, da cadeia de branqueamento de capitais da droga, cujas operações fundamentais se processam no terreno do capital financeiro-especulativo internacional.

Tornam entretanto evidente que o branqueamento de capitais do narcotráfico é uma realidade bem gorda no nosso país e que os lucros do narcotráfico, "devidamente" lavados, são causa directa da expansão epidémica do flagelo social da toxicod dependência em Portugal.

### O que mudar?

O dogmatismo neoliberal não nos serve. No que respeita à droga produz as políticas económico-sociais toxicógenas - caldo de cultura da toxicod dependência - e dita as normas por que são branqueados os respectivos lucros.

A questão que se coloca, para erradicar o branqueamento de capitais do nosso país, é pôr cobro a essas políticas, é exigir do poder político que, ao contrário dos governos do PSD e agora do PS, não viva amancebado e dependente do grande capital financeiro.

Exigir do poder executivo que assuma a independência e vontade política capazes de, face ao poder financeiro, defender a economia e os interesses nacionais, impedindo qualquer prática especulativa lesiva da nossa economia, ou susceptível de branquear capitais de origem ilícita ou criminosas.

Um governo que garanta às autoridades judiciárias a independência, a solidariedade, o apoio político e os meios para uma investigação eficaz da criminalidade, nomeadamente a conectada com o narcotráfico e o crime económico.

Uma política que implemente as medidas preventivas do branqueamento previstas na Lei, que teste a eficácia da legislação face aos alçapões informáticos que se diz existem em certos bancos e à respectiva actividade offshore, nos casinos e bingos de que são referenciadas ligações perigosas a narcotraficantes e a Macau, na bolsa e nas súbitas disponibilidades de largas dezenas de milhões de contos, vindos de praças fortes do branqueamento, para OPAs, privatizações e especulações, nos investimentos turísticos de luxo no Algarve de que se ouve serem financiados pelos capitais da droga, em certos negócios dos futebóis, etc.

Uma política assim, em vez dum arrazoado de palavras vazias contra o "inimigo público número um", será um contributo decisivo, e de esquerda, para o combate ao narcotráfico e à toxicod dependência.

(\*1) (\*16) *Correio da Manhã* de 12.09, também referido no *Já* da mesma data e no *Expresso* de 14.09.96.

(\*2) Segundo Jeffrey Robinson, "Os branqueadores de dinheiro", *Livros do Brasil*, Lisboa 1995: O termo branqueamento de capitais entrou no léxico destas matérias apenas em 1973 em relação com o escândalo Watergate e o financiamento ilícito do "Comité para a reeleição do Presidente" Nixon.

(\*3) *Conferência do Conselho da Europa sobre o branqueamento de capitais*, Estrasburgo, Setembro de 1992

(\*4) *Público*, 02.05.95

(\*5) *Diário de Notícias*, 17.03.96

(\*6) Referido pela revista *The Banker*, 08.95

(\*7) (\*15) "Géopolitique des drogues 1995 - Rapport annuel de l'Observatoire Géopolitique des Drogues", Éditions la découverte, Paris 1995

(\*8) "OFMI e o dinheiro da droga" por Michel Chosudowsky in "La planète des drogues" de Alain Labrousse e Alain Wallon, Éditions du Seuil, Paris, 1993.

(\*9) *Ranking Forbes Magazine*, citado pela revista *Fortuna* 08.96

(\*10) "Os branqueadores de dinheiro", Jeffrey Robinson, *Livros do Brasil*, Lisboa 1995

(\*11) *Diário de Notícias*, 30.05.94

(\*12) *Correio da Manhã*, 16.09.95. Curiosamente no mesmo dia outra notícia tinha por título "Portugal à espera de «chuva» de divisas" e referia "operações de privatização, que atraem investidores estrangeiros"

(\*13) Citado pelo *Expresso*, 01.07.95

(\*14) *Semanário Económico*, 25.08.95

(\*17) *Público*, 22.12.93 e 16.04.96

(\*18) *Independente*, 22.03.96

(\*19) *Expresso*, 20.01.96



## "Expresso" em declínio

Os sinais são mais que muitos. Os sacos de plástico amontoam-se nos quiosques e tabacarias. Ao contrário do que acontecia nos sábados de há anos, os diários podem esgotar-se, mas o semanário de Balsemão arranja-se sempre. Até velhos clientes que fizeram carreira a exhibir o "Expresso" nas tertúlias

apontam hoje para aquele monte de papel e confessam desalentados: "Este mastodonte não traz nada que se leia." Conta-se a história daquele empregado de café que, ao alertar o cliente que se esquecera do jornal numa cadeira, recebeu como resposta: "Eu só compro o «Expresso» por causa do Guia das Cidades." Realmente, há especialistas que chegam a asseverar que o órgão

# PONTOS CARDEAIS

da Duque de Palmela há anos que não publica uma verdadeira notícia em primeira mão. Não admira, por tudo isto, que se fale na iminência de uma profunda "reforma" do jornal, das directorias e das chefias. Mas quer-se melhor exemplo do declínio do "Expresso" do que a reportagem que

apresentou na sua edição de 14 de Setembro sobre a Festa do "Avante!"? Como parecem ridiculamente "pequeninos" os "bonecos" de Rui Ochoa e o texto de António Costa Santos, já não dizemos para os que estiveram na Festa, mas para os que viram a Festa nas televisões.

O prestígio tem as suas exigências e as manipulações facciosas pagam-se...

## Cálculos de peso

Nesta afã de moda, em que se diz e pensa que lá fora é sempre melhor e em que todos os modelos são importados, costuma esquecer-se a qualidade do que é de cá, do que pode ser imaginado, planeado e construído cá. Fica-nos quase sempre o lugar de consumidores do alheio, até o dinheiro se esgotar.

Vem isto a propósito da notícia veiculada pelo "Tal e Qual", revelando que foram encomendados nada menos de 16 projectos (!) à empresa americana "United States Steel" para as obras de beneficiação da Ponte 25 de Abril. Todos rejeitados pelos técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que acabaram, eles, por descobrir a solução mais sólida para as obras de alargamento. Fica-se a pensar por que é que, havendo técnicos portugueses de peso, pesa tão pouco a confiança neles...

## Alliança "secreta"

A verdade, diz-se, é como o azeite, que vem sempre ao de cima. Mas, a maior parte das vezes, toda a gente sabe o que está a acontecer e muita gente finge acreditar no que lhe dizem. Por exemplo: só agora, passados muitos anos sobre a ascensão de João Paulo II ao papado e sobre a saída de cena de Reagan da presidência dos Estados Unidos, é que se vem dizer que ambos, nos anos 80, teriam concluído uma "aliança secreta" para "acelerar a queda do comunismo".

Toda a gente sabia disso, tal foi o empenhamento dos dois políticos e a influência que, cada qual à sua maneira - com rezas e dinheiro - exerceu no sentido de derrubar o socialismo no Leste europeu e desferir assim um profundo golpe nas aspirações da humanidade.

Mas parece ser agora ao jornalista americano Carl Bernstein que cabe o papel de revelar a verdade. O chefe da Casa Branca, com o seu chefe da espionagem, "trocaram segredos" com o Papa. Reagan, que se referia à URSS como o "império do mal", tornando assim o precursor de uma linguagem que deixou seguidores (recorde-se o bispo do Funchal e o seu "dragão do comunismo"), considerava o Vaticano como uma "superpotência espiritual". E enquanto João Paulo II apoiava Walesa com velas e orações, Reagan gastava "secretamente" 50 milhões de dólares para, como diz agora o "Público", "manter vivo o sindicato independente polaco Solidariedade, entre 1982 e 1989".

Diz-se agora que o Papa se queixa por ter ajudado a criar um mundo com "excessos de capitalismo". Mas quem acredita nesta?

## PONTOS NATURAIS

### Carta aberta a um qualquer de nós

I

Eles querem que abandones a tua seara por imperativo da Europa.

(Simplesmente, a tua seara não está abrangida por Bruxelas)

II

Eles querem as tuas mãos sem nenhum céu lá dentro.

(Mas se ele te faltasse onde voariam as aves?)

III

Eles querem que fiques a olhar a tua sombra que ficou para trás.

(Porém, e a outra, a que projectas para diante?)

IV

Eles querem que não escutes a respiração das árvores verdes.

(Entretanto, ela prossegue sustentando o universo)

V

Eles querem fechar-te em casa com a chave da cela na TV.

(Quem iria então patrulhar a noite?)

VI

Eles querem que mudes tua residência para onde não estejas.

(Vizinhos cegos ruas lunares...)

VII

Eles querem que sejas tua própria armadilha nos teus próprios limites.

(... e depois, qualquer simples alfinete te ia ferir de morte)

VIII

Isto é o que eles querem Pelos mais ínvios caminhos isto é o que eles querem

(Se o que eles querem, terão ou não está só na tua mão)



Mário Castro



AGENDA

PCP

Cascais

Reunião da Comissão Concelhia do PCP, amanhã, às 21 horas, no CT de Cascais, para discutir a situação política e social, o 15º Congresso do Partido e as eleições autárquicas de 1997.

Lisboa

Hoje, às 18.30 horas, no CT da Graça, reunião da célula da Voz do Operário, para debater a actividade da célula, nomeadamente trabalho de direcção e tarefas em curso.

Lousada

Sessão-debate sobre o processo de regionalização, promovida pela Comissão Concelhia do PCP, amanhã, às 21 horas, no salão nobre da CM da Lousada, com a participação de Honório Novo, deputado ao Parlamento Europeu.

Montemor-o-Novo

Romagem ao cemitério do Escoural, sábado, às 15 horas, promovida pela Comissão de Freguesia do PCP, para assinalar os 17 anos passados sobre o assassinato dos camaradas Caravela e Casquinha. Intervenção política de Carlos Pinto de Sá, da Comissão Concelhia do Partido e presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Oeiras

Plenários de militantes nas freguesias de Barcarena (hoje, às 21.30 horas, no CT de Tercena) e Oeiras (terça-feira, 1 de Outubro, às 21 horas, no CT de Algés), para debater a situação política e as tarefas do Partido, nomeadamente o próximo congresso.

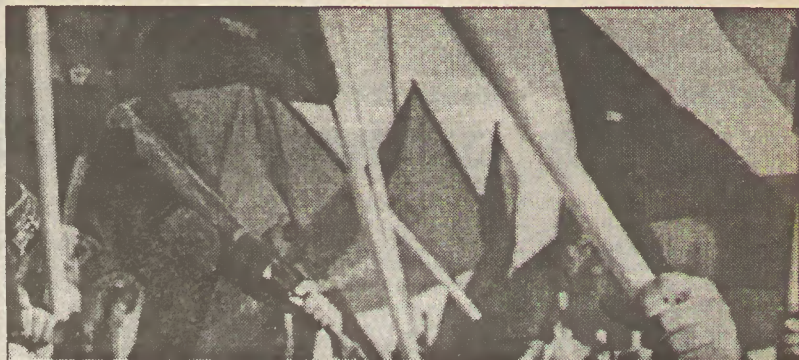


Palmela

Debate sobre as contradições resultantes do avanço da técnica e da ciência e o agravamento das condições de vida da esmagadora maioria da humanidade, amanhã, às 21.30 horas, no CT do PCP em Pinhal Novo, promovido pela Comissão Concelhia do Partido e com a participação de Francisco Silva, engenheiro e membro da comissão junto do Comité Central para as questões da Ciência e Tecnologia.

Sintra

Plenário de militantes da freguesia de Aqualva-Cacém, amanhã, às 21.30 horas, no CT do Cacém, com Clarinda Nogueira, do CC, e Lino Paulo.



COMICIO  
4. OUTUBRO

6ª FEIRA 21.30 H - PAV. DESPORTOS

Intervenção de:

Carlos Carvalhas

Participação do Grupo de Música Popular Portuguesa «Quadrilha»



UM PARTIDO MAIS FORTE  
NOVO RUMO PARA PORTUGAL

Oeiras

Locais de concentração para os camaradas e amigos que optem por deslocar-se ao Pavilhão dos Desportos de autocarro (excursão concelhia): Oeiras - estação da CP; Paço D'Arcos - mercado; Porto Salvo - SIMPS; Leceia - Largo; Tercena - GRT; Queijas - Igreja; Carnaxide - ex-Vimeca; Linda-a-Velha - Largo; Algés - Praça D. Manuel. Inscrições nos centros de trabalho do concelho.



Sintra

Encontro concelhio da JCP, a partir das 15 horas, no CT do PCP no Cacém (Rua Elias Garcia, 60), para discussão da situação da juventude e da actividade da JCP e eleição da Comissão Concelhia.

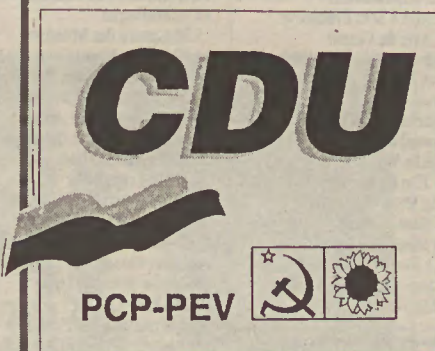
Jantar e café-concerto, às 20 horas, no Jardim de Infância Popular (JIP, junto ao CT).

Seixal

Ações de esclarecimento e recolha de assinaturas, no quadro da campanha nacional «Uma escola pública gratuita e de qualidade»: hoje - Escola Secundária da Amora (12-14 horas); amanhã: Escola Secundária José Afonso (12-14 horas).



JCP Juventude Comunista Portuguesa



CDU

Açores

Pré-campanha na Ilha Terceira - amanhã: mini-comício na Praça Velha, às 12.30 horas, com intervenção do cabeça-de-lista António Nunes e actuação do cantor rock «Kit»; sábado: acção de propaganda na Praça do Mercado (Angra do Heroísmo), às 9.30 horas; domingo: volta pela ilha, para colocação de propaganda.

Alhandra

Encontro «CDU presta contas», sábado, às 16 horas, no salão da Junta de Freguesia.

Santo António dos Cavaleiros

Contactos com a população e agentes culturais, sociais e religiosos, a partir das 10 horas, com a participação de Paulo Piteira, membro da Comissão Concelhia do PCP e vereador da CM de Loures, entre outros eleitos e activistas da CDU.

Sector Público

Para debater a proposta de resolução política e eleger os delegados à 4ª Assembleia do Sector Público da Organização Regional de Lisboa, realizam-se os seguintes plenários de células: EDP - hoje, às 18.30 horas, no CT da Av. D. Loulé; Marconi - hoje, às 18.30 horas, no CT da Av. D. Loulé; Petrogal - terça-feira, dia 1, às 18.30 horas, no CT Vitória; GDP - terça-feira, dia 1, às 18.30 horas, no CT Vitória; EPAL - quarta-feira, dia 2, às 18.30 horas, no CT Vitória; EPAC - quarta-feira, dia 2, às 18.30 horas, no CT Vitória; CTT/SNTCT - quinta-feira, dia 3, às 18.30 horas, no CT Vitória; PT/SINTEL - quinta-feira, dia 3, às 18.30 horas, no CT Vitória.

A Assembleia realiza-se no dia 12 de Outubro, no CT Vitória, a partir das 10.30, e contará com a participação de José Casanova, da Comissão Política do Partido.

IV ASSEMBLEIA DO SECTOR PÚBLICO DA O.R.L. DO PCP

POR UM PCP MAIS FORTE

CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

PELO EMPREGO E OS DIREITOS

DOS TRABALHADORES

12- Outubro-96  
C.T. Vitória - Lisboa







## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## A Paixão de Camille Claudel

(Quinta, 22.45, RTP2)

É sobretudo a presença de Isabelle Adjani que justifica a visão deste penúltimo filme do ciclo que lhe é dedicado pela RTP 2. Quanto ao resto, reina na encenação, no desenho dos cenários, na estudadíssima qualidade da fotografia e nos artifícios da iluminação um tal perfeccionismo técnico que tudo se afunda, afinal, num academismo totalmente desadequado à história da personagem central do filme: a mulher e a artista genial, aluna e depois paixão de Rodin, no seu caminho para a loucura após o rompimento com este.

## O Verão Assassino

(Sexta, 22.45, RTP2)

Um filme menor e decepcionante do realizador Jean Becker (filho do grande Jacques Becker) com um cruzamento quase indecifrável de dramas e crimes que estão na origem de uma vingança. Insólito na obra do cineasta, com uma encenação sem qualquer ponta de personalidade e um conflito psicológico pouco credível, apenas se salva neste filme (mais uma vez) a interpretação de Adjani.

## Nas Teias da Mafia

(Sábado, 00.40, TVI)

*Big Easy* é a «alcunha» porque é conhecida Nova Orleães, cidade intrigante onde a história deste filme policial se desenrola: um jovem polícia, no fundamental íntegro, sofre entretanto da irreprimível tendência para se meter frequentemente em sarilhos porque é incapaz de resistir, às vezes, a cometer certas irregularidades e aceitar alguns pequenos favores... O mais interessante, porém, é vê-lo às voltas com um outro verdadeiro sarilho instalado na pessoa de uma espantosa assistente do Procurador Distrital com a qual se envolve, profissional e amorosamente, quando investiga os crimes que vão vitimando alguns *figuões* da Mafia. Com uma brilhante participação de Ellen Barkin (insuperável na cena do despertar, numa certa manhã...), o filme é realizado ao estilo dos filmes negros da série B, na lógica da admiração por Godard que o seu realizador Jim McBride amplamente demonstra possuir. Ou não fosse ele o (dessa vez desastrosamente) realizador da versão americana de *O Acossado - A Bout de Souffle*.

## O Último Mergulho

(Sábado, 01.00, RTP2)

Filme que julgamos inédito em distribuição comercial, *O Último Mergulho* é um dos episódios de uma pequena série de televisão intitulada *Os Quatro Elementos*, que a RTP encomendou a quatro cineastas portugueses. César Monteiro escolheu a água e a história que pôs em película tem a «marca» do seu talento e da sua veia surreal e mordaz: um jovem é impedido por um velho marinheiro de se suicidar e acaba por acompanhá-lo num itinerário nocturno pela marginalidade da capital, numa amizade que o une ao seu salvador e a três prostitutas que os acompanham. Por fim, é o velho marinheiro que se atira ao rio... Um excelente desempenho de Canto e Castro, com Rita Blanco, Fabienne Babe, Francisca Prandi e Diogo Neto Jorge a darem excelente réplica.

## O Expresso dos Malditos

(Domingo, 18.00, SIC)

A única razão pela qual este filme aqui está em destaque é a de ele ser, como tantos outros, exemplo paradigmático da corrente dominante da produção cinematográfica norte-americana, onde se privilegia o espectáculo formal em detrimento do conteúdo, mesmo que para tal se recorra a orçamentos impraticáveis em outras cinematografias. É o caso, mais uma vez, deste filme que nos conta a história de uma mulher que é testemunha involuntária de um crime e que é conduzida sob protecção por um agente policial para comparecer perante um Grande Júri que vai julgar o caso. O primeiro problema é que as milhentas peripécias por que passam estas duas criaturas se desenrolam em condições inverosímeis que apenas são criadas para justificar múltiplas cenas de acção, ainda por cima fazendo os protagonistas - tanto os perseguidos quanto os perseguidores - figuras de verdadeiros idiotas, tal é a incompetência revelada em cada um dos casos. Por exemplo, nas cenas de perseguição ao longo do comboio-expresso, o espectador é frequentemente surpreendido pelo facto de elas nem sequer disfarçarem o artificialismo, dado que em alguns momentos é completamente impossível que, estando eles (protagonistas) à nossa frente, «em linha de vista», não dêem uns pelos outros! O segundo problema é que este argumento já foi objecto de uma outra adaptação ao cinema realizada com o mesmo título em 1952 por Richard Fleischer, num filme baratinho, verdadeiramente terrífico e claustrofóbico, que ainda hoje é considerado como um dos mais brilhantes exemplares do chamado filme de série B...



Dennis Quaid e Ellen Barkin, em «Nas Teias da Mafia», de Jim McBride



Gene Hackman e Anne Archer num fotograma de «O Expresso dos Malditos» de Peter Hyams



Philippe Noiret e o miúdo Salvatore Cascio, intérpretes principais de «Cinema Paraíso», de Giuseppe Tornatore

## Cinema Paraíso

(Domingo, 22.30, RTP2)

Quem o viu das primeiras vezes, surpreendido e tocado pela nostalgia que se desprendia das imagens e das figuras das personagens, deve ter deixado cair algumas lágrimas de emoção. Agora, à terceira ou quarta visão, talvez seja mais realista e acertado pensar-se que Giuseppe Tornatore, o talentoso realizador que levou a cabo este empreendimento, não

deixou de ser «esperto» ao juntar e manipular os condimentos de uma história que (apelando à nossa memória cinéfila e ao que de mítico havia no acto de ir ao cinema) dificilmente poderia deixar de resultar em cheio. Mesmo assim - mesmo sabendo que o cinema é também saber lidar com isto - deixemo-nos mais uma vez emocionar com as descobertas da 7ª arte feitas pelo miúdo Salvatore pela mão de Alfredo, o velho projeccionista. Um achado continua a ser, por exemplo, a visão da bobina com os cortes da censura ordenados pelo padre da aldeia.

## Azul

(Domingo, 22.45, TVI)

Depois de ter sofrido a perda do seu marido (um reputado compositor) e da sua filha num desastre de viação, Julie fica desesperada e tenta suicidar-se. Sem êxito. Abandona então a casa onde vivia, afasta-se de tudo e de todos e decide-se a encetar uma nova vida. As suspeitas de que tinha sido ela a escrever as obras que haviam tornado famoso o marido vêm a confirmar-se dado que é Julie que acaba de escrever a partitura de uma obra que aquele deixara incompleta e que um outro amigo compositor (com quem ela tinha tido uma ligação passageira) fora encarregado de terminar. Filmada com admirável sensibilidade num estilo visual que o celebrou, esta obra de Kieslowski vai-nos mostrando gradualmente que as coisas às vezes não são o que parecem à primeira vista. Primeiro filme da célebre trilogia do realizador polaco, é assinalável que a sua primeira passagem nas nossas televisões se faça na TVI.

## Lágrimas de Sangue

(Segunda, 22.45, RTP2)

Trata-se de um comvente filme realizado por Zoltan Korda, numa adaptação de um romance de Alan Paton, que nos conta a viagem de um pastor de província que vai a Joanesburgo em busca do filho que para ali partira na esperança de encontrar trabalho e sustento. Um filme extremamente sensível e dramático que nos mostra as causas e as consequências da tragédia do *apartheid* na África do Sul e que inaugura um ciclo dedicado pela RTP2 ao racismo.

## Los Angeles a Ferro e Fogo

(Segunda, 01.55, SIC)

Tremendamente céptico em relação ao que vale a pena viver nesta vida, Dennis Hopper, o realizador deste filme, observa sem qualquer empenho, através da sua câmara, as incidências que envolvem dois gangs de traficantes de droga de Los Angeles e os esforços que dispendem dois polícias (Robert Duvall, à beira da reforma) e o seu novo companheiro (Sean Penn) para lhes darem luta. Diz-se que a forma como vemos filmada a extrema violência, os bairros miseráveis e os *graffiti* nas paredes nos é apresentada com a mesma frieza e superficialidade com que nos dariam porventura a ver uma exposição de pintura numa galeria. Face ao que é hoje moda no cinema, não custa nada a acreditar.

## A Vida, o Amor e as Vacas

(Quarta, 22.00, TVI)

Numa época de alguma crise de criação em que o cinema americano é submergido pela onda dos «efeitos especiais» e regorgita produtos industriais destinados a um consumo primário, universal e estandarizado, esta simples (re)visão do Oeste num filme que, em tom de comédia, é de certo modo um *remake*-ao-contrário do clássico *Rio Vermelho* de Howard Hawks, desperta momentos de alguma diversão descontraída e frequente sorriso nos lábios. Nos tempos que correm, não está mal pensado. E Daniel Stern, Bruno Kirby e Billy Crystal (este bem melhor do que em alguns dos mais disparatados papéis dos seus últimos filmes) são uma boa companhia para o excepcional desempenho de Jack Palance (revisitando mais uma figura típica do *western*) que lhe valeu um Oscar para o Melhor Actor Secundário.

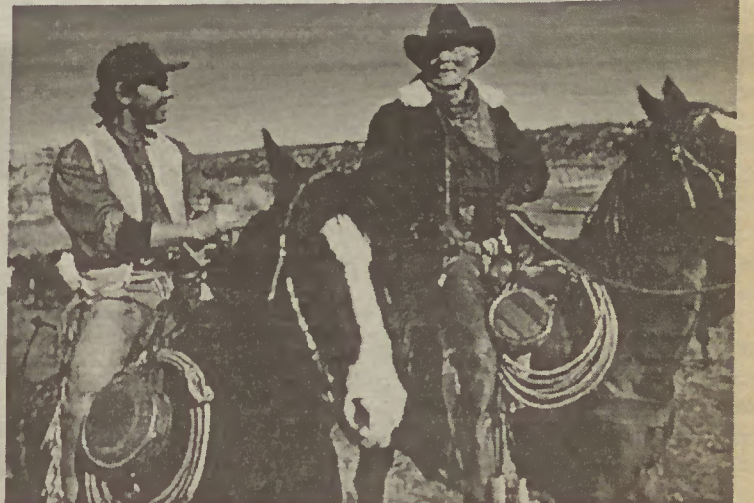
## Assassinato Sob Custódia

(Quarta, 22.45, RTP2)

Realizado por Euzhan Palcy, um cineasta originário da Martinica e radicado em Paris desde os anos 70, *Assassinato Sob Custódia* - a exemplo de uma outra obra anterior do mesmo realizador, inspirada na vida dramática dos trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar no seu próprio país - denota uma vez mais o seu empenhamento na criação de um «cinema social». Neste caso, é a denúncia do *apartheid* na África do Sul que está sob a mira do realizador, ao contar-nos a «batalha jurídica» em que se lança um professor após o assassinato de um seu jardineiro negro. Com intérpretes de primeira água (mas desempenhos algo falhados por falta de mão forte por parte do cineasta), apenas Marlon Brando é enorme no pequeno papel de um advogado encarregado do caso - participação pela qual o actor fez questão em não receber um tostão. Dos restantes, a referência vai para Susan Sarandon e Donald Sutherland. Um filme interessante, cujos resultados apesar de tudo não estão à altura das intenções iniciais.



«Azul» é o primeiro filme da trilogia do realizador polaco Krzysztof Kieslowski, a transmitir na TVI



Billy Cristal e Jack Palance, numa cena da comédia «A Vida, o Amor e as Vacas»



■ Francisco  
Costa

# O gosto pelo sangue

Já há algum tempo que andava para vos falar disto mas acontece que, nas últimas semanas, tem sido o nosso Correia da Fonseca a ocupar-se desta «via sacra», pelo que só hoje fui descobrir uma cassete-vídeo onde tinha gravado algumas «aberrações» informativas que não posso aqui deixar de comentar.

Vem isto a propósito daquilo que cada vez mais parece ser o autêntico fascínio por parte da informação da RTP em chafurdar no sangue ou em andar no rasto de tudo o que lhe pareça constituir uma possibilidade de tragédia mais ou menos grave, em último caso uma catástrofe ou um cataclismo, se não puderem arranjar-se confrontos ou conflitos que encham mais o olho. Estranho é que isto volte de novo a acontecer passados pouco mais de dez meses após o primeiro arranque da «nova RTP» e depois de uma larga temporada em que parecia que o sensacionalismo mais gratuito tinha sido em definitivo banido da informação desta estação, como chegou a ser saudado nestas páginas. Puro engano! Pelos vistos, foi sol de pouca dura.

## Uma televisão franco-atiradora

Se nos detivermos, por exemplo, num telejornal que foi transmitido na véspera das eleições da Bósnia - isto para apenas nos referirmos a um pequeníssimo aspecto da constante e monstrosa operação de mistificação que tem constituído ao longo de anos a abordagem da questão bósnia na generalidade da comunicação social portuguesa e em particular nas televisões - não podemos deixar de nos espantar (para não dizer indignar) com o tom de verdadeira excitação com que era sublinhada pelos «protagonistas da informação» a probabilidade de virem a verificar-se graves confrontos durante essa jornada eleitoral.

De facto, à excepção de alguns poucos apontamentos do primeiro trabalho dessa sequência, da autoria do enviado especial Vítor Gonçalves, nada do que foi depois apresentado aos espectadores poderia assemelhar-se a uma análise calma e ponderada do que politicamente estava em jogo nestas eleições (inseridas, aliás, no contexto de desmembramento artificial de um país e de um «plano de paz» iníquo e desigual, imposto do exterior) e nenhum enquadramento de investigação foi sequer esboçado por aqueles jornalistas - ouvir, por exemplo, Carlos Santos Pereira a propósito destas matérias é coisa que já nem é bom falar!

Pelo contrário, logo na sua primeira pergunta ao «enviado especial» José Rodrigues dos Santos (que se encontrava, como foi por duas vezes sublinhado, «na avenida mais perigosa da capital bósnia nos últimos quatro anos (...) a avenida dos franco-atiradores»), o primeiro e único fulcro do interesse jornalístico da «pivot» Judite de Sousa era este: «Onde é que os conflitos amanhã poderão surgir, quais são as áreas mais quentes?» A isto se seguia uma longuíssima e excitada descrição acerca dessas possibilidades de conflito por parte do repórter em directo, acompanhada dos indispen-

sáveis trejeitos e arregalar de olhos para a câmara como sublinhado às constantes referências a «limpeza étnica», provável «onda de violência», «demonstração de força», «situação de confronto que é muito natural que venha a acontecer», eventual «intervenção do chamado grupo de intervenções rápidas», «meios aéreos, meios blindados», etc., etc., etc.

Mas o que se revelou verdadeiramente insuportável e desadequado foi o tom com que Rodrigues dos Santos parecia estar a contar uma história de polícias e ladrões a criancinhas, como se estivesse a debitar o texto do «Caderno Diário», o telejornal dos mais pequenos, chegando a certa altura a ser mesmo patético, de tão ridículo: «Os refugiados vão partir muito cedo, os autocarros partem aqui de Sarajevo às seis da manhã para que os refugiados (entenda-se, os únicos refugiados de que, pelos vistos, o jornalista tem notícia - os muçulmanos, claro!), no regresso às suas terras, votem às sete e meia da manhã, numa altura em que - espera a NATO e espera a organização destas eleições - os sérvios ainda estejam a dormir (...)

O que, pelos vistos, só a Rodrigues dos Santos pode causar admiração é, aliás, a curiosa constatação por ele feita no final da peça a propósito das relações dos portugueses com os (famigerados) sérvios - segundo ele considerados, por todos, «os maus da fita»: «uma coisa interessante deve ser dita - os portugueses deram-se muito bem com os sérvios e... nem bem nem mal com os muçulmanos; mas os sérvios apreciam bastante as tropas portuguesas e apreciam de uma maneira geral os portugueses... não sei bem explicar por que razão isso acontece...».

Então a gente ajuda a explicar as prováveis razões de tal perplexidade: é que, a milhares de quilómetros de distância, é natural que eles não tenham a oportunidade de ler a imprensa, ou ouvir a rádio ou assistir aos telejornais das televisões portuguesas! Compreendido?

## O crime nunca compensou

Certamente que, nos últimos tempos, os espectadores já têm reparado que o alinhamento dos telejornais é qualquer coisa de dificilmente explicável em termos da pura lógica de arrumação das notícias. Insondáveis e misteriosos «critérios jornalísticos» fazem com que, agora, constantemente se salte do noticiário nacional para o internacional (e vice-versa), das peças ligeiras de carácter mundano para outras em que uma interessante investigação é deixada a meio, de entrevistas em estúdio artificialmente prolongadas em detrimento de outras notícias de interesse mais alargado que são despachadas com meia dúzia de imagens e uma apressada locução de estúdio em off - tudo em meio de um frenesim e um sincopado artificiais que aparentemente apenas se destinam a criar engodos para prender o interesse do espectador e desprezam o mais comum e banal bom senso em termos de paginação.

Curioso é que, de vez em quando e à revelia destas modas, se verifica uma... surpreendente homogeneidade temática em relação a notícias que, pelos vistos, os editores terão considerado

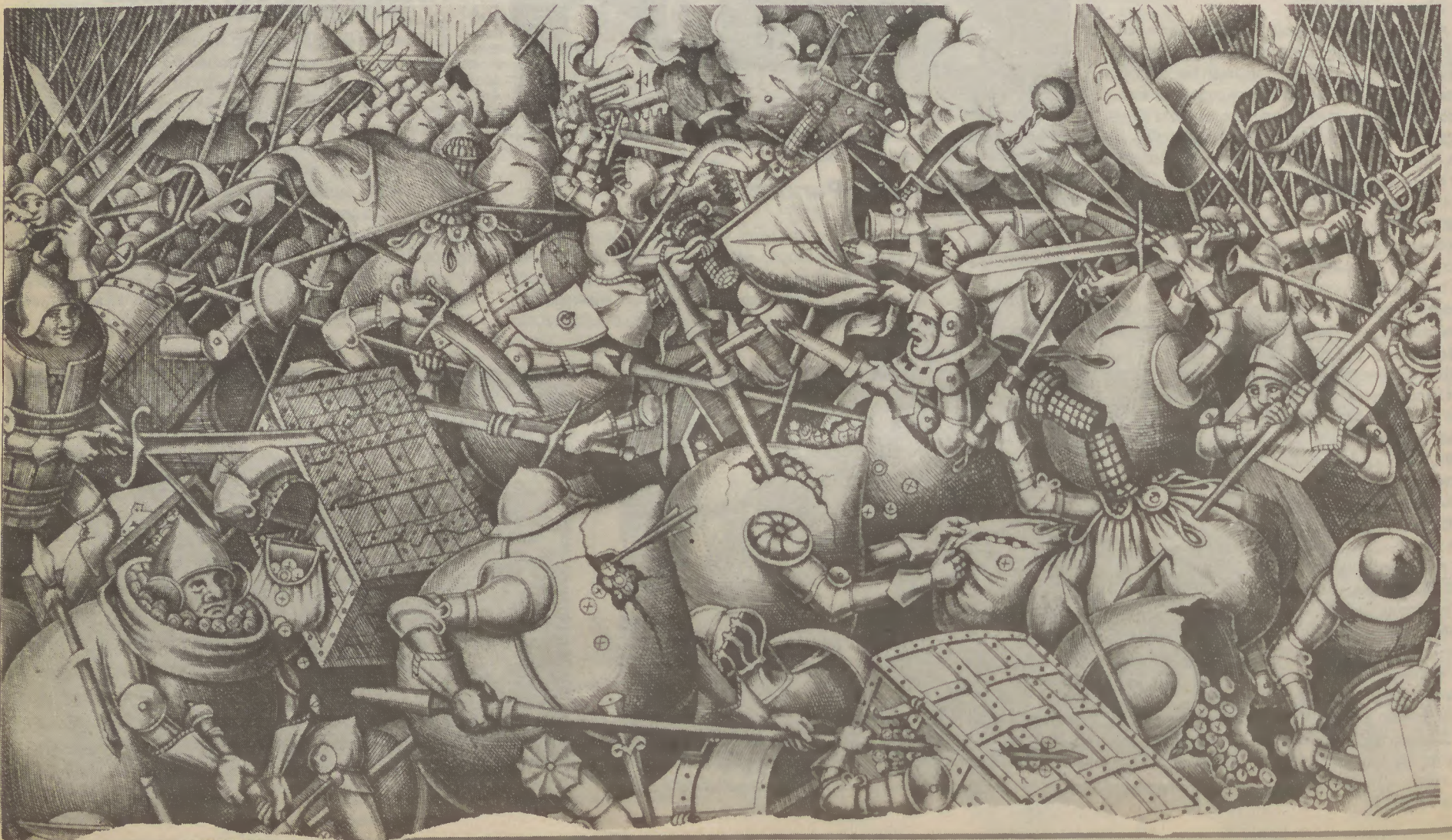
merecedoras de serem agrupadas em «pacote». A tal cassete que referi ao princípio teve, por exemplo, a oportunidade de registar o arranque de um certo telejornal transmitido três dias antes daquele outro relativo às eleições da Bósnia.

«Boa noite! Os crimes sucedem-se em Portugal à média de um por dia!» Era assim que, a seguir ao genérico, começava esse telejornal, no qual as primeiras cinco ou seis notícias se referiam com as mais detalhadas descrições a meia dúzia de crimes mais ou menos violentos. Vejamos: 1) Um jovem de 17 anos encontrado morto em Boliqueime. Expressões utilizadas pelo repórter, sublinhando o que a câmara pormenorizadamente já amplamente mostrava: «visíveis as marcas de sangue, no colchão, espalhadas pela cama e na parede», «um crime violento, que terá sido cometido com muito sangue frio, com uma pedra ponteaçada», tudo culminando com inadmissível entrevista ao pai da vítima, desfeito de desgosto, e com uma pergunta totalmente insensível - «Qual é que acha que terá sido o móbil do crime?»; 2) Um soldado da GNR atingido a tiro («arma de caça grossa») em Vimioso («alvejado pelas costas») no Distrito de Bragança, quando fiscalizava a pesca ilegal. Livre de perigo, polícia já deteve presumível autor dos disparos; 3) Um rapaz de 21 anos, operário da construção civil, foi encontrado morto em Aveiro. A família suspeita que foi morto para proteger a irmã, que «andava na droga». A repórter, de microfone e câmara em punho, não tem pejo em fazer com que a mãe da vítima, lavada em lágrimas, recorde entre soluços a sua «última conversa» com o filho.

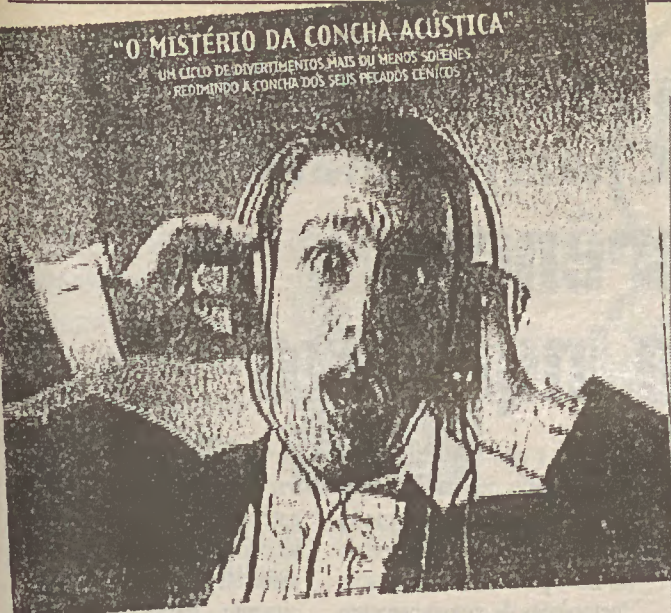
Carrego no botão de stop, enojado, sem sequer ouvir o resto do rol. Repare-se que nenhuma destas notícias pretende avançar com qualquer investigação em que seja feito um enquadramento social ou uma análise da degradação das condições económicas com o consequente aumento de desemprego, que se sabe estar na origem do aumento da criminalidade. Atente-se, ainda, no facto de o relato destes crimes serem polvilhados por várias regiões do país, levantando o pânico de que a peste é generalizada. Nenhum sociólogo é entrevistado em estúdio para comentar as situações. O que fica à superfície é o arranque sensacionalista de um telejornal que transmite aos cidadãos ainda mais insegurança do que já sentem, sublinha os aspectos mais sórdidos e sangrentos dos eventos e, objectivamente, é ele mesmo uma peça de extrema violência ao expor perante as câmaras, como se fossem ingredientes naturais de um mero espectáculo, a tragédia e o sofrimento de familiares, numa despendorada e inadmissível exploração dos sentimentos humanos.

O problema é que assim se estimulam todos os sentimentos primários que implícita ou explicitamente fazem apelo a «justiça popular». O problema é que, quando após cinco ou seis notícias seguidas deste género, surge nos ecrãs o Procurador Geral da República após um encontro com o Ministro da Justiça a referir o «empolamento» dado a estas situações por «certa comunicação social», o efeito inicial está conseguido e nenhum apaziguamento ou apelo à razão conseguem sobrepor-se à emoção.

Que as câmaras de televisão se assemelhem cada vez mais a espingardas de cano serrado, que de novo o «crime» seja perpetrado no primeiro canal do «serviço público» de televisão, é coisa que jamais se pensou voltasse a ser possível.







ESCAPARATE

Cinema Cubano em Retrospectiva

Com a colaboração da Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais e da Embaixada de Cuba em Portugal, está a realizar-se desde a passada sexta-feira e prolongar-se-á até 20 do corrente, um Ciclo Retrospectivo do Cinema Cubano. A organização é da Videoteca de Lisboa, departamento da Câmara Municipal de Lisboa, e em todas as sessões estarão presentes para dar informações e trocar impressões com todos os espectadores interessados a argumetista Hortensia Dominguez Tolón e o director de fotografia Raúl Rodríguez Gonzalez. Esta mostra do cinema cubano tem a rodeá-la a circunstância de nela serem projectadas oito longas-metragens inéditas no nosso país e, sobretudo, de constituir uma oportunidade para os cinéfilos e estudiosos de cinema portugueses se debruçarem sobre a riquíssima realidade da cinematografia cubana, tão desconhecida entre nós. Com sessões diárias, realizadas às 22 horas nas



instalações da Videoteca Municipal (Largo do Calvário, 2, em Alcântara), poderão ainda ser vistos os seguintes filmes desta retrospectiva:

hoje, 26, *Papeles Secundarios* (1989) de Orlando Rojas; sexta, 27, *Mujer Transparente* (1990), um filme composto por cinco primeiras-obras de cinco realizadores diferentes - *Isabel*, de Hector Veitia, *Adrana*, de Mayra Segura, *Julia*, de Mayra Vilasis, *Zoe*, de Mario Crespo e *Laura*, de Ana Rodriguez; sábado, 28, *Adorables Mentiras* (1991), de Gerardo Chijona; e, finalmente, no domingo 29 (às 16 horas), *La Bella del Alhambra* (1989), de Enrique Pineda Barnet.



Um fotograma de «Papeles Secundarios»

DIAMUNDIAL DA MÚSICA

Músicas mais ou menos insólitas

Escolhemos este concerto especial para aqui chamar a atenção para o Dia Mundial da Música que se celebra na 2ª feira, 1 de Outubro. Com o sugestivo título *Mesas, Rádios, Pianos, Percussões e Repercussões*, realizar-se-á no Teatro Nacional S. João um concerto com obras de Steve Reich, John Cage, Conlon

Nancarrow, Thierry de Mey, Javier Alvarez e Franco Donatoni. Os músicos serão: Fausto Neves e Pedro Burmester (pianos) e Miguel Bernat e Manuel Campos (percussões). E o concerto terá luminotécnica de Miguel Ribeiro e direcção cenográfica de Ricardo Pais.

CLASSICA

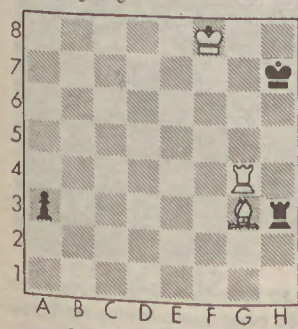
Música da Idade Média

Subordinado ao título genérico «Itinerários da Idade Média», começam nestes dias e prolongam-se até 13 de Outubro as XVII Jornadas Gulbenkian de Música Antiga. Na terça-feira, 1, na Sé Patriarcal de Lisboa (às 21.30), La Capella Reial de Catalunya e o Hesperion XX, sob a direcção de Jordi Savall, inauguram estas Jornadas com *Llibre Vermell de Montserrat* (Canções Devocionais Marianas do Século XIV); e na quarta-feira, 2, no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos (às 21.30) será a vez de o Ensemble Discantus dirigido por Brigitte Lesne nos fazer ouvir música da Escola de Nôtre Dame de Paris (séc. XIII).

XADREZ

DLXXVIII - 19 DE SETEMBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X039  
Por: H. KEIDANSKI  
Deutsche Schachblätter, 1925

Pr.: [3]; Pa3 - Th3 - Rh7  
Br.: [3]; Bg3 - Tg4 - Rf8



Branças jogam e ganham

\*\*\*

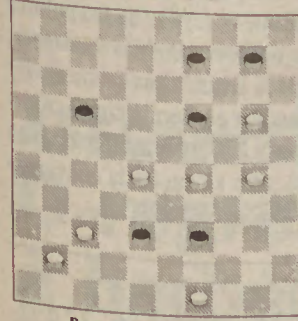
SOLUÇÕES DO Nº DLXXVIII  
Nº 1996X039 [H.K.]: 1. Bf4!, Td3; 2. Tg7+, Rh8; 3. Be5, Td8+; 4. Re7, Ta8; 5. Ré6, Ta6+; 6. Rf5, Th6; 7. Bd4, a2; 8. Ba1 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DLXXVIII - 19 DE SETEMBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996D039  
Por: LOUIS DALMAN  
Combat Dans L'Arène, [375/34c], Nîmes, 1976

Pr.: [7]; 8-9-10-17-19-38-39  
Br.: [7]; 20-28-29-30-37-41-49



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLXXVIII  
Nº 1996D039 [L.D.]: 1. 37-32!, (38x27); 2. 28-23, (19x28); 3. 49-43, (39x48-D); 4. 29-23, (48x14); 5. 23x3-D, (14x46); 6. 3x5 +

A. de M. M.

CINEMA

Uma Homenagem a François Truffaut

Numa semana em que os cinéfilos parece terem saído privilegiados, o Escaparate chama aqui a atenção para o começo de mais um ciclo de cinema organizado pelo ABC Cine-Clube de Lisboa. Desta vez, numa iniciativa conjunta deste cineclub e o Instituto Franco-Português e com o patrocínio da Embaixada de França, serão projectados uma série de filmes do realizador francês François Truffaut. Com entrada livre, as sessões que irão prolongar-se se até dia 22 de Outubro realizar-se-ão nas instalações do Instituto (Av. Luís Bivar, 91, em Lisboa) e os primeiros filmes do ciclo serão os seguintes: 3ª feira, 1 (17.00) *François Truffaut: Portraits Volés* (1993), um documentário sobre o cineasta realizado por Serge Toubiana e Michel Pascal; ainda 3ª, 1 (19.00), *Os 400 Golpes* (1959); 4ª feira, 2 (19.00), *Disparem Sobre o Pianista* (1960).



TEATRO

Teatro Amador em Évora

Neste final de Setembro, poderá ainda assistir a três espectáculos integrados no XIV Festival de Teatro de Amadores de Évora, um certame que apesar de todas as dificuldades continua a ser organizado anualmente e prosseguirá, ainda, pelo mês de Outubro. Com espectáculos realizados na S.O.I.R. Joaquim António D'Aguiar, as peças a ver nos próximos dias serão as seguintes: amanhã (21.30) *A Morte da Mãe da Lili*, pela Companhia de Teatro do Ribatejo; sábado (21.30) *O Santo e a Porca*, pelo Grupo de Teatro da Escola Dramática de Valbom (Gondomar); domingo, às 17.00, teatro para crianças com *Era Uma Vez Um Dragão*, pelo Grupo de Teatro Jodicus (Salvada-Beja) e às 22.00 *Teatro de Karl Valentin*, pelo Grupo Cénico da S.O.I.R. Joaquim António D'Aguiar.



Tchekov na Póvoa do Varzim

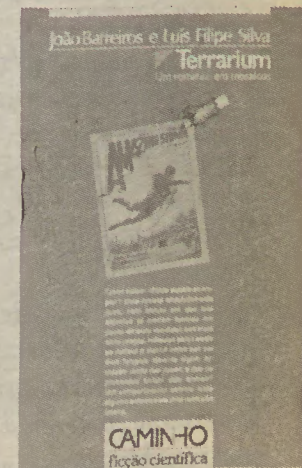
Dando agora um salto para o Norte do país, é já amanhã e sábado, pelas 21.45, que se realizam no Auditório Municipal / Escola de Música desta cidade duas representações de um espectáculo construído a partir de textos de Anton Tchekov, com cenários e figurinos de Catarina Amaro. Intitulado *Os Malefícios do Teatro*, este espectáculo tem encenação de Castro Guedes e é levado à cena no quadro de um protocolo estabelecido entre o município e o Teatro do Noroeste, de Viana do Castelo.

LIVROS

Crónicas Lusitanas

Caracterizadamente polémicas, estas *Crónicas Lusitanas* são da autoria de José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e habitual colaborador do nosso jornal, onde regularmente publica artigos e comentários. O estilo conhece já o leitor do «Avante!», mas estas prosas foram publicadas no semanário *GrandAmadora*, onde o autor também já encontrou leitores fiéis da coluna que aí assina desde a fundação daquele periódico dirigido por Rogério Rodrigues. Agora em livro, a selecção das crónicas foi lançada em plena Festa do Avante! com assinalado êxito. Que melhor lugar e momento para tomar contacto com o público? Trata-se aqui de um conjunto de textos assumidamente políticos, organizados em oito partes - *Nova Política*; *Cavaquismo*; *Pós-cavaquismo*; *A questão do voto*; *Política PS/Guterres*; *Comunicação social dominante*; *Big Brother*; *Ex*. Na viagem que propõe, através deste conjunto de temas e das crónicas que os constituem, podem-se ler verdadeiros momentos da situação política actual. Mas este primeiro livro de José Casanova revela, na badana, o que alguns amigos apenas já sabiam. É que há mais livros em carteira.

Nomeadamente um policial. Ficamos à espera...



Terrarium

Dois autores - ambos já publicados pela Caminho na sua Coleção *Ficção Científica* - apresentam através da mesma editora um romance em mosaicos, como eles próprios chamam à história que contam num extenso e bem apresentado volume. Os dois autores - João Barreiros e Luís Filipe Silva - não constroem, como costuma ser, um livro único, onde ambas as vozes se misturam a ponto de se não reconhecerem, mantendo cada um a sua própria identidade ou, talvez melhor, o seu próprio tom, embora cada voz não surja com assinatura própria. O resultado é um curioso e estimulante romance em planos deslizantes, sobrepostos e caleidoscópicos, que convergem para insuspetado remate.



## ATALHE DE FOICE Cumprir o destino

Ao ver Paulo Portas, lívido de estupefacção, a recusar a liderança do grupo parlamentar do PP por causa de um voto que os seus pares lhe prometeram e não lhe deram, comecei por não perceber, mesmo tendo o benefício de uma explicação certamente escrita pelo próprio em letras garrafais, tal era a rapidez com que mudava de folha mal acabava uma frase da sua declaração aos jornalistas.

Afinal, que diferença fazia um voto a mais ou a menos numa candidatura única?

Fazia, e o Portas esclareceu: tinham-lhe prometido oito votos (incluindo o seu) e afinal, apurado o escrutínio, apenas surgiram sete.

Faltava um - e aí fez-se-me luz.

Na verdade, o voto em falta não era um voto qualquer. Era um voto prometido.

Ora um voto prometido é uma coisa muito séria.

Com ele, o confronto eleitoral deixa de ser um presente de futuro incerto para se tornar num futuro de presente certo.

Através dele, a democracia representativa torna-se num maquinismo infalível, onde os representantes nem precisam de prometer nada à vida dos representados - são os representados que prometem, antecipadamente, garantir a vidinha aos representantes.

Qualquer cacique sabe isso, quanto mais o Paulo Portas.

O que o Portas talvez não soubesse, na sua mimada trajectória de rapaziño esperto, é que brincar aos caciques não é um jogo de meninos nem de homens, mas de galifões.

Manuel Monteiro, apesar de igualmente debutante nas lides do caciquismo, mostrou outra capacidade na apreensão da matéria.

Vai daí, respondeu com uma valente rasteira às filigranas de Maquievel da Lapa com que Portas o andava a picar.

E demitiu-se com estrondo, para gáudio dum País assim de repente beneficiado com uma telenovela extraprograma.

O pano de fundo deste entremez ganhou, assim, novas qualidades.

As frases apoloéticas sobre Pátria, destinos nacionais, interesses do povo e unidade do partido saltaram compulsivamente dos frescos heróicos estilo SNI para o desorbitado grafismo dum desenho animado da Disney.

À vista de todos, a palhaçada cumpria finalmente o seu destino.

A «pátria» desta rapaziada tem o tamanho dum lugar à mesa do poder, os «destinos nacionais» que procuram cabem num Mercedes a caminho de S. Bento, os «interesses do povo» que defendem medem-se pelas sinecuras a haver.

Quanto à «unidade do partido» serve, a todos, para unir o partido à volta das ambições de cada um.

Neste quadro, era inevitável o PP chegar ao descalabro a que chegou, ilustrando com espalhafato que nem o mais pintado consegue iludir a sua natureza profunda. E a «natureza profunda» deste PP é a soma aritmética das naturezas dos que o criaram, pelo que a vida desta agremiação da «nova direita» tinha fatalmente de dar para o torto.

E isso é que se configura politicamente relevante.

Quanto à averiguação de quem vai sacar os despojos, é talvez assunto de interesse para os programas do National Geographic.

Pegando nos vastos e aprofundados estudos que tem feito sobre o comportamento dos predadores, esta brilhante instituição científica era capaz de encontrar, na actual crise do PP, interessantíssimos subsídios para estudos antropológicos mais ou menos comparados...

■ HC

## ÚLTIMAS

# Privatização do BPSM a favor de Champalimaud Falta de transparência motiva pedido de inquérito

O Grupo Parlamentar do PCP propôs, terça-feira, a realização de um inquérito parlamentar destinado a esclarecer todo o processo relativo à privatização do Banco Pinto & Sotto Mayor a favor de António Champalimaud. Em causa está, concretamente, o conteúdo do acordo estabelecido em 1992 entre aquele empresário e o Governo, acordo esse em relação ao qual persistem fundadas reservas quanto à lisura de procedimentos então adoptados. Por esclarecer, entre outras coisas, estão designadamente as razões que levaram o Estado, representado pelo Governo do PSD, enquanto único accionista na CIMPOR e no BPSM (à data ambas nacionalizadas), a decidir pagar através destas empresas a António Champalimaud 6,2 e 10 milhões de contos, respectivamente.

Para o Grupo comunista este é apenas mais um exemplo da total falta de transparência que tem rodeado o processo de privatização de empresas nacionalizadas, característica sobretudo patente no plano dos procedimentos, do cálculo do valor-base para venda e do eventual favorecimento de determinadas personalidades ou entidades.

Apesar das múltiplas tomadas de posição e denúncias feitas pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre o verdadeiro escândalo que tem sido o processo de privatizações, a verdade é que na sua quase totalidade estas situações nunca foram esclarecidas quer ao nível da opinião pública quer no âmbito da Assembleia da República. Daí

também a oportunidade desta iniciativa dos deputados comunistas, tanto mais adequada quanto é certo que o Governo do PS - pese embora todas as declarações de empenhamento numa prática de transparência e de esclarecimento dos casos nebulosos ocorridos no consulado cavaquista -, decorridos dez meses sobre a sua tomada de posse, ainda não produziu qualquer elemento público susceptível de clarificar um só que fosse daqueles processos.

Uma postura tanto mais estranha - observa o Grupo comunista no texto em que requer o inquérito parlamentar - quando é sabido que o conhecimento concreto do acordo com António Champalimaud chegou a ser formalmente requerido por dois deputados socialistas, actualmente detentores das pastas da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social.

Também as declarações contraditórias do ministro das Finanças sobre esta matéria -

ora dizendo que estaria a estudar o dossier legado pelo seu antecessor, ora negando a existência de qualquer dossier, ora ainda alegando o seu desaparecimento - levam o PCP a concluir que "algo está errado em alguma destas declarações" e a sublinhar que "não se compreendem atitudes ou omissões do Governo do PS que possam eventualmente indiciar estar este Governo empenhado em ocultar o que verdadeiramente se passou em todo este negócio".

Daí a necessidade, de acordo com a proposta do PCP, de que seja esclarecido no âmbito do inquérito parlamentar; por outro lado, se tal dossier transitou do anterior para o actual Governo, se ele existe no Ministério das Finanças ou se desapareceu, e, nesta última hipótese, saber quais as medidas adoptadas pelo Executivo para apurar as condições em que ocorreu tal desaparecimento.

## Carvalhas, à saída do encontro com o PM Não aos «factos consumados»

À saída da audiência com o primeiro-ministro, que recebeu o PCP no início da semana, Carlos Carvalhas prestou algumas declarações aos jornalistas.

Afirmou o Secretário-Geral do PCP que «do que Portugal precisa é de crescimento económico, emprego e justiça social e não de uma política de austeridade cega pelos critérios de Maastricht, que porá o país de joelhos e com uma economia moribunda, à porta da moeda única».

Sobre a lista de produtos têxteis que a Comissão pretende liberalizar em relação a países terceiros e que atingiria gravemente a nossa indústria, considerou Carlos Carvalhas «que o

Governo deveria procurar mobilizar a opinião pública, e pedir o consenso das forças políticas, sindicatos e organizações patronais para que tal medida não vá para a frente». E depois de afirmar que «ao país não serve a postura de cabeça na areia como a avestruz, nem de factos consumados...», foi peremptório: «O PCP declara que no Parlamento Europeu o seu grupo tudo fará para potenciar o poder negocial de Portugal e para combater tal orientação da Comissão.»

Carlos Carvalhas afirmou ainda que o «"tripé propagandístico" das promessas do PS - desemprego como 1ª prioridade - a paixão da educação



Carlos Carvalhas deu a conhecer ao Primeiro-Ministro as preocupações do PCP quanto à aplicação cega dos critérios de Maastricht

- a droga como inimigo público número um, não está a ser

cumprido». E em relação à droga, considerou que «é inaceitável que certos bairros citadinos continuem a funcionar, à luz do dia e nas "barbas" das autoridades, como autênticos hipermercados do tráfico de droga».

Por último, Carlos Carvalhas declarou, com ironia, que se o Primeiro-Ministro está tão confiante na justeza da sua política e nos resultados das sondagens, nada justifica que queira alterar as leis eleitorais com «entorses» à proporcionalidade, isto é, com alteração da conversão de votos em mandatos.

## Mais «tachos» para a rapaziada

As recentes nomeações para a Comissão Instaladora da Junta Autónoma dos Portos do Centro vieram confirmar as preocupações levantadas pela CDU, após um fax ter ido parar por engano à sede do PCP em Viseu, no qual se podia ler o nome das pessoas e os cargos que deveriam ocupar.

Uma nota da Coordenadora da CDU de Peniche refere que a nomeação de Armando Faria para presidente da Comissão Instaladora, e do Comandante Madail e Elsa Godinho para vogais, é desprestigiante para o concelho e que «mais uma vez as pessoas foram nomeadas em função da sua opção política e não na base do conhecimento e da competência».

Entretanto, curiosamente, a Secção de Peniche do PS afirma que a nomeação do Presidente da Comissão Instaladora é da «inteira responsabilidade do Director-Geral dos Portos, ainda que, na opinião da secção, «tivesse contado como a colaboração do sr. Luís Monterroso e de outros militantes socialistas» do concelho, «desde há muito conotados com as estratégias políticas do ex-presidente da Nazaré».

O PS de Peniche considera assim que o comportamento do Director Geral neste processo «não pugnou pela transparência» e manifesta «resistência às alterações propostas para o porto de Peniche», ao mesmo tempo que «propõe a imediata exoneração do dr. Fernando Garcia do cargo de Director-geral dos Portos».

